



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de setembro de 2024 | SÉRIE 3 | ANO XVI Nº185 | Caderno 2/3 | Preço: R\$ 23,00

SECRETARIA DA FAZENDA (Continuação)

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Governo do Estado apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 4º bimestre/2024, composto dos (Anexo 1 - Balanço Orçamentário, Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Anexo 4 - Receitas e Despesas Previdenciárias dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores, Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, Anexo 12 - Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Anexo 12 - Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executada em Consórcios Públicos, Anexo 13 - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas e Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária) de acordo com os artigos 52 e 53 da LRF, abrangendo todos os poderes e o Ministério Público. O Poder Executivo apresenta também o relatório da Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre/2024, previsto nos artigos 54 e 55 da LRF, composto de quadros comparativos contendo os limites estabelecidos na referida Lei. Publicado no DOE de 30 de setembro de 2024.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Emitido em: 25/09/24 10:28
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.358.185.663,00	36.958.127.484,55	6.116.529.881,04	16,55	25.621.721.255,70	69,33	11.336.406.228,85
RECEITAS CORRENTES	34.567.887.463,00	34.796.135.586,33	6.002.300.548,45	17,25	25.080.523.397,75	72,08	9.715.612.188,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.981.461.489,00	14.941.276.004,13	2.818.686.972,61	18,87	10.710.539.331,93	71,68	4.230.736.672,20
Impostos	13.940.462.817,00	13.900.277.332,13	2.610.698.500,45	18,78	9.975.162.901,92	71,76	3.925.114.430,21
Taxas	1.040.998.672,00	1.040.998.672,00	207.988.472,16	19,98	735.376.430,01	70,64	305.622.241,99
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.504.904.994,00	1.446.814.672,53	222.045.520,76	15,35	810.958.623,75	56,05	635.856.048,78
Contribuições Sociais	1.504.904.994,00	1.446.814.672,53	222.045.520,76	15,35	810.958.623,75	56,05	635.856.048,78
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.525.530.732,00	1.520.808.983,96	222.199.419,39	14,61	767.174.482,75	50,45	753.634.501,21
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	14.975.854,00	14.975.854,00	1.445.144,86	9,65	8.427.109,47	56,27	6.548.744,53
Valores Mobiliários	902.406.958,00	897.685.209,96	211.303.640,22	23,54	746.035.348,57	83,11	151.649.861,39
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	8.147.920,00	8.147.920,00	1.075.388,18	13,20	4.336.778,58	53,23	3.811.141,42
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	600.000.000,00	600.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000.000,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	8.375.246,13	0,00	8.375.246,13	0,00	-8.375.246,13
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	1.004,19	0,00	8.228,19	0,00	-8.228,19
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	495.526.686,00	495.126.686,00	118.405.529,78	23,91	371.155.805,42	74,96	123.970.880,58
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	253.002.388,00	252.602.388,00	65.450.124,74	25,91	226.680.491,84	89,74	25.921.896,16
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	18.481.677,45	0,00	23.379.202,67	0,00	-23.379.202,67
Serviços e Atividades referentes à Saúde	240.000.000,00	240.000.000,00	34.471.050,38	14,36	121.085.346,68	50,45	118.914.653,32
Serviços e Atividades Financeiras	2.524.298,00	2.524.298,00	2.677,21	0,11	10.764,23	0,43	2.513.533,77
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.276.342.128,00	15.584.533.813,18	2.444.559.769,45	15,69	11.784.687.665,14	75,62	3.799.846.148,04
Transferências da União e de suas Entidades	13.032.903.593,00	13.333.610.098,40	2.095.990.033,23	15,72	10.268.583.296,52	77,01	3.065.026.801,88
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	52.445.793,00	52.445.793,00	9.021.075,11	17,20	37.188.274,55	70,91	15.257.518,45
Transferências de Instituições Privadas	44.982.839,00	52.468.018,78	8.100.613,57	15,44	28.387.733,13	54,10	24.080.285,65
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.146.009.903,00	2.146.009.903,00	331.448.047,54	15,44	1.450.528.360,94	67,59	695.481.542,06
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	784.121.434,00	807.575.426,53	176.402.332,27	21,84	635.999.260,57	78,75	171.576.165,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	167.176.483,00	190.292.734,50	42.833.643,98	22,51	154.494.098,68	81,19	35.798.635,82
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	126.316.438,00	126.654.179,03	36.276.628,43	28,64	119.988.233,86	94,74	6.665.945,17
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	11.363,71	0,00	-11.363,71
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00
Demais Receitas Correntes	450.628.513,00	450.628.513,00	97.292.059,86	21,59	361.505.564,32	80,22	89.122.948,68
RECEITAS DE CAPITAL	1.790.298.200,00	2.161.991.898,22	114.229.332,59	5,28	541.197.857,95	25,03	1.620.794.040,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.270.561.231,00	1.625.996.117,77	44.986.553,15	2,77	399.743.672,96	24,58	1.226.252.444,81
Operações de Crédito - Mercado Interno	324.214.482,00	486.591.018,08	44.986.553,15	9,25	48.763.440,79	10,02	437.827.577,29
Operações de Crédito - Mercado Externo	946.346.749,00	1.139.405.099,69	0,00	0,00	350.980.232,17	30,80	788.424.867,52
ALIENAÇÃO DE BENS	663.730,00	663.730,00	5.114.620,00	770,59	6.104.777,39	919,77	-5.441.047,39



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
Alienação de Bens Móveis	663.730,00	663.730,00	5.114.620,00	770,59	6.104.777,39	919,77	-5.441.047,39
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	8.380.902,21	0,00	34.176.475,51	0,00	-34.176.475,51
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	519.073.239,00	535.332.050,45	55.747.257,23	10,41	101.172.932,09	18,90	434.159.118,36
Transferências da União e de suas Entidades	511.425.923,00	526.533.663,85	55.747.257,23	10,59	100.925.679,09	19,17	425.607.984,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.980.100,00	2.138.100,00	0,00	0,00	247.253,00	11,56	1.890.847,00
Transferências de Instituições Privadas	667.216,00	1.660.286,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.660.286,60
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.761.754.423,00	2.733.337.887,73	410.786.645,05	15,03	1.497.116.496,99	54,77	1.236.221.390,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.119.940.086,00	39.691.465.372,28	6.527.316.526,09	16,45	27.118.837.752,69	68,32	12.572.627.619,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	2.000.000,00	2.913.582.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.913.582.417,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	2.000.000,00	2.913.582.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.913.582.417,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	2.000.000,00	2.913.582.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.913.582.417,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	39.121.940.086,00	42.605.047.789,28	6.527.316.526,09	15,32	27.118.837.752,69	63,65	15.486.210.036,59
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	39.121.940.086,00	42.605.047.789,28	6.527.316.526,09	15,32	27.118.837.752,69	63,65	15.486.210.036,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.427.419.264,06	0,00	0,00	4.427.419.264,06	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	4.427.419.264,06	0,00	0,00	4.427.419.264,06	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (K)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (F)	SALDO (G) = (E-F)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (H)	SALDO (I) = (E-H)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.911.363.769,00	41.048.396.539,58	6.827.518.224,81	24.668.119.966,95	16.380.276.572,63	6.649.589.330,06	23.784.940.501,41	17.263.456.038,17	23.286.562.584,58	
DESPESAS CORRENTES	31.942.039.058,00	34.189.057.162,04	5.599.523.205,43	21.300.340.974,58	12.888.716.187,46	5.610.498.152,05	20.794.261.565,88	13.394.795.596,16	20.313.481.452,85	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.151.975.560,00	19.495.492.944,43	2.964.640.582,96	12.393.803.222,57	7.101.689.721,86	2.962.814.377,67	12.380.283.721,30	7.115.209.223,13	11.953.863.282,72	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.156.089.480,00	1.173.389.480,00	230.381.083,77	847.766.528,91	325.622.951,09	230.381.083,77	847.766.528,91	325.622.951,09	847.766.528,91	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.633.974.018,00	13.520.174.737,61	2.404.501.538,70	8.058.771.223,10	5.461.403.514,51	2.417.302.690,61	7.566.211.315,67	5.953.963.421,94	7.511.851.641,22	
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	11.633.974.018,00	13.520.174.737,61	2.404.501.538,70	8.058.771.223,10	5.461.403.514,51	2.417.302.690,61	7.566.211.315,67	5.953.963.421,94	7.511.851.641,22	
DESPESAS DE CAPITAL	3.944.324.711,00	6.834.339.377,54	1.227.995.019,38	3.367.778.992,37	3.466.560.385,17	1.039.091.178,01	2.990.678.935,53	3.843.660.442,01	2.973.081.131,73	
INVESTIMENTOS	2.573.434.170,00	4.688.254.524,73	848.427.186,14	2.133.366.530,08	2.554.887.994,65	655.609.347,56	1.756.364.772,53	2.931.889.752,20	1.738.766.968,73	
INVERSÕES FINANCEIRAS	153.967.621,00	377.339.195,99	22.036.239,23	75.779.170,17	301.560.025,82	25.950.236,44	75.680.870,88	301.658.325,11	75.680.870,88	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.216.922.920,00	1.768.745.656,82	357.531.594,01	1.158.633.292,12	610.112.364,70	357.531.594,01	1.158.633.292,12	610.112.364,70	1.158.633.292,12	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.761.754.423,00	3.012.601.699,37	485.611.930,23	1.782.275.343,60	1.230.326.355,77	482.592.587,95	1.732.608.609,08	1.279.993.090,29	1.595.311.158,70	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.673.118.192,00	44.060.998.238,95	7.313.130.155,04	26.450.395.310,55	17.610.602.928,40	7.132.181.918,01	25.517.549.110,49	18.543.449.128,46	24.881.873.743,28	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	2.000.000,00	2.927.114.735,13	2.641.460,31	2.641.460,31	2.924.473.274,82	2.641.460,31	2.641.460,31	2.924.473.274,82	2.641.460,31	
Amortização da Dívida Interna	1.000.000,00	2.919.901.731,00	2.641.460,31	2.641.460,31	2.917.260.270,69	2.641.460,31	2.641.460,31	2.917.260.270,69	2.641.460,31	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	1.000.000,00	2.919.901.731,00	2.641.460,31	2.641.460,31	2.917.260.270,69	2.641.460,31	2.641.460,31	2.917.260.270,69	2.641.460,31	
Amortização da Dívida Externa	1.000.000,00	7.213.004,13	0,00	0,00	7.213.004,13	0,00	0,00	7.213.004,13	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	1.000.000,00	7.213.004,13	0,00	0,00	7.213.004,13	0,00	0,00	7.213.004,13	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	38.675.118.192,00	46.988.112.974,08	7.315.771.615,35	26.453.036.770,86	20.535.076.203,22	7.134.823.378,32	25.520.190.570,80	21.467.922.403,28	24.884.515.203,59	
SUPERÁVIT (XIII)				665.800.981,83			1.598.647.181,89		2.234.322.549,10	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (K)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (F)	SALDO (G) = (E-F)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (H)	SALDO (I) = (E-H)		
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	38.675.118.192,00	46.988.112.974,08	7.315.771.615,35	27.118.837.752,69	20.535.076.203,22	7.134.823.378,32	27.118.837.752,69	21.467.922.403,28	27.118.837.752,69	
RESERVA DO RPPS	446.821.892,00	372.446.418,57	0,00	0,00	372.446.418,57	0,00	0,00	372.446.418,57	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.761.754.423,00	2.733.337.887,73	410.786.645,05	15,03	1.497.116.496,99	54,77	1.236.221.390,74
RECEITAS CORRENTES	2.761.754.423,00	2.733.337.887,73	410.786.645,05	15,03	1.497.116.496,99	54,77	1.236.221.390,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.223.858,00	1.223.858,00	11.258,88	0,92	31.376,79	2,56	1.192.481,21
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	1.223.858,00	1.223.858,00	11.258,88	0,92	31.376,79	2,56	1.192.481,21
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.980.184.931,00	1.951.768.395,73	323.540.156,04	16,58	1.151.547.358,65	59,00	800.221.037,08
Contribuições Sociais	1.980.184.931,00	1.951.768.395,73	323.540.156,04	16,58	1.151.547.358,65	59,00	800.221.037,08
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	212.522.431,00	212.522.431,00	4.211.327,64	1,98	16.845.310,32	7,93	195.677.120,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	212.522.431,00	212.522.431,00	4.211.327,64	1,98	16.845.310,32	7,93	195.677.120,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	567.823.203,00	567.823.203,00	83.023.902,49	14,62	328.692.451,23	57,89	239.130.751,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	537.823.203,00	537.823.203,00	83.018.288,35	15,44	313.100.860,09	58,22	224.722.342,91
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	30.000.000,00	30.000.000,00	5.614,14	0,02	15.591.591,14	51,97	14.408.408,86
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (D)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (K)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (F)	SALDO (G) = (E-F)	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (H)	SALDO (I) = (E-H)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.761.754.423,00	3.012.601.699,37	485.611.930,23	1.782.275.343,60	1.230.326.355,77	482.592.587,95	1.732.608.609,08	1.279.993.090,29	1.595.311.158,70	
DESPESAS CORRENTES	2.742.246.632,00	2.980.184.543,44	480.896.767,16	1.768.379.232,98	1.211.805.310,46	477.769.353,75	1.719.401.559,21	1.260.782.984,23	1.582.104.108,83	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.989.456.148,00	2.075.353.413,77	338.475.389,07	1.276.713.762,68	798.639.651,09	341.694.769,80	1.244.595.530,35	830.757.883,42	1.108.568.926,81	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	752.790.484,00	904.831.129,67	142.421.378,09	491.665.470,30	413.165.659,37	136.074.583,95	474.806.028,86	430.025.100,81	473.535.182,02	
DESPESAS DE CAPITAL	19.507.791,00	32.417.155,93	4.715.163,07	13.896.110,62	18.521.045,31	4.823.234,20	13.207.049,87	19.210.106,06	13.207.049,87	
INVESTIMENTOS	19.507.791,00	32.417.155,93	4.715.163,07	13.896.110,62	18.521.045,31	4.823.234,20	13.207.049,87	19.210.106,06	13.207.049,87	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO - ID: 110
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Emitido em: 13/09/24 09:40
R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c)

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM RESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/TOTAL D)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	35.913.363.769,00	43.975.511.274,71	6.830.159.685,12	24.670.761.427,26	93,26	19.304.749.847,45	6.652.230.790,37	23.787.581.961,72	93,21	20.187.929.312,99	
01 - LEGISLATIVA	1.027.474.116,00	1.107.678.036,22	207.022.963,75	733.211.542,69	2,77	374.466.493,53	189.720.490,71	697.551.293,48	2,73	410.126.742,74	
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	68.051.169,00	68.584.169,00	12.205.204,27	46.278.385,50	0,17	22.305.783,50	13.880.463,70	44.485.482,86	0,17	24.098.686,14	
032 - CONTROLE EXTERNO	210.106.840,00	217.367.128,78	31.846.883,94	132.067.400,67	0,50	85.299.728,11	32.306.902,66	131.886.639,82	0,52	85.480.488,96	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	727.205.260,00	783.340.312,02	157.847.693,39	536.703.475,61	2,03	246.636.836,41	138.942.006,98	506.534.641,40	1,98	276.805.670,62	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.464.107,00	36.739.686,42	4.546.877,73	16.719.910,81	0,06	20.019.775,61	4.287.537,32	13.592.088,00	0,05	23.147.598,42	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.646.740,00	1.646.740,00	576.304,42	1.442.370,10	0,01	204.369,90	303.580,05	1.052.441,40	0,00	594.298,60	
02 - JUDICIÁRIA	2.025.170.760,00	2.118.550.351,95	345.670.268,72	1.254.718.210,27	4,74	863.832.141,68	309.713.603,01	1.152.124.561,56	4,51	966.425.790,39	
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	1.447.981.492,00	1.495.924.507,27	233.596.976,59	876.626.379,33	3,31	619.298.127,94	214.461.985,36	820.501.170,06	3,22	675.423.337,21	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	459.501.638,00	482.769.062,47	75.047.534,93	290.621.668,41	1,10	192.147.394,06	76.888.856,73	280.814.379,30	1,10	201.954.683,17	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	113.957.665,00	135.126.817,21	36.479.104,97	84.823.466,73	0,32	50.303.350,48	17.513.045,10	48.234.872,40	0,19	86.891.944,81	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.729.965,00	4.729.965,00	546.652,23	2.646.695,80	0,01	2.083.269,20	849.715,82	2.574.139,80	0,01	2.155.825,20	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	781.946.803,00	856.890.745,19	130.411.590,11	533.694.875,13	2,02	323.195.870,06	134.476.882,57	511.686.842,13	2,01	345.203.903,06	
091 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	27.438.518,00	30.738.518,00	1.483.519,89	14.018.618,45	0,05	16.719.899,55	3.311.986,89	13.337.924,70	0,05	17.400.593,30	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	702.050.741,00	767.751.399,99	123.444.458,72	494.753.558,41	1,87	272.997.841,58	123.716.433,14	480.488.191,95	1,88	287.263.208,04	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	42.105.579,00	47.048.862,20	5.419.865,94	24.016.950,38	0,09	23.031.911,82	7.306.018,02	17.103.510,23	0,07	29.945.351,97	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.178.217,00	4.178.217,00	63.745,56	681.154,50	0,00	3.497.062,50	142.444,52	532.621,86	0,00	3.645.595,14	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	7.173.748,00	7.173.748,00	0,00	224.593,39	0,00	6.949.154,61	0,00	224.593,39	0,00	6.949.154,61	
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.824.437.469,00	1.591.338.306,76	253.444.714,62	926.550.396,06	3,50	664.787.910,70	259.485.577,07	884.572.844,49	3,47	706.765.462,27	
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	31.224.300,00	33.025.090,00	5.808.161,89	21.502.890,96	0,08	11.522.199,04	5.208.853,22	19.834.232,87	0,08	13.190.857,13	



FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.644.524.432,00	1.344.905.846,44	207.695.347,78	785.720.117,50	2,97	559.185.728,94	210.266.031,21	759.841.181,77	2,98	585.064.664,67	
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
124 - CONTROLE INTERNO	2.030.000,00	2.030.000,00	0,00	2.000.000,00	0,01	30.000,00	320.000,00	640.000,00	0,00	1.390.000,00	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	10.384.770,00	10.220.703,00	2.509.017,38	4.915.222,23	0,02	5.305.480,77	930.069,96	3.332.417,33	0,01	6.888.285,67	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	103.667.439,00	126.935.339,32	14.834.260,25	53.551.152,69	0,20	73.384.186,63	14.838.298,87	45.641.419,09	0,18	81.293.920,23	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.188.528,00	4.698.328,00	238.429,72	540.959,74	0,00	4.157.368,26	91.612,55	367.577,57	0,00	4.330.750,43	
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	25.308.000,00	65.218.000,00	22.247.800,22	57.900.474,04	0,22	7.317.525,96	27.712.523,72	54.496.769,70	0,21	10.721.230,30	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	3.400.000,00	3.705.000,00	111.697,38	419.578,90	0,00	3.285.421,10	118.187,54	419.246,16	0,00	3.285.753,84	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	4.711.875.604,00	4.914.304.869,84	793.383.713,49	3.009.210.628,73	11,38	1.905.094.241,11	764.964.325,95	2.933.300.801,01	11,49	1.981.004.068,83	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.938.723.047,00	4.057.824.167,19	635.612.667,97	2.511.771.567,75	9,50	1.546.052.599,44	635.000.527,04	2.503.342.506,63	9,81	1.554.481.660,56	
124 - CONTROLE INTERNO	52.962,00	52.962,00	16.750,90	31.419,72	0,00	21.542,28	16.750,90	31.419,72	0,00	21.542,28	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	41.383.337,00	50.936.039,31	13.222.002,33	29.960.441,68	0,11	20.975.597,63	5.377.315,53	18.238.799,37	0,07	32.697.239,94	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.324.500,00	2.192.623,04	206.033,45	1.114.992,72	0,00	1.077.630,32	176.995,85	1.085.955,12	0,00	1.106.667,92	
181 - POLICIAMENTO	346.473.897,00	431.104.651,22	89.987.399,38	264.678.375,19	1,00	166.426.276,03	73.608.375,19	218.665.657,28	0,86	212.438.993,94	
182 - DEFESA CIVIL	5.470.000,00	7.660.000,00	199.074,42	1.958.274,42	0,01	5.701.725,58	337.769,06	1.406.307,14	0,01	6.253.692,86	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	87.502.965,00	52.889.372,76	3.612.601,46	20.830.350,95	0,08	32.059.021,81	4.338.975,75	17.455.295,22	0,07	35.434.077,54	
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	290.649.896,00	311.300.054,32	50.527.183,58	178.865.206,30	0,68	132.434.848,02	46.107.616,63	173.074.860,53	0,68	138.225.193,79	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	
451 - INFRA- ESTRUTURA URBANA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
211 - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	740.560.939,00	930.963.466,11	148.144.859,09	543.184.290,67	2,05	387.779.175,44	148.466.737,87	537.402.299,95	2,11	393.561.166,16	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	156.335.901,00	175.954.141,47	25.918.564,15	108.794.274,67	0,41	67.159.866,80	25.046.406,65	106.712.070,38	0,42	69.242.071,09	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.757.786,00	8.620.579,76	715.872,81	2.811.952,18	0,01	5.808.627,58	653.134,38	2.106.144,29	0,01	6.514.435,47	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	320.000,00	1.875.501,93	660.756,95	1.221.248,60	0,00	654.253,33	625.411,39	1.168.683,80	0,00	706.818,13	
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	6.165.778,00	8.308.450,45	1.497.134,86	5.741.742,17	0,02	2.566.708,28	1.421.949,31	5.472.473,25	0,02	2.835.977,20	
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	8.100.621,00	10.493.766,01	1.665.676,28	6.697.961,12	0,03	3.795.804,89	1.700.932,28	6.697.961,12	0,03	3.795.804,89	



FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		SALDO (E) = (A-D)
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	319.776.012,00	423.254.802,87	58.250.790,96	235.598.746,64	0,89	187.656.056,23	59.556.885,73	233.267.612,00	0,91	189.987.190,87	
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244.824.841,00	302.072.962,00	59.436.063,08	182.318.365,29	0,69	119.754.596,71	59.462.018,13	181.977.355,11	0,71	120.095.606,89	
301 - ATENÇÃO BÁSICA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
451 - INFRA- ESTRUTURA URBANA	150.000,00	273.261,62	0,00	0,00	0,00	273.261,62	0,00	0,00	0,00	273.261,62	
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.069.439.911,00	5.421.109.320,47	851.004.083,11	3.416.122.775,37	12,91	2.004.986.545,10	850.601.697,61	3.415.688.737,06	13,38	2.005.420.583,41	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.742.609,00	17.605.069,89	2.407.421,98	7.473.964,82	0,03	10.131.105,07	2.000.961,48	7.040.826,51	0,03	10.564.243,38	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.363.906,00	1.693.825,06	261.821,23	645.552,66	0,00	1.048.272,40	265.896,23	644.652,66	0,00	1.049.172,40	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA	17.509.000,00	17.509.000,00	2.578.106,52	10.607.015,91	0,04	6.901.984,09	2.578.106,52	10.607.015,91	0,04	6.901.984,09	
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	5.031.754.396,00	5.384.231.425,52	845.756.733,38	3.397.396.241,98	12,84	1.986.835.183,54	845.756.733,38	3.397.396.241,98	13,31	1.986.835.183,54	
10 - SAÚDE	6.273.425.130,00	6.784.215.696,71	1.172.321.104,97	4.219.047.697,09	15,95	2.565.167.999,62	1.162.955.391,71	3.962.518.120,13	15,53	2.821.697.576,58	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	928.658.247,00	721.331.926,51	44.751.856,56	578.217.206,22	2,19	143.114.720,29	45.472.171,19	575.940.500,62	2,26	145.391.425,89	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24.738.775,00	35.394.131,12	5.165.922,39	16.807.294,17	0,06	18.586.836,95	5.036.135,98	16.046.551,77	0,06	19.347.579,35	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	36.478.099,00	40.474.454,31	6.495.602,23	24.151.679,34	0,09	16.322.774,97	6.379.123,63	22.383.636,28	0,09	18.090.818,03	
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	847.000,00	1.147.000,00	125.200,00	326.550,00	0,00	820.450,00	134.700,00	326.550,00	0,00	820.450,00	
301 - ATENÇÃO BÁSICA	444.857.984,00	446.032.194,60	66.770.741,46	300.512.694,78	1,14	145.519.499,82	74.317.955,81	295.789.710,55	1,16	150.242.484,05	
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.631.401.188,00	5.313.185.615,15	1.012.604.156,03	3.168.769.402,88	11,98	2.144.416.212,27	997.063.383,09	2.965.491.702,45	11,62	2.347.693.912,70	
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	129.675.640,00	132.169.717,21	21.567.508,13	87.478.646,66	0,33	44.691.070,55	23.464.139,30	53.858.304,86	0,21	78.311.412,35	
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.588.192,00	1.769.398,19	225.860,37	943.686,32	0,00	825.711,87	350.241,63	898.521,42	0,00	870.876,77	
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	70.482.405,00	89.833.158,70	14.384.763,14	40.879.600,20	0,15	48.953.558,50	10.514.798,27	30.937.325,11	0,12	58.895.833,59	
542 - CONTROLE AMBIENTAL	52.000,00	76.449,40	8.512,41	13.554,27	0,00	62.895,13	9.520,56	12.194,82	0,00	64.254,58	
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.070.000,00	808.600,00	102.071,07	408.871,07	0,00	399.728,93	96.871,07	355.271,07	0,00	453.328,93	
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	2.020.600,00	1.364.433,08	49.000,00	239.000,00	0,00	1.125.433,08	49.000,00	214.500,00	0,00	1.149.933,08	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1.555.000,00	628.618,44	69.911,18	299.511,18	0,00	329.107,26	67.351,18	263.351,18	0,00	365.267,26	
11 - TRABALHO	83.917.053,00	171.503.936,23	15.046.936,33	81.437.931,56	0,31	90.066.004,67	22.822.756,33	80.675.321,58	0,32	90.828.614,65	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	80.000,00	945.000,00	214.959,58	669.185,36	0,00	275.814,64	88.295,42	123.245,42	0,00	821.754,58	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
333 - EMPREGABILIDADE	10.000.000,00	86.312.666,78	6.000.000,00	39.500.000,00	0,15	46.812.666,78	10.000.000,00	39.500.000,00	0,15	46.812.666,78	
334 - FOMENTO AO TRABALHO	70.989.053,00	81.156.371,31	8.374.371,79	39.547.871,93	0,15	41.608.499,38	12.362.501,30	39.430.313,97	0,15	41.726.057,34	
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.828.000,00	3.079.898,14	457.604,96	1.720.874,27	0,01	1.359.023,87	371.959,61	1.621.762,19	0,01	1.458.135,95	
12 - EDUCAÇÃO	5.495.560.996,00	6.525.307.930,65	1.060.598.952,69	4.213.502.835,58	15,93	2.311.805.095,07	983.028.396,55	3.998.273.870,98	15,67	2.527.034.059,67	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	802.758.490,00	1.016.161.119,85	170.094.077,43	566.732.008,08	2,14	449.429.111,77	163.451.625,61	558.368.071,66	2,19	457.793.048,19	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.056.687,00	7.356.687,00	185.177,75	4.266.289,87	0,02	3.090.397,13	781.151,17	4.265.513,07	0,02	3.091.173,93	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	2.625.905,00	2.625.905,00	425.770,42	1.706.379,25	0,01	919.525,75	418.408,35	1.699.017,18	0,01	926.887,82	
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	760.062.173,00	888.321.128,00	72.835.375,63	707.352.786,96	2,67	180.968.341,04	76.073.187,93	697.715.556,06	2,73	190.605.571,94	
362 - ENSINO MÉDIO	2.800.035.157,00	3.405.760.682,07	541.597.657,37	2.205.849.164,55	8,34	1.199.911.517,52	463.354.757,11	2.013.724.565,16	7,89	1.392.036.116,91	
363 - ENSINO PROFISSIONAL	43.621.932,00	45.804.801,83	14.019.311,69	26.367.192,90	0,10	19.437.608,93	13.951.612,02	26.265.780,03	0,10	19.539.021,80	
364 - ENSINO SUPERIOR	704.640.652,00	752.997.606,90	112.685.886,22	407.899.038,58	1,54	345.098.568,32	114.450.382,60	403.217.224,15	1,58	349.780.382,75	
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	9.180.000,00	41.200.000,00	10.648.095,03	32.492.956,29	0,12	8.707.043,71	12.440.319,87	32.181.773,83	0,13	9.018.226,17	
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	350.510.000,00	350.180.000,00	136.289.463,18	254.604.262,19	0,96	95.575.737,81	136.288.813,92	254.603.612,93	1,00	95.576.387,07	
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.250.000,00	10.200.000,00	1.818.137,97	6.232.756,91	0,02	3.967.243,09	1.818.137,97	6.232.756,91	0,02	3.967.243,09	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	2.260.000,00	2.260.000,00	0,00	0,00	0,00	2.260.000,00	0,00	0,00	0,00	2.260.000,00	
13 - CULTURA	218.405.183,00	377.752.146,58	118.940.790,90	250.410.904,30	0,95	127.341.242,28	119.245.508,37	247.861.103,71	0,97	129.891.042,87	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.139.793,00	21.269.196,00	3.759.689,57	12.920.321,39	0,05	8.348.874,61	3.606.468,45	12.712.162,34	0,05	8.557.033,66	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	69.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	31.431.569,00	37.892.285,39	8.874.948,76	26.357.527,27	0,10	11.534.758,12	8.744.654,89	26.212.169,45	0,10	11.680.115,94	
392 - DIFUSÃO CULTURAL	165.731.821,00	318.590.665,19	106.306.152,57	211.133.055,64	0,80	107.457.609,55	106.894.385,03	208.936.771,92	0,82	109.653.893,27	
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	498.496.234,00	548.922.589,64	82.908.557,20	291.401.007,34	1,10	257.521.582,30	81.310.965,71	279.940.605,56	1,10	268.981.984,08	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	270.698.332,00	286.388.332,00	44.482.343,08	177.078.426,56	0,67	109.309.905,44	43.762.338,06	174.784.884,73	0,68	111.603.447,27	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.955.000,00	1.955.000,00	6.699,60	408.009,72	0,00	1.546.990,28	181.189,92	401.720,22	0,00	1.553.279,78	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	475.000,00	465.000,00	78.194,85	166.011,25	0,00	298.988,75	60.239,25	111.502,45	0,00	353.497,55	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	2.655.000,00	5.392.353,33	690.471,71	690.471,71	0,00	4.701.881,62	690.471,71	690.471,71	0,00	4.701.881,62	
242 - ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	8.018.427,00	7.179.097,36	1.107.979,83	3.517.878,01	0,01	3.661.219,35	1.105.560,39	3.515.458,57	0,01	3.663.638,79	
301 - ATENÇÃO BÁSICA	2.203.300,00	4.641.535,77	1.192.808,47	3.156.023,02	0,01	1.485.512,75	1.004.985,01	2.871.249,04	0,01	1.770.286,73	
334 - FOMENTO AO TRABALHO	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	
421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	18.100.000,00	18.838.000,00	687.749,90	966.358,36	0,00	17.871.641,64	63.110,30	218.745,54	0,00	18.619.254,46	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	193.281.175,00	222.893.271,18	34.662.309,76	105.417.828,71	0,40	117.475.442,47	34.443.071,07	97.346.573,30	0,38	125.546.697,88	
423 - ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
15 - URBANISMO	174.791.837,00	414.486.014,09	80.420.659,48	240.168.784,24	0,91	174.317.229,85	79.239.762,75	237.314.911,54	0,93	177.171.102,55	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	180.000,00	337.203,12	0,00	0,00	0,00	337.203,12	0,00	0,00	0,00	337.203,12	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.000,00	124.070,00	0,00	124.070,00	0,00	0,00	3.500,00	124.070,00	0,00	0,00	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	80.711.665,00	246.153.071,50	63.426.793,36	194.430.314,16	0,74	51.722.757,34	64.187.990,62	193.608.314,16	0,76	52.544.757,34	
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	44.825.172,00	75.189.047,52	10.445.590,44	37.775.582,57	0,14	37.413.464,95	10.531.868,65	37.775.582,07	0,15	37.413.465,45	
695 - TURISMO	49.015.000,00	92.682.621,95	6.548.275,68	7.838.817,51	0,03	84.843.804,44	4.516.403,48	5.806.945,31	0,02	86.875.676,64	
16 - HABITAÇÃO	64.606.562,00	127.497.633,42	19.596.783,32	32.042.758,08	0,12	95.454.875,34	5.582.470,04	17.908.282,72	0,07	109.589.350,70	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.916.871,00	10.914.942,42	1.722.131,72	5.956.127,46	0,02	4.958.814,96	1.714.623,74	5.948.619,46	0,02	4.966.322,96	
481 - HABITAÇÃO RURAL	7.598.000,00	9.029.042,13	3.629.393,96	3.629.393,96	0,01	5.399.648,17	2.358.593,96	2.358.593,96	0,01	6.670.448,17	



FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MPAGAR A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
482 - HABITAÇÃO URBANA	47.091.691,00	107.553.648,87	14.245.257,64	22.457.236,66	0,08	85.096.412,21	1.509.252,34	9.601.069,30	0,04	97.952.579,57	
17 - SANEAMENTO	309.345.749,00	565.135.190,36	34.928.087,54	100.085.875,91	0,38	465.049.314,45	37.091.883,39	94.479.518,15	0,37	470.655.672,21	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	30.000,00	530.065,72	97.427,02	99.961,81	0,00	430.103,91	97.427,02	99.961,81	0,00	430.103,91	
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	107.496.039,00	164.059.530,28	13.902.920,93	42.133.792,89	0,16	121.925.737,39	15.301.002,03	36.613.267,51	0,14	127.446.262,77	
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	171.897.064,00	369.842.382,68	20.927.739,59	57.071.555,53	0,22	312.770.827,15	21.693.454,34	56.985.723,15	0,22	312.856.659,53	
695 - TURISMO	29.922.646,00	30.703.211,68	0,00	780.565,68	0,00	29.922.646,00	0,00	780.565,68	0,00	29.922.646,00	
18 - GESTÃO AMBIENTAL	745.114.481,00	1.053.027.388,13	100.645.708,52	385.919.802,70	1,46	667.107.585,43	125.084.105,69	367.023.155,23	1,44	686.004.232,90	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	94.632.245,00	103.793.622,14	13.544.394,26	57.579.050,20	0,22	46.214.571,94	18.801.397,01	54.524.660,86	0,21	49.268.961,28	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.865.000,00	8.958.800,00	538.075,21	4.456.441,72	0,02	4.502.358,28	700.342,94	3.082.744,75	0,01	5.876.055,25	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	153.400,00	153.400,00	6.075,00	18.683,00	0,00	134.717,00	6.075,00	18.683,00	0,00	134.717,00	
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	72.581.373,00	77.640.368,30	13.336.935,15	47.134.785,74	0,18	30.505.582,56	13.726.603,04	46.401.036,47	0,18	31.239.331,83	
542 - CONTROLE AMBIENTAL	5.453.151,00	45.747.496,90	7.132.898,25	20.269.098,41	0,08	25.478.398,49	5.931.270,94	16.771.165,06	0,07	28.976.331,84	
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1.500.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
544 - RECURSOS HÍDRICOS	556.715.970,00	809.020.520,86	65.154.856,26	253.108.104,71	0,96	555.912.416,15	85.026.019,82	243.436.974,13	0,95	565.583.546,73	
545 - METEOROLOGIA	6.983.342,00	7.443.179,93	932.474,39	3.353.638,92	0,01	4.089.541,01	892.396,94	2.787.890,96	0,01	4.655.288,97	
695 - TURISMO	230.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	210.746.999,00	518.914.855,49	108.908.058,42	199.205.511,79	0,75	319.709.343,70	103.796.639,48	193.553.373,05	0,76	325.361.482,44	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	36.432.661,00	37.764.343,32	4.914.760,75	18.166.741,09	0,07	19.597.602,23	4.992.192,31	17.995.023,81	0,07	19.769.319,51	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.486.000,00	213.671.414,34	48.518.420,38	49.306.811,17	0,19	164.364.603,17	44.648.394,79	45.354.892,72	0,18	168.316.521,62	
363 - ENSINO PROFISSIONAL	21.629.479,00	31.934.191,44	7.096.442,11	17.316.367,56	0,07	14.617.823,88	6.939.420,52	17.157.305,56	0,07	14.776.885,88	
364 - ENSINO SUPERIOR	31.598.100,00	45.040.315,85	22.250.841,13	31.669.832,23	0,12	13.370.483,62	22.254.868,13	31.664.369,23	0,12	13.375.946,62	
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	109.952.732,00	180.872.563,54	24.078.339,67	79.976.229,76	0,30	100.896.333,78	24.207.490,90	79.976.229,76	0,31	100.896.333,78	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.618.027,00	9.612.027,00	2.049.254,38	2.769.529,98	0,01	6.842.497,02	754.272,83	1.405.551,97	0,01	8.206.475,03	
695 - TURISMO	30.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
20 - AGRICULTURA	425.231.509,00	572.748.114,58	125.412.830,22	370.667.883,14	1,40	202.080.231,44	127.420.453,61	359.325.833,70	1,41	213.422.280,88	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	197.842.521,00	205.539.723,73	30.254.225,75	119.291.078,37	0,45	86.248.645,36	30.361.165,91	119.052.877,01	0,47	86.486.846,72	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.687.000,00	1.797.040,00	217.417,62	796.032,60	0,00	1.001.007,40	156.211,56	710.927,18	0,00	1.086.112,82	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	215.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	81.871.095,00	158.957.798,95	42.924.870,71	116.852.796,79	0,44	42.105.002,16	42.547.822,31	115.778.821,81	0,45	43.178.977,14	
451 - INFRA- ESTRUTURA URBANA	160.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
605 - ABASTECIMENTO	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
606 - EXTENSÃO RURAL	48.584.989,00	75.310.161,93	12.734.574,29	46.280.556,37	0,17	29.029.605,56	12.332.391,61	42.116.833,10	0,17	33.193.328,83	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	91.545.947,00	118.987.938,35	38.279.984,65	83.226.693,29	0,31	35.761.245,06	41.134.264,85	78.837.680,23	0,31	40.150.258,12	
609 - DEFESA AGROPECUÁRIA	3.215.957,00	11.775.451,62	1.001.757,20	4.220.725,72	0,02	7.554.725,90	888.597,37	2.828.694,37	0,01	8.946.757,25	
631 - REFORMA AGRÁRIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
752 - ENERGIA ELÉTRICA	35.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	23.574.999,00	42.556.949,41	6.538.508,80	21.822.509,87	0,08	20.734.439,54	5.852.793,87	20.818.348,95	0,08	21.738.600,46	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	778.862,00	778.862,00	0,00	0,00	0,00	778.862,00	0,00	0,00	0,00	778.862,00	
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	10.246.902,00	11.515.113,97	2.711.969,96	5.307.198,64	0,02	6.207.915,33	2.140.955,93	4.601.958,88	0,02	6.913.155,09	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.213.041,00	2.656.041,00	0,00	2.326.082,48	0,01	329.958,52	0,00	2.326.082,48	0,01	329.958,52	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	6.765.000,00	7.886.000,00	1.531.000,00	6.725.990,90	0,03	1.160.009,10	1.531.000,00	6.725.990,90	0,03	1.160.009,10	
631 - REFORMA AGRÁRIA	4.471.194,00	19.720.932,44	2.295.538,84	7.463.237,85	0,03	12.257.694,59	2.180.837,94	7.164.316,69	0,03	12.556.615,75	
22 - INDÚSTRIA	10.630.000,00	43.194.709,18	2.572.856,14	38.880.258,20	0,15	4.314.450,98	2.567.794,65	38.865.520,24	0,15	4.329.188,94	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	160.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	300.000,00	2.963.634,71	524.858,92	1.721.193,46	0,01	1.242.441,25	519.797,43	1.706.455,50	0,01	1.257.179,21	
662 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	10.140.000,00	40.081.074,47	2.047.997,22	37.159.064,74	0,14	2.922.009,73	2.047.997,22	37.159.064,74	0,15	2.922.009,73	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	80.412.073,00	96.763.565,84	23.528.926,90	53.574.166,68	0,20	43.189.399,16	23.184.743,85	52.001.338,60	0,20	44.762.227,24	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	18.859.580,00	19.439.776,60	2.674.839,30	10.257.114,42	0,04	9.182.662,18	2.677.732,53	10.250.914,88	0,04	9.188.861,72	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.480.000,00	410.000,00	76.843,11	185.694,48	0,00	224.305,52	57.097,11	163.852,05	0,00	246.147,95	
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	60.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	400.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	2.700.000,00	2.144.043,40	253.442,36	1.024.873,52	0,00	1.119.169,88	253.442,36	1.024.873,52	0,00	1.119.169,88	
692 - COMERCIALIZAÇÃO	1.395.000,00	1.599.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	1.299.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	1.299.000,00	
695 - TURISMO	50.497.493,00	72.910.745,84	20.223.802,13	41.806.484,26	0,16	31.104.261,58	19.896.471,85	40.261.698,15	0,16	32.649.047,69	
24 - COMUNICAÇÕES	304.571.443,00	116.403.026,66	24.751.277,09	108.976.505,02	0,41	7.426.521,64	28.223.624,76	108.007.126,87	0,42	8.395.899,79	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.738.612,00	4.753.612,00	749.905,72	3.035.601,84	0,01	1.718.010,16	749.092,29	3.029.925,63	0,01	1.723.686,37	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	294.790.418,00	104.165.951,66	23.717.587,19	101.322.295,22	0,38	2.843.656,44	27.175.729,09	100.555.416,92	0,39	3.610.534,74	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	30.440,00	30.440,00	0,00	0,00	0,00	30.440,00	0,00	0,00	0,00	30.440,00	
722 - TELECOMUNICAÇÕES	5.011.973,00	7.453.023,00	283.784,18	4.618.607,96	0,02	2.834.415,04	298.803,38	4.421.784,32	0,02	3.031.238,68	
25 - ENERGIA	15.177.000,00	11.936.360,75	1.037.012,67	3.612.524,24	0,01	8.323.836,51	974.746,91	3.550.258,48	0,01	8.386.102,27	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00	
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
752 - ENERGIA ELÉTRICA	15.080.000,00	11.869.360,75	1.037.012,67	3.612.524,24	0,01	8.256.836,51	974.746,91	3.550.258,48	0,01	8.319.102,27	
26 - TRANSPORTE	1.786.631.352,00	2.502.068.733,57	405.768.674,99	1.185.862.363,27	4,48	1.316.206.370,30	371.511.610,26	1.139.804.837,91	4,47	1.362.263.895,66	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	580.696.421,00	578.575.776,54	72.942.336,89	258.652.860,29	0,98	319.922.916,25	74.260.961,67	256.169.820,81	1,00	322.405.955,73	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	337.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27.472.226,00	27.472.226,00	4.877.323,15	15.577.398,15	0,06	11.894.827,85	4.490.160,77	14.666.291,54	0,06	12.805.934,46	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	881.600,00	881.600,00	0,00	0,00	0,00	881.600,00	0,00	0,00	0,00	881.600,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.527.519,00	2.287.519,00	0,00	0,00	0,00	2.287.519,00	0,00	0,00	0,00	2.287.519,00	
781 - TRANSPORTE AÉREO	12.500.000,00	16.118.373,12	945.559,06	3.403.167,61	0,01	12.715.205,51	945.559,06	3.403.167,61	0,01	12.715.205,51	
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	661.549.696,00	1.250.707.348,06	210.213.848,33	596.264.651,20	2,25	654.442.696,86	197.090.220,94	576.349.465,05	2,26	674.357.883,01	
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	496.466.890,00	625.718.890,85	116.789.607,56	311.964.286,02	1,18	313.754.604,83	94.724.707,82	289.216.092,90	1,13	336.502.797,95	
784 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
785 - TRANSPORTES ESPECIAIS	4.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
27 - DESPORTO E LAZER	61.613.417,00	98.122.275,93	27.404.281,15	68.191.699,15	0,26	29.930.576,78	25.190.561,20	64.117.619,68	0,25	34.004.656,25	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.979.647,00	8.462.552,95	1.536.904,49	5.405.852,15	0,02	3.056.700,80	1.536.457,72	5.384.934,52	0,02	3.077.618,43	



FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	736.000,00	606.000,00	95.394,07	292.317,38	0,00	313.682,62	96.474,07	292.317,38	0,00	313.682,62	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	330.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	22.145.149,00	16.286.821,14	3.524.481,78	6.906.999,67	0,03	9.379.821,47	3.486.288,90	6.832.832,11	0,03	9.453.989,03	
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	30.342.621,00	72.436.901,84	22.247.500,81	55.586.529,95	0,21	16.850.371,89	20.071.340,51	51.607.535,67	0,20	20.829.366,17	
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.925.076.150,00	6.438.989.060,95	689.747.484,90	2.389.257.690,18	9,03	4.049.731.370,77	689.717.266,45	2.389.215.434,96	9,36	4.049.773.625,99	
841 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.000.000,00	2.906.369.412,56	0,00	0,00	0,00	2.906.369.412,56	0,00	0,00	0,00	2.906.369.412,56	
842 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	1.000.000,00	7.213.004,13	0,00	0,00	0,00	7.213.004,13	0,00	0,00	0,00	7.213.004,13	
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	900.430.520,00	1.226.639.499,76	89.983.093,67	832.961.614,63	3,15	393.677.885,13	89.983.093,67	832.961.614,63	3,26	393.677.885,13	
844 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	1.440.325.044,00	1.535.171.119,50	388.182.286,05	1.047.881.217,02	3,96	487.289.902,48	388.182.286,05	1.047.881.217,02	4,11	487.289.902,48	
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	582.320.586,00	763.596.025,00	211.582.105,18	508.414.858,53	1,92	255.181.166,47	211.551.886,73	508.372.603,31	1,99	255.223.421,69	
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	2.761.754.423,00	3.012.601.699,37	485.611.930,23	1.782.275.343,60	6,74	1.230.326.355,77	482.592.587,95	1.732.608.609,08	6,79	1.279.993.090,29	
TOTAL (III) = (I + II)	38.675.118.192,00	46.988.112.974,08	7.315.771.615,35	26.453.036.770,86	100,00	20.535.076.203,22	7.134.823.378,32	25.520.190.570,80	100,00	21.467.922.403,28	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	2.761.754.423,00	3.012.601.699,37	485.611.930,23	1.782.275.343,60	6,74	1.230.326.355,77	482.592.587,95	1.732.608.609,08	6,79	1.279.993.090,29	
01 - LEGISLATIVA	83.037.331,00	84.141.532,89	13.047.109,72	51.425.510,10	0,19	32.716.022,79	12.848.017,81	47.731.256,75	0,19	36.410.276,14	
031 - AÇÃO LEGISLATIVA	1.180.000,00	1.180.000,00	196.749,90	753.615,58	0,00	426.384,42	196.749,90	753.615,58	0,00	426.384,42	
032 - CONTROLE EXTERNO	42.041.992,00	42.086.193,89	6.358.869,43	26.071.174,48	0,10	16.015.019,41	6.462.998,66	25.761.695,14	0,10	16.324.498,75	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	39.310.339,00	40.370.339,00	6.491.490,39	24.531.444,64	0,09	15.838.894,36	6.177.962,68	21.171.001,76	0,08	19.199.337,24	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	505.000,00	505.000,00	0,00	69.275,40	0,00	435.724,60	10.306,57	44.944,27	0,00	460.055,73	
02 - JUDICIÁRIA	244.907.286,00	246.577.758,26	37.984.309,67	143.835.936,62	0,54	102.741.821,64	36.381.982,49	124.486.277,73	0,49	122.091.480,53	
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA	174.731.404,00	178.274.371,31	28.223.451,24	110.013.068,90	0,42	68.261.302,41	27.702.119,32	95.900.073,90	0,38	82.374.297,41	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	65.425.882,00	66.429.301,16	9.039.785,12	33.101.794,41	0,13	33.327.506,75	8.679.863,17	28.586.203,83	0,11	37.843.097,33	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.750.000,00	1.874.085,79	721.073,31	721.073,31	0,00	1.153.012,48	0,00	0,00	0,00	1.874.085,79	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	111.096.206,00	118.574.838,00	17.813.443,88	68.144.485,91	0,26	50.430.352,09	21.062.459,07	64.057.321,54	0,25	54.517.516,46	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	97.632.157,00	102.930.789,00	15.689.008,53	64.864.031,80	0,25	38.066.757,20	20.496.851,22	63.157.569,91	0,25	39.773.219,09	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.464.049,00	15.644.049,00	2.124.435,35	3.280.454,11	0,01	12.363.594,89	565.607,85	899.751,63	0,00	14.744.297,37	
04 - ADMINISTRAÇÃO	212.796.588,00	218.520.784,62	29.320.383,68	118.272.435,12	0,45	100.248.349,50	29.414.549,48	116.488.602,41	0,46	102.032.182,21	
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.840.000,00	6.067.737,00	1.011.554,32	3.999.304,26	0,02	2.068.432,74	1.011.554,32	3.999.304,26	0,02	2.068.432,74	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	186.285.381,00	184.908.178,32	24.810.064,90	102.683.322,90	0,39	82.224.855,42	24.399.764,51	101.374.476,67	0,40	83.533.701,65	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	700.000,00	1.200.000,00	186.013,58	738.581,68	0,00	461.418,32	182.213,33	645.574,89	0,00	554.425,11	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	19.971.207,00	26.344.869,30	3.312.750,88	10.851.226,28	0,04	15.493.643,02	3.821.017,32	10.469.246,59	0,04	15.875.622,71	
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	702.002.810,00	832.279.821,40	138.656.435,93	479.960.769,15	1,81	352.319.052,25	135.913.054,03	466.234.796,54	1,83	366.045.024,86	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	648.751.242,00	699.918.051,98	107.938.117,22	409.756.943,42	1,55	290.161.108,56	107.771.782,38	406.838.432,22	1,59	293.079.619,76	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.282.202,00	37.932.857,83	9.956.384,73	17.908.659,42	0,07	20.024.198,41	7.090.038,91	14.342.297,98	0,06	23.590.559,85	
181 - POLICIAMENTO	10.000,00	12.340.000,00	4.203.329,64	9.807.769,16	0,04	2.532.230,84	2.802.219,76	8.406.659,28	0,03	3.933.340,72	
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	44.843.050,00	81.035.503,41	15.710.364,43	41.586.340,86	0,16	39.449.162,55	17.400.773,07	35.746.350,77	0,14	45.289.152,64	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MRESTOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
421 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	116.316,00	1.053.408,18	848.239,91	901.056,29	0,00	152.351,89	848.239,91	901.056,29	0,00	152.351,89	
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.214.265,00	18.224.265,00	3.432.811,47	10.065.026,02	0,04	8.159.238,98	3.353.627,78	8.964.881,82	0,04	9.259.383,18	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.108.489,00	16.408.489,00	3.006.662,44	8.957.730,18	0,03	7.450.758,82	2.952.018,26	7.910.650,04	0,03	8.497.838,96	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	869.776,00	1.579.776,00	414.620,95	1.038.127,36	0,00	541.648,64	367.025,28	985.063,30	0,00	594.712,70	
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	236.000,00	236.000,00	11.528,08	69.168,48	0,00	166.831,52	34.584,24	69.168,48	0,00	166.831,52	
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	46.133.906,00	48.307.812,00	5.841.961,46	24.630.847,09	0,09	23.676.964,91	5.841.961,46	24.630.847,09	0,10	23.676.964,91	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	30.633.906,00	30.633.906,00	4.211.327,64	16.845.310,32	0,06	13.788.595,68	4.211.327,64	16.845.310,32	0,07	13.788.595,68	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.500.000,00	17.673.906,00	1.630.633,82	7.785.536,77	0,03	9.888.369,23	1.630.633,82	7.785.536,77	0,03	9.888.369,23	
10 - SAÚDE	176.746.661,00	208.918.539,51	40.593.189,90	126.320.411,68	0,48	82.598.127,83	40.754.873,53	125.840.929,84	0,49	83.077.609,67	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	152.896.080,00	152.325.519,52	35.908.328,24	111.105.108,12	0,42	41.220.411,40	35.908.328,24	111.105.108,12	0,44	41.220.411,40	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.759.969,00	22.468.692,52	2.948.179,73	10.745.025,26	0,04	11.723.667,26	3.197.375,08	10.400.405,38	0,04	12.068.287,14	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	
301 - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	24.567.632,47	0,00	0,00	0,00	24.567.632,47	0,00	0,00	0,00	24.567.632,47	
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.839.982,00	9.017.548,00	1.736.681,93	4.429.268,80	0,02	4.588.279,20	1.649.170,21	4.294.406,84	0,02	4.723.141,16	
542 - CONTROLE AMBIENTAL	250.630,00	289.147,00	0,00	41.009,50	0,00	248.137,50	0,00	41.009,50	0,00	248.137,50	
11 - TRABALHO	0,00	149.455,20	134.455,20	134.455,20	0,00	15.000,00	134.455,20	134.455,20	0,00	15.000,00	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
334 - FOMENTO AO TRABALHO	0,00	134.455,20	134.455,20	134.455,20	0,00	0,00	134.455,20	134.455,20	0,00	0,00	
12 - EDUCAÇÃO	515.896.326,00	531.577.356,96	90.917.868,30	342.963.157,90	1,30	188.614.199,06	90.881.302,85	341.059.529,39	1,34	190.517.827,57	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.045.621,00	10.811.118,36	1.073.763,81	4.728.497,98	0,02	6.082.620,38	1.150.513,81	4.728.497,98	0,02	6.082.620,38	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.011.000,00	2.359.000,00	282.844,16	1.127.172,53	0,00	1.231.827,47	282.844,16	1.127.172,53	0,00	1.231.827,47	
362 - ENSINO MÉDIO	415.809.455,00	425.886.988,60	73.698.210,90	277.362.185,91	1,05	148.524.802,69	73.698.210,90	277.362.185,91	1,09	148.524.802,69	
364 - ENSINO SUPERIOR	92.030.250,00	92.520.250,00	15.863.049,43	59.745.301,48	0,23	32.774.948,52	15.749.733,98	57.841.672,97	0,23	34.678.577,03	
13 - CULTURA	3.419.552,00	3.419.552,00	559.910,05	1.979.553,13	0,01	1.439.998,87	540.310,59	1.959.953,67	0,01	1.459.598,33	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.309.552,00	3.309.552,00	552.260,05	1.961.703,13	0,01	1.347.848,87	535.210,59	1.944.653,67	0,01	1.364.898,33	
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	61.000,00	61.000,00	5.100,00	11.900,00	0,00	49.100,00	3.400,00	10.200,00	0,00	50.800,00	
392 - DIFUSÃO CULTURAL	49.000,00	49.000,00	2.550,00	5.950,00	0,00	43.050,00	1.700,00	5.100,00	0,00	43.900,00	
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	47.160.394,00	47.999.088,95	7.502.954,06	29.221.110,83	0,11	18.777.978,12	7.493.891,94	29.107.088,84	0,11	18.892.000,11	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	46.022.977,00	46.022.977,00	7.002.424,76	28.009.458,22	0,11	18.013.518,78	7.002.424,76	28.009.458,22	0,11	18.013.518,78	
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.137.417,00	1.976.111,95	500.529,30	1.211.652,61	0,00	764.459,34	491.467,18	1.097.630,62	0,00	878.481,33	
15 - URBANISMO	215.000,00	208.345,43	26.272,45	47.715,87	0,00	160.629,56	26.272,45	47.715,87	0,00	160.629,56	
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000,00	109.621,76	1.793,86	2.176,78	0,00	107.444,98	1.793,86	2.176,78	0,00	107.444,98	
543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	45.000,00	58.723,67	24.478,59	45.539,09	0,00	13.184,58	24.478,59	45.539,09	0,00	13.184,58	
695 - TURISMO	70.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
16 - HABITAÇÃO	31.641,00	31.641,00	432,00	432,00	0,00	31.209,00	432,00	432,00	0,00	31.209,00	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.641,00	1.641,00	432,00	432,00	0,00	1.209,00	432,00	432,00	0,00	1.209,00	
482 - HABITAÇÃO URBANA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
17 - SANEAMENTO	275.000,00	270.744,28	40.148,13	112.450,93	0,00	158.293,35	40.148,13	112.450,93	0,00	158.293,35	
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	200.000,00	199.934,28	20.957,94	81.317,62	0,00	118.616,66	20.957,94	81.317,62	0,00	118.616,66	
511 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL	75.000,00	70.810,00	19.190,19	31.133,31	0,00	39.676,69	19.190,19	31.133,31	0,00	39.676,69	



FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (C) = (A-B)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (E) = (A-D)	INSCRITAS EM MPAGOS A MPAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/ TOTAL B)		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/ TOTAL D)		
18 - GESTÃO AMBIENTAL	13.910.134,00	18.593.119,69	2.299.343,49	8.426.860,17	0,03	10.166.259,52	2.147.378,45	7.996.279,70	0,03	10.596.839,99	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.813.555,00	13.341.100,00	1.957.062,97	7.609.248,59	0,03	5.731.851,41	1.892.439,43	7.384.936,59	0,03	5.956.163,41	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	729.579,00	1.017.151,83	109.224,58	427.002,77	0,00	590.149,06	105.489,55	328.022,96	0,00	689.128,87	
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	167.000,00	1.060.000,00	214.220,58	294.548,38	0,00	765.451,62	130.614,11	194.883,55	0,00	865.116,45	
542 - CONTROLE AMBIENTAL	20.000,00	2.976.795,52	0,00	0,00	0,00	2.976.795,52	0,00	0,00	0,00	2.976.795,52	
544 - RECURSOS HÍDRICOS	50.000,00	68.072,34	3.587,70	35.069,79	0,00	33.002,55	3.587,70	35.069,79	0,00	33.002,55	
545 - METEOROLOGIA	130.000,00	130.000,00	15.247,66	60.990,64	0,00	69.009,36	15.247,66	53.366,81	0,00	76.633,19	
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.251.874,00	3.243.069,75	574.234,19	1.465.834,25	0,01	1.777.235,50	470.148,44	1.341.856,20	0,01	1.901.213,55	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.864.374,00	1.864.374,00	276.775,56	1.060.923,63	0,00	803.450,37	168.163,46	952.311,53	0,00	912.062,47	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	287.500,00	1.163.910,44	108.546,53	215.998,52	0,00	947.911,92	113.072,88	200.632,57	0,00	963.277,87	
571 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	0,00	14.785,31	0,00	0,00	0,00	14.785,31	0,00	0,00	0,00	14.785,31	
573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	100.000,00	200.000,00	188.912,10	188.912,10	0,00	11.087,90	188.912,10	188.912,10	0,00	11.087,90	
20 - AGRICULTURA	10.088.723,00	10.559.536,81	1.748.358,41	6.214.564,75	0,02	4.344.972,06	1.850.122,45	5.632.238,93	0,02	4.927.297,88	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.080.723,00	9.131.536,81	1.452.070,16	5.537.203,79	0,02	3.594.333,02	1.433.850,44	4.956.249,29	0,02	4.175.287,52	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	468.000,00	618.000,00	52.796,94	232.308,13	0,00	385.691,87	52.796,94	230.936,81	0,00	387.063,19	
606 - EXTENSÃO RURAL	420.000,00	690.000,00	227.174,70	347.158,46	0,00	342.841,54	347.158,46	347.158,46	0,00	342.841,54	
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	120.000,00	120.000,00	16.316,61	97.894,37	0,00	22.105,63	16.316,61	97.894,37	0,00	22.105,63	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.425.748,00	26.705.417,00	6.738.783,74	20.161.451,08	0,08	6.543.965,92	5.115.476,38	18.538.143,72	0,07	8.167.273,28	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	696.996,00	1.476.530,00	122.531,44	458.985,41	0,00	1.017.544,59	122.531,44	458.985,41	0,00	1.017.544,59	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.172.000,00	100.000,00	1.540,38	5.391,33	0,00	94.608,67	1.540,38	5.391,33	0,00	94.608,67	
691 - PROMOÇÃO COMERCIAL	0,00	24.552.000,00	6.601.595,24	19.612.462,79	0,07	4.939.537,21	4.978.287,88	17.989.155,43	0,07	6.562.844,57	
695 - TURISMO	556.752,00	576.887,00	13.116,68	84.611,55	0,00	492.275,45	13.116,68	84.611,55	0,00	492.275,45	
24 - COMUNICAÇÕES	910.216,00	1.056.105,56	207.675,80	691.414,90	0,00	364.690,66	204.050,76	618.812,56	0,00	437.293,00	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	910.216,00	925.216,00	145.204,68	560.525,34	0,00	364.690,66	141.579,64	487.923,00	0,00	437.293,00	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	130.889,56	62.471,12	130.889,56	0,00	0,00	62.471,12	130.889,56	0,00	0,00	
26 - TRANSPORTE	25.073.218,00	27.561.371,06	4.641.451,81	16.476.172,60	0,06	11.085.198,46	4.587.675,77	15.899.990,05	0,06	11.661.381,01	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	23.225.218,00	25.713.371,06	4.197.943,89	15.430.742,53	0,06	10.282.628,53	4.182.436,98	14.892.829,11	0,06	10.820.541,95	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.390.000,00	1.390.000,00	443.507,92	1.027.548,06	0,00	362.451,94	405.238,79	989.278,93	0,00	400.721,07	
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	158.000,00	158.000,00	0,00	0,00	0,00	158.000,00	0,00	0,00	0,00	158.000,00	
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	200.000,00	200.000,00	0,00	17.882,01	0,00	182.117,99	0,00	17.882,01	0,00	182.117,99	
783 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
27 - DESPORTO E LAZER	336.333,00	356.333,00	47.019,20	133.412,70	0,00	222.920,30	47.019,20	133.412,70	0,00	222.920,30	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	177.333,00	177.333,00	27.150,20	105.458,36	0,00	71.874,64	27.150,20	105.458,36	0,00	71.874,64	
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	74.000,00	74.000,00	5.424,79	5.424,79	0,00	68.575,21	5.424,79	5.424,79	0,00	68.575,21	
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	15.000,00	35.000,00	2.259,86	7.909,51	0,00	27.090,49	2.259,86	7.909,51	0,00	27.090,49	
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	70.000,00	70.000,00	12.184,35	14.620,04	0,00	55.379,96	12.184,35	14.620,04	0,00	55.379,96	
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	530.825.211,00	565.325.211,00	83.483.377,69	331.591.335,60	1,25	233.733.875,40	83.483.377,69	331.591.335,60	1,30	233.733.875,40	
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	530.825.211,00	565.325.211,00	83.483.377,69	331.591.335,60	1,25	233.733.875,40	83.483.377,69	331.591.335,60	1,30	233.733.875,40	

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO - ID: 110
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



Emitido em: 20/09/24 10:33
R\$ 1,00DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2024
		9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVEMBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO	3 - MARÇO	4 - ABRIL	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO	TOTAL 12 MESES
RECEITAS CORRENTES (I)		3.312.655.609,54	3.392.742.755,04	3.511.790.159,54	5.081.867.354,93	4.184.634.755,11	4.259.699.254,98	4.743.414.798,00	3.820.410.492,68	4.085.534.260,98	4.127.195.006,30	3.870.295.261,40	4.007.825.143,52	48.698.064.855,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.864.575.265,40	1.845.263.641,84	1.829.467.248,53	2.138.321.637,78	2.337.804.954,66	1.996.919.467,41	2.001.103.075,09	2.058.737.229,77	2.085.498.961,28	2.120.497.177,55	2.127.438.895,09	2.184.685.453,92	24.590.313.008,32
ICMS		1.550.714.240,69	1.514.327.163,24	1.506.529.984,16	1.592.146.582,99	1.632.354.821,57	1.481.701.023,45	1.491.764.463,68	1.537.809.073,96	1.559.550.007,82	1.619.476.863,59	1.726.105.236,88	1.811.662.389,31	19.024.163.751,34
IPVA		43.541.798,50	39.702.238,73	34.712.688,71	42.935.772,14	496.386.849,58	253.753.162,91	241.043.725,40	238.747.130,81	236.635.569,66	208.584.854,54	82.147.490,30	58.924.054,68	1.977.115.335,96
ITCD		6.101.619,44	8.878.694,39	9.217.148,72	12.505.801,05	9.745.529,97	11.081.389,40	6.305.030,83	6.008.218,99	9.032.226,74	8.082.953,56	11.385.455,04	12.231.925,22	110.575.993,35
IRRF		182.439.212,57	196.638.563,91	198.344.677,99	402.416.344,54	109.218.980,93	175.227.706,40	182.848.596,68	186.221.120,75	182.339.632,51	189.232.074,18	198.748.945,06	202.930.380,36	2.406.606.235,88
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		81.778.394,20	85.716.981,57	80.662.748,95	88.317.137,06	90.098.772,61	75.156.185,25	79.141.258,50	89.929.785,26	97.941.524,55	95.120.431,68	109.051.767,81	98.936.704,35	1.071.851.691,79
Contribuições		118.155.467,95	179.963.067,88	118.202.785,74	308.459.605,25	1.645.288,27	127.951.828,98	121.446.049,42	106.865.026,80	110.459.583,06	120.545.326,46	108.847.543,53	113.197.977,23	1.535.739.550,57
Receita Patrimonial		88.276.157,41	85.691.070,06	116.406.015,12	368.425.233,47	84.991.915,61	88.525.392,79	88.595.464,30	90.756.389,66	102.733.149,37	89.372.751,63	92.569.796,50	129.629.622,89	1.425.972.958,81
Rendimentos de Aplicação Financeira		87.163.352,41	81.870.436,83	77.346.383,17	75.683.861,25	81.830.994,85	85.264.231,31	85.985.032,10	88.002.183,05	78.361.982,91	80.161.099,78	84.484.741,56	123.578.366,85	1.029.732.666,07
Outras Receitas Patrimoniais		1.112.805,00	3.820.633,23	39.059.631,95	292.741.372,22	3.160.920,76	3.261.161,48	2.610.432,20	2.754.206,61	24.371.166,46	9.211.651,85	8.085.054,94	6.051.256,04	396.240.292,74
Receita Agropecuária		2.614,56	1.002,00	0,00	2.164,52	1.200,00	1.657,17	0,00	1.007,16	2.264,37	1.095,30	1.004,19	0,00	14.009,27
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		38.342.839,24	41.505.844,85	39.115.364,67	70.245.279,58	14.620.133,14	38.996.935,71	48.935.511,89	52.131.479,08	42.011.403,02	56.054.812,80	70.056.173,49	48.349.356,29	560.365.133,76
Transferências Correntes		1.102.687.773,57	1.153.810.358,86	1.644.539.515,91	1.961.530.514,15	1.670.788.506,90	1.940.983.663,20	2.410.028.132,69	1.444.165.269,17	1.641.494.540,69	1.666.624.998,35	1.378.045.321,78	1.448.896.927,74	19.463.995.523,01
Cota-Parte do FPE		727.665.725,01	795.602.513,99	1.018.394.837,45	1.124.150.047,17	1.152.269.735,10	1.530.296.320,59	964.334.359,80	1.013.712.207,08	1.184.164.084,68	1.250.402.672,43	818.274.236,62	1.060.929.696,85	12.640.196.406,77
Transferências da LC 61/1989		5.239.920,94	5.853.687,88	4.796.366,80	5.221.760,30	3.807.712,97	3.960.227,69	4.652.545,78	4.023.517,39	4.234.887,81	5.321.425,74	4.703.683,60	6.365.654,71	58.181.391,61
Transferências do FUNDEB		199.913.421,08	210.647.004,82	220.897.290,27	260.725.418,75	390.717.959,81	268.986.632,77	218.585.592,31	257.088.723,32	245.449.860,64	260.550.740,42	226.880.035,68	248.067.455,11	3.008.510.136,98
Outras Transferências Correntes		169.868.706,54	141.707.152,17	400.451.021,39	571.433.287,93	123.993.099,02	137.740.482,15	1.222.455.634,80	169.340.819,38	207.645.737,56	150.350.159,76	328.187.365,88	133.534.121,07	3.756.707.587,65
Outras Receitas Correntes		100.615.491,41	86.507.769,55	64.059.229,57	234.882.920,18	74.782.759,53	66.320.309,72	73.306.564,61	67.754.091,04	103.334.359,19	74.098.844,21	93.336.526,82	83.065.805,45	1.122.064.671,28
DEDUÇÕES (II)		906.813.966,24	963.503.517,37	1.013.499.684,33	1.447.220.881,68	1.183.182.232,88	1.183.633.437,13	1.071.130.453,77	1.072.545.172,66	1.133.593.891,42	1.151.857.036,67	1.017.532.923,84	1.142.501.633,69	13.287.014.831,68
Transferências Constitucionais e Legais		399.511.253,49	388.723.496,54	425.340.554,18	478.800.330,56	646.562.204,22	489.945.139,02	488.838.976,43	501.232.432,41	503.836.701,75	504.469.489,65	469.184.942,73	476.878.698,66	5.773.324.219,64
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência		118.155.467,95	179.963.067,88	118.202.785,74	308.459.605,25	1.645.288,27	127.951.828,98	121.446.049,42	106.865.026,80	110.459.583,06	120.545.326,46	108.847.543,53	113.197.977,23	1.535.739.550,57
Compensação Fianc. entre Regimes Previdência		0,00	0,00	0,00	137.404.152,43	0,00	0,00	11.238.722,77	1.184.901,90	19.283.511,24	22.843,87	0,00	7.820.463,03	176.954.595,24
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários		1.126.244,81	-1.854.663,82	6.688.051,56	5.802.329,90	4.942.616,41	7.554.215,94	5.741.424,03	3.025.266,75	2.044.921,42	9.324.975,46	4.419.226,91	49.929.490,36	98.744.099,73
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		388.020.999,99	396.671.616,77	463.268.292,85	516.754.463,54	530.032.123,98	558.182.253,19	443.865.281,12	460.237.544,80	497.969.173,95	517.494.401,23	435.081.210,67	494.675.004,41	5.702.252.366,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.405.841.643,30	2.429.239.237,67	2.798.290.475,21	3.634.646.473,25	3.001.452.525,23	3.076.065.817,85	3.672.284.344,23	2.747.865.320,02	2.951.940.369,56	2.973.337.969,63	2.852.762.337,56	2.865.323.509,83	35.411.050.023,34
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)		800.000,00	8.430.769,73	4.200.045,00	849.159,00	0,00	0,00	887.627,00	0,00	49.889.401,29	2.800.000,00	151.000,00	0,00	68.008.002,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)		2.405.041.643,30	2.420.808.467,94	2.794.090.430,21	3.633.797.314,25	3.001.452.525,23	3.076.065.817,85	3.671.396.717,23	2.747.865.320,02	2.902.050.988,27	2.972.537.969,63	2.852.611.337,56	2.865.323.509,83	35.343.042.021,32



ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVEMBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO	3 - MARÇO	4 - ABRIL	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)(VI)	0,00	100.000,00	11.969.271,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	143.468.554,00	0,00	156.337.825,64	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	2.405.041.643,30	2.420.708.467,94	2.792.121.159,57	3.633.797.314,25	3.001.452.525,23	3.076.065.817,85	3.671.396.717,23	2.747.865.320,02	2.902.690.982,7	2.971.737.909,63	2.709.142.783,56	2.865.323.540,83	35.186.704.195,68	33.342.588.855,80
= (V - VI)														

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO - ID: 110
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR - CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORESORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Emitido em: 9/23/24 2:52 PM
RS 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)												RECEITAS REALIZADAS ATE O BIMESTRE (B)	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)												PREVISÃO ATUALIZADA (A)	
RECEITAS CORRENTES (I)												698.817.526,62	
Receita de Contribuições dos Segurados												120.777.663,00	132.315.025,27
Ativo												91.777.745,00	106.123.419,63
Inativo												13.652,00	11.921,42
Pensionista												28.987.266,00	26.179.684,22
Receita de Contribuições Patronais												345.400.934,00	226.276.686,32
Ativo												345.400.934,00	226.276.686,32
Inativo												0,00	0,00
Pensionista												0,00	0,00
Receita Patrimonial												732.058,00	58.259.812,74
Receitas Imobiliárias												0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários												732.058,00	58.259.812,74
Outras Receitas Patrimoniais												0,00	0,00
Receitas de Serviços												0,00	0,00
Outras Receitas Correntes												500.825.211,00	281.966.002,29
Compensação Financeira entre os regimes												0,00	1.364.224,53
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)												0,00	0,00
Demais Receitas Correntes												500.825.211,00	280.601.777,76
RECEITAS DE CAPITAL (III)												0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos												0,00	0,00
Amortização de Empréstimos												0,00	0,00
Outras Receitas de Capital												0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)												967.735.866,00	698.817.526,62



DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (G)
Benefícios	634.365.473,43	384.799.417,61	384.799.417,61	368.148.982,17	0,00
Aposentadorias	286.008,56	181.749,87	181.749,87	174.454,88	0,00
Pensões por Morte	634.079.464,87	384.617.667,74	384.617.667,74	367.974.527,29	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.221.302,00	5.615.103,44	5.615.103,44	5.615.103,44	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	10.211.302,00	5.615.103,44	5.615.103,44	5.615.103,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	644.586.775,43	390.414.521,05	390.414.521,05	373.764.085,61	0,00
Linha em branco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	323.149.090,57	308.403.005,57	308.403.005,57	325.053.441,01	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR					0,00
Linha em branco 1					0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR					445.612.892,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS		
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar					0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos					0,00
Outros Aportes para o RPPS					0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa					160.271.307,56
Investimentos e Aplicações					1.583.954.034,15
Outros Bens e Direitos					49.517.268,68
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (A)		RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	2.235.937.471,26		1.263.945.132,02		
Receita de Contribuições dos Segurados	1.021.080.009,53		495.952.472,53		
Ativo	780.814.817,00		380.748.457,14		
Inativo	224.870.947,53		113.507.879,16		
Pensionista	15.394.245,00		1.696.136,23		
Receita de Contribuições Patronais	1.214.857.461,73		714.663.653,75		
Ativo	1.214.857.461,73		714.663.653,75		
Inativo	0,00		0,00		
Pensionista	0,00		0,00		
Receita Patrimonial	0,00		15.171.512,74		
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00		15.171.512,74		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00		
Receitas de Serviços	0,00		0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		38.157.493,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		38.157.493,00		
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00		0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	2.235.937.471,26		1.263.945.132,02		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (G)
Benefícios	3.633.864.572,11	2.309.102.749,62	2.309.102.749,62	2.183.811.534,49	0,00
Aposentadorias	3.451.600.697,11	2.183.103.493,04	2.183.103.493,04	2.065.594.023,28	0,00
Pensões por Morte	182.263.875,00	125.999.256,58	125.999.256,58	118.217.511,21	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	12.001.302,00	5.874.928,15	5.874.928,15	5.874.928,15	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	1.790.000,00	259.824,71	259.824,71	259.824,71	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	10.211.302,00	5.615.103,44	5.615.103,44	5.615.103,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	3.645.865.874,11	2.314.977.677,77	2.314.977.677,77	2.189.686.462,64	0,00
Linha em branco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	-1.409.928.402,85	-1.051.032.545,75	-1.051.032.545,75	-925.741.330,62	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADOS		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					785.426.564,32
Recursos para Formação de Reserva					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa					96.791.036,83
Investimentos e Aplicações					0,00
Outros Bens e Direitos					209.281.117,53



ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA (A)		RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)	
Receitas Correntes		30.633.906,00		17.609.350,41	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)		30.633.906,00		17.609.350,41	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (G)
Despesas Correntes (XIII)	33.367.492,23	15.477.186,49	15.443.187,94	15.372.443,08	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.951.739,00	2.410.509,90	2.410.509,90	2.354.768,99	0,00
Demais Despesas Correntes	29.415.753,23	13.066.676,59	13.032.678,04	13.017.674,09	0,00
Despesas de Capital (XIV)	1.294.308,72	427.867,76	27.828,00	27.828,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	34.661.800,95	15.905.054,25	15.471.015,94	15.400.271,08	0,00
Linha em branco	34661800,95	15905054,25	15471015,94	15400271,08	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-4.027.894,95	1.704.296,16	2.138.334,47	2.209.079,33	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				28.824.416,05	
Investimentos e Aplicações				0,00	
Outros Bens e Direitos				603.768,74	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)	
Contribuições dos Servidores			6.779.000,00	3.887.238,65	
Demais Receitas Previdenciárias			6.440.000,00	5.865.109,87	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)			13.219.000,00	9.752.348,52	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (G)
Aposentadorias	16.900.000,00	10.328.229,80	10.328.229,80	10.328.229,80	0,00
Pensões	5.069.037,00	2.070.257,95	2.070.257,95	2.046.916,50	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	21.969.037,00	12.398.487,75	12.398.487,75	12.375.146,30	0,00
LINHA EM BRANCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	-8.750.037,00	-2.646.139,23	-2.646.139,23	-2.622.797,78	
RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES)					
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES			PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)	
Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos			607.102.617,00	327.738.278,22	
Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos			49.086.325,00	39.614.915,01	
Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas			33.499.058,00	22.032.793,65	
Outras contribuições Receitas Correntes			0,00	7.059.419,12	
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (XX)			689.688.000,00	396.445.406,00	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (G)
Inatividade	762.904.207,98	454.545.525,69	454.545.525,69	432.332.087,23	0,00
Pensões	351.282.172,00	248.688.724,35	248.688.724,35	241.344.404,68	0,00
Outras Despesas Correntes	10.226.302,00	5.615.103,44	5.615.103,44	5.615.103,44	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI)	1.124.412.681,98	708.849.353,48	708.849.353,48	679.291.595,35	0,00
LINHA EM BRANCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (XXII) = (XX-XXI)	-434.724.681,98	-312.403.947,48	-312.403.947,48	-282.846.189,35	

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Nota: Conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (CH202404203), o Fundo de Previdência Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – FPP deixou de ser apresentado dentro do quadro Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) e passou a ser apresentado dentro do quadro Benefícios Previdenciários Mantidos pelo Tesouro, uma vez que o FPP não é vinculado ao Próprio de Previdência Social.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Emitido em: 23/09/24 14:00
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE / 2024	
		RECEITAS REALIZADAS (A)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	34.281.947.230,80	24.587.525.828,93	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.942.499.862,13	10.710.570.708,72	
ICMS	10.823.491.822,13	7.762.810.404,23	
IPVA	767.711.837,00	726.486.877,13	
ITCD	136.956.246,00	59.098.183,69	
IRRF	2.172.117.427,00	1.426.767.436,87	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.042.222.530,00	735.407.806,80	
Contribuições	689.688.000,00	389.421.197,64	
Receita Patrimonial	1.514.076.925,96	687.198.120,31	
Aplicações Financeiras (II)	820.666.336,96	627.692.269,97	
Outras Receitas Patrimoniais	693.410.589,00	59.505.850,34	
Transferências Correntes	15.584.533.813,18	11.784.687.665,14	
Cota-Parte do FPE	10.060.067.598,00	7.179.506.626,72	
Transferências da LC nº 61/1989	33.410.810,00	22.241.793,86	
Transferências do FUNDEB	2.994.009.903,00	2.116.327.002,06	
Outras Transferências Correntes	2.497.045.502,18	2.466.612.242,50	
Demais Receitas Correntes	1.551.148.629,53	1.015.648.137,12	
Outras Receitas Financeiras (III)	135.520.498,00	71.857.120,48	
Receitas Correntes Restantes	1.415.628.131,53	943.791.016,64	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	33.325.760.395,84	23.887.976.438,48	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	3.240.544.185,26	1.910.137.703,37	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	6.982.058,00	79.976.362,44	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.075.574.315,22	541.197.857,95	
Operações de Crédito (VIII)	4.539.578.534,77	399.743.672,96	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	34.176.475,51	
Alienação de Bens	663.730,00	6.104.777,39	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	663.730,00	6.104.777,39	
Transferências de Capital	535.332.050,45	101.172.932,09	
Convênios	520.881.653,85	55.371.570,18	
Outras Transferências de Capital	14.450.396,60	45.801.361,91	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	535.995.780,45	107.277.709,48	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	37.102.300.361,55	25.905.391.851,33	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	33.861.756.176,29	23.995.254.147,96	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE / 2024					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (A)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (B)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (C)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	33.972.347.030,71	21.176.740.101,95	20.621.717.018,03	20.091.445.895,64	228.708.318,54	670.167.490,40	669.389.732,70
Pessoal e Encargos Sociais	18.426.291.040,66	11.802.833.763,11	11.757.196.029,51	11.282.540.424,46	176.340.249,34	4.190.986,78	4.190.986,78
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.173.389.480,00	847.766.528,91	847.766.528,91	847.766.528,91	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.372.666.510,05	8.526.139.809,93	8.016.754.459,61	7.961.138.942,27	52.368.069,20	665.976.503,62	665.198.745,92
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	14.372.666.510,05	8.526.139.809,93	8.016.754.459,61	7.961.138.942,27	52.368.069,20	665.976.503,62	665.198.745,92
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	32.798.957.550,71	20.328.973.573,04	19.773.950.489,12	19.243.679.366,73	228.708.318,54	670.167.490,40	669.389.732,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	3.196.894.674,77	1.891.980.105,61	1.891.946.107,06	1.804.139.666,04	31.897.168,94	666.120,35	666.120,34
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	9.792.576.959,88	3.383.888.695,54	3.006.499.617,71	2.988.901.813,91	14.200.047,49	244.085.823,44	243.394.496,48
Investimentos	4.719.377.371,94	2.146.834.772,94	1.769.543.994,40	1.751.946.190,60	14.200.047,49	243.867.318,39	243.175.991,43
Inversões Financeiras	377.339.195,99	75.779.170,17	75.680.870,88	75.680.870,88	0,00	218.505,05	218.505,05
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	99.085.494,85	47.524.312,51	47.524.312,51	47.524.312,51	0,00	217.505,05	217.505,05
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	278.253.701,14	28.254.857,66	28.156.558,37	28.156.558,37	0,00	1.000,00	1.000,00
Amortização da Dívida (XXVII)	4.695.860.391,95	1.161.274.752,43	1.161.274.752,43	1.161.274.752,43	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	4.997.631.073,08	2.175.089.630,60	1.797.700.552,77	1.780.102.748,97	14.200.047,49	243.868.318,39	243.176.991,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	1.294.308,72	427.867,76	27.828,00	27.828,00	0,00	187.082,00	187.082,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	41.019.777.607,28	24.396.471.177,01	23.463.624.976,95	22.827.949.609,74	274.805.534,97	914.889.011,14	913.419.926,47
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	37.821.588.623,79	22.504.063.203,64	21.571.651.041,89	21.023.782.115,70	242.908.366,03	914.035.808,79	912.566.724,13
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS)							
- Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							1.889.216.780,15



DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (A)	ATÉ O BIMESTRE / 2024	
						RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (B)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						LIQUIDADOS	PAGOS (C)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS)							
- Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							1.815.996.942,10
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO					VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência					-634.143.000,00		
JUROS NOMINAIS					ATÉ O BIMESTRE / 2024		
					VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)					631.846.818,46		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)					914.515.975,89		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)					1.533.327.784,67		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL					SALDO		
					EM 31/DEZ/2023 (A)	ATÉ O BIMESTRE (B)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)					16.956.179.101,93	17.703.651.349,10	
DEDUÇÕES (XL)					7.454.272.216,28	8.956.906.979,68	
Disponibilidade de Caixa					7.111.157.872,26	8.200.633.556,16	
Disponibilidade de Caixa Bruta					8.395.784.106,02	10.065.855.691,86	
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)					274.133.384,23	31.783.233,03	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados					1.010.492.849,53	1.833.438.902,67	
Demais Haveres Financeiros					343.114.344,02	756.273.423,52	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)					9.501.906.885,65	8.746.744.369,42	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)						755.162.516,23	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL					VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência					-4.152.970.000,00		
AJUSTE METODOLÓGICO					ATÉ O BIMESTRE/2024		
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)					-242.350.151,20		
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)					0,00		
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)					-1.441.615.188,33		
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)					0,00		
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)					0,00		
OUTROS AJUSTES (XLIX)					-421.099.768,69		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))					1.533.327.784,67		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)					1.815.996.942,10		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					4.427.419.264,06		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS					0,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais					4.427.419.264,06		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					372.446.418,57		

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Nota 1: Metas de Resultados primário e Nominal estabelecidas pela Lei nº 18.430, de 21 de julho de 2023, alterada pela Lei nº 18.657, de 27 de dezembro de 2023.

Nota 2: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os Poderes;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 314.693.927,33 dos RPPS (010101 - FPP, 460401 - FUNAPREV, 460701 - PREVID E 460901 - CEARAPREV). A disponibilidade do PREVMILITAR não foi excluída por conta da Lei nº 13.954/2019.

Nota 4: Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados se referem a consignações, depósitos e outros valores de terceiros sob a responsabilidade do estado.

Nota 5: Não considerado na disponibilidade o valor de aplicações financeiras de curto e longo prazo dos RPPS's no total de R\$ 1.700.935.563,27

Nota 6: Do valor de Demais Haveres Financeiros, R\$ 353.457.572,32 correspondem a valores repassados pelo Poder Executivo e que estão sob administração Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho para pagamento de precatórios, conforme repasses e informações de valores pagos.

Nota 7: Do valor de Demais Haveres Financeiros, um acréscimo de R\$ 252.918.141,85 resulta de alteração de critério contábil para atendimento do Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição.

Nota 8: A estrutura do demonstrativo procura compatibilizar as metodologias acima da linha e abaixo da linha, sendo registrado na linha Outros Ajustes os valores não destacados em linhas específicas na metodologias abaixo da linha.

Nota 9: Não considerados os valores de restos a pagar das fonte 800, 801 e 802 na linha de restos a pagar processados.

Nota 10: O Estado apresentou uma perda (despesa) de variação cambial no período.

Nota 11: Dados sujeitos a alteração devido a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará - SIAFE/CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Emitido em: 20/09/24 10:21
R\$ 1,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	INSCRITOS					INSCRITOS						
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)	PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)-(C+D)	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)	LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)-(I+J)	SALDO TOTAL L=(E+K)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	10.377.788,42	246.110.259,90	225.694.931,30	753.200,62	300.939.16,40	97.130.603,03	1.132.570.590,87	902.987.735,87	901.518.651,20	46.381.359,87	281.801.182,83	311.841.099,23
LEGISLATIVO	0,00	12.217.622,45	11.430.897,14	89.172,44	697.552,87	837.289,06	14.351.953,66	12.758.111,89	12.758.061,88	369.855,60	2.061.325,24	2.758.878,11
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	11.164.091,22	10.386.235,43	80.302,92	697.552,87	483.097,05	3.246.804,39	3.226.560,83	3.226.510,82	6.254,18	497.136,44	1.194.689,31
FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							SALDO TOTAL L=(E+K)
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)						
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,00	1.053.531,23	1.044.661,71	8.869,52	0,00	354.192,01	11.105.149,24	9.531.551,06	9.531.551,06	363.601,39	1.564.188,80	1.564.188,80	
JUDICIÁRIO	27.136,46	5.389.398,41	5.387.950,56	0,00	28.584,31	3.105.586,11	35.709.969,94	21.192.504,87	21.186.203,64	320.916,21	17.308.436,20	17.337.020,51	
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	14.699,57	2.656.838,97	2.655.248,12	0,00	16.290,42	2.889.615,12	34.924.766,55	20.609.651,15	20.603.349,92	277.931,65	16.933.100,10	16.949.390,52	
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	8.688,97	0,00	143,00	0,00	8.545,97	6.716,52	0,00	0,00	0,00	0,00	6.716,52	15.262,49	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3.747,92	2.732.559,44	2.732.559,44	0,00	3.747,92	209.254,47	785.203,39	582.853,72	582.853,72	42.984,56	368.619,58	372.367,50	
EXECUTIVO	10.283.465,77	227.004.018,91	207.361.725,70	648.845,17	29.276.913,81	92.672.538,81	1.064.359.678,19	855.737.092,73	854.279.279,62	43.422.856,52	299.330.080,86	288.606.994,67	
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	0,00	10.585,78	10.585,78	0,00	0,00	179.560,98	1.734.526,49	1.691.698,98	1.691.698,98	85.799,90	136.588,59	136.588,59	
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	0,11	193.127,25	193.082,06	0,19	45,11	17.037,58	995.156,71	918.888,79	918.888,79	40.225,86	53.079,64	53.124,75	
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	134.314,05	134.183,92	130,13	0,00	4.968,88	3.425.310,40	2.334.076,83	2.334.076,83	25.950,30	1.070.252,15	1.070.252,15	
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE- GOVERNADORIA	43,25	155.252,70	154.727,08	0,00	568,87	10.941,41	389.847,97	350.173,95	349.926,82	10.777,73	40.084,83	40.653,70	
CASA CIVIL	70.039,69	1.009.971,51	1.015.302,99	0,00	64.708,21	1.058.592,31	41.964.433,75	36.857.953,93	36.840.981,74	2.086.672,91	4.095.371,41	4.160.079,62	
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ	0,00	79.288,30	79.288,29	0,00	0,01	0,00	276.176,94	269.992,34	269.926,24	6.184,60	66,10	66,11	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	9.442,02	53.256,27	45.502,06	0,00	17.196,23	0,00	1.090.149,88	1.035.128,51	1.026.951,50	25.229,79	37.968,59	55.164,82	
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	35.233,39	35.233,16	0,23	0,00	23.843,07	1.491.422,02	1.446.213,34	1.446.213,34	53.262,29	15.789,46	15.789,46	
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	46.081,69	244.743,92	51.343,24	0,00	239.482,37	15.882,46	648.382,72	604.359,50	604.359,50	14.832,30	45.073,38	284.555,75	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	4.828.364,45	4.828.364,45	0,00	0,00	0,00	5.026.736,56	4.805.612,05	4.805.612,05	119.603,18	101.521,33	101.521,33	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.505,03	2.020.026,02	1.987.049,26	30,43	34.451,36	4.169.116,74	38.979.376,97	26.406.584,12	26.403.282,64	6.460.652,39	10.284.558,68	10.319.010,04	
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	15.570,31	2.599.803,59	2.597.387,24	0,00	17.986,66	348.743,68	3.782.285,08	3.744.753,18	3.744.753,18	14.072,03	372.203,55	390.190,21	
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	335.624,12	5.496.925,36	5.397.586,61	0,00	434.962,87	416.135,96	12.112.865,76	9.380.859,31	9.380.859,31	1.149.915,15	1.998.227,26	2.433.190,13	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	160.965,54	1.786.905,56	1.334.725,94	442.489,04	170.656,12	3.009,58	23.993.824,22	23.971.943,09	23.971.943,09	6.324,22	18.566,49	189.222,61	
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,35	24.694,01	24.582,85	0,00	111,51	0,00	241.891,48	238.576,02	238.576,02	513,59	2.801,87	2.913,38	
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	87,01	3.052,00	3.139,01	0,00	0,00	6.092,00	356.220,10	356.252,10	356.252,10	4.380,00	1.680,00	1.680,00	
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	68.947,92	68.873,46	74,46	0,00	122.730,81	929.126,88	946.736,21	946.736,21	30.121,47	75.000,01	75.000,01	
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	70.337,13	70.337,13	0,00	0,00	0,00	6.486.524,21	5.483.728,70	5.483.728,70	235.322,09	767.473,42	767.473,42	
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	17.741,88	17.741,88	0,00	0,00	14.076,40	1.107.611,62	853.202,35	853.202,34	263.964,15	4.521,53	4.521,53	



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							SALDO TOTAL L=(E+K)
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)						
FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	0,00	24.815,75	24.815,75	0,00	0,00	0,00	327.233,89	321.165,99	321.165,99	0,00	6.067,90	6.067,90	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	336.654,34	2.911.522,66	2.903.889,24	13,45	344.274,31	350.525,34	9.130.234,46	8.710.573,94	8.710.573,94	24.532,10	745.653,76	1.089.928,07	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	1,00	1.512.997,23	1.365.481,37	147.515,86	1,00	74.960,44	740.867,82	703.330,99	703.330,99	2.703,44	109.793,83	109.794,83	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	0,00	823.702,47	810.598,17	13.104,30	0,00	89.748,58	3.844.049,50	3.364.155,40	3.364.155,40	224.565,43	345.077,25	345.077,25	
FUNDO DE ASSISTENCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	123.869,76	9.078,87	7.871,22	0,00	125.077,41	11.652.170,33	99.684.262,69	70.064.197,15	70.059.498,57	0,00	41.276.934,45	41.402.011,86	
FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	515,27	0,00	0,00	0,00	0,00	515,27	515,27	
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	0,00	55.156,99	55.156,99	0,00	0,00	141.924,80	265.260,81	397.498,08	397.498,08	0,00	9.687,53	9.687,53	
FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1.526,08	0,00	1.526,08	0,00	0,00	84.464,55	0,00	0,00	0,00	0,00	84.464,55	84.464,55	
FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.865,66	0,00	0,00	0,00	0,00	40.865,66	40.865,66	
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	1.523,09	1.523,09	0,00	0,00	0,00	371.267,71	282.268,28	275.846,50	72.230,45	23.190,76	23.190,76	
FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.037,23	14.912,06	14.906,06	0,00	1.043,23	386.832,96	40.550.631,70	25.494.842,03	25.494.842,03	248.152,49	15.194.470,14	15.195.513,37	
FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.064,89	1.000,00	1.000,00	1.064,89	0,00	0,00	
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA	145.553,00	57.272,92	51.933,41	0,00	150.892,51	0,00	5.087,25	5.087,25	5.087,25	0,00	0,00	150.892,51	
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	314.779,33	314.779,33	0,00	0,00	380.745,76	2.547.170,07	2.368.903,12	2.368.903,12	97.673,95	461.338,76	461.338,76	
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.124,31	73.973,16	269.322,15	269.322,15	0,00	152.775,32	152.775,32	
FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	169.029,47	37.161.114,13	27.446.571,99	1.492,36	9.882.079,25	22.100.348,01	238.090.858,22	204.005.976,79	203.660.210,97	7.332.517,25	49.198.478,01	59.080.557,26	
FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV	0,00	33.077.640,14	27.157.237,97	0,00	5.920.402,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.920.402,17	
FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR	0,00	12.114.299,51	12.114.299,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.190.583,99	5.733.548,80	1.583.222,17	1.583.222,17	0,00	6.340.910,62	6.340.910,62	
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	49.066,17	4.741.179,97	4.741.179,97	0,00	49.066,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.066,17	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	0,00	74.072,08	74.072,00	0,00	0,08	179.897,92	1.532.446,55	1.499.030,42	1.496.710,42	79.966,54	135.667,51	135.667,59	



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							SALDO TOTAL L=(E+K)
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)						
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	4.468,60	171.470,30	169.597,03	0,00	6.341,87	2.300,00	1.675.794,95	1.505.267,54	1.505.267,54	168.346,06	4.481,35	10.823,22	
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	118.111,71	118.111,71	0,00	0,00	107.883,96	622.341,53	566.630,59	566.630,59	37.247,42	126.347,48	126.347,48	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	33.046,45	186.439,24	168.791,24	17.585,21	33.109,24	55.787,48	201.967,70	146.148,35	146.148,35	38.580,74	73.026,09	106.135,33	
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	0,00	66.975,29	66.975,19	0,10	0,00	29.009,22	2.069.058,26	1.743.995,52	1.719.183,02	10.292,54	368.591,92	368.591,92	
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	4.193,72	300.006,02	287.601,41	0,00	16.598,33	339.671,81	4.070.598,37	3.669.888,47	3.669.888,47	279.801,91	460.579,80	477.178,13	
POLÍCIA CIVIL	0,20	6.007.197,05	6.007.152,77	23,18	21,30	380.748,33	9.899.280,86	8.523.443,42	8.507.603,42	169.266,48	1.603.159,29	1.603.180,59	
POLÍCIA MILITAR	29,51	28.098.761,43	28.098.761,43	0,00	29,51	2.123.548,65	12.183.719,38	9.840.604,91	9.840.604,91	1.101.002,00	3.365.661,12	3.365.690,63	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	482.986,27	482.672,70	313,57	0,00	17.598,47	1.355.332,15	1.097.175,29	1.097.175,29	221.937,40	53.817,93	53.817,93	
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	159.070,43	856.215,03	855.919,25	278,90	159.087,31	2.362.263,76	28.701.321,18	26.029.461,61	26.029.461,61	1.369.107,60	3.665.015,73	3.824.103,04	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	3.480,98	75.456,42	44.109,21	0,00	34.828,19	12.794,04	2.045.905,48	1.571.397,58	1.571.397,58	0,00	487.301,94	522.130,13	
SECRETARIA DA CULTURA	39.566,88	662.124,57	493.955,13	4.520,00	203.216,32	11.657.147,65	1.782.229,40	7.530.318,03	7.456.264,08	8.529,06	5.974.583,91	6.177.800,23	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	4.911.125,97	44.256.737,20	42.269.435,12	0,00	6.898.428,05	12.709.049,02	255.057.704,78	216.751.222,02	216.411.374,36	7.110.478,38	44.244.901,06	51.143.329,11	
SECRETARIA DA FAZENDA	197.232,93	7.102.031,14	7.090.861,62	0,00	208.402,45	1.044.890,09	22.098.254,56	18.792.742,89	18.409.772,93	2.641.469,35	2.091.902,37	2.300.304,82	
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.995,34	193.453,93	193.447,93	0,00	2.001,34	2.938.258,07	47.405.099,92	9.382.319,81	9.381.597,76	25.023,16	40.936.737,07	40.938.738,41	
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	0,00	80.045,45	67.383,70	0,00	12.661,75	0,00	288.681,26	288.681,26	281.716,97	0,00	6.964,29	19.626,04	
SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL	0,00	28.198,26	28.198,26	0,00	0,00	0,00	40.045,90	34.509,75	34.509,75	5.536,15	0,00	0,00	
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	14.536,31	1.539.606,85	1.541.277,12	11.576,25	1.289,79	258.443,84	14.662.676,22	13.754.952,27	13.754.952,27	413.279,21	752.888,58	754.178,37	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	314.520,64	314.520,64	0,00	0,00	1.501.544,31	25.683.398,47	20.039.352,97	20.024.719,45	3.022.694,32	4.137.529,01	4.137.529,01	
SECRETARIA DAS CIDADES	2.137.864,46	4.707.304,80	3.762.827,74	9.477,06	3.072.864,46	216.996,30	11.169.628,01	10.212.920,47	10.212.920,47	887.493,25	286.210,59	3.359.075,05	
SECRETARIA DAS MULHERES	0,00	266.423,83	266.423,83	0,00	0,00	0,00	1.546.488,43	1.359.905,08	1.359.905,08	186.583,35	0,00	0,00	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.018.039,38	678.728,76	1.002.026,57	0,00	694.741,57	4.376.526,99	25.142.529,52	20.023.204,16	19.927.621,45	1.447.877,97	8.143.557,09	8.838.298,66	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,27	5.095.699,94	5.095.699,94	0,27	0,00	1.241.169,52	1.001.177,43	1.603.434,08	1.603.434,08	119.440,98	519.471,89	519.471,89	
SECRETARIA DO ESPORTE	52.928,55	209.488,59	256.688,35	0,00	5.728,79	307.263,51	1.743.445,59	1.897.411,06	1.896.529,06	6.250,07	147.929,97	153.658,76	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	0,00	145.466,71	145.209,11	0,00	257,60	31.886,68	5.739.659,53	4.718.756,37	4.718.756,37	25.935,62	1.026.854,22	1.027.111,82	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	492.846,04	492.626,40	219,64	0,00	1.356.732,77	6.845.449,61	5.619.954,70	5.619.954,70	130.563,61	2.451.664,07	2.451.664,07	
SECRETARIA DO TRABALHO	0,00	72.593,54	62.064,63	0,00	10.528,91	0,00	1.302.133,15	1.096.020,24	1.084.600,65	27.478,20	190.054,30	200.583,21	
SECRETARIA DO TURISMO	35.133,58	3.183.086,84	3.216.624,34	0,12	1.595,96	1.944.539,20	4.034.820,03	2.808.816,16	2.808.816,16	2.384.910,01	785.633,06	787.229,02	
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	10.280,72	10.124,21	0,00	156,51	0,00	622.785,75	528.422,47	528.422,47	4.008,97	90.354,31	90.510,82	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	76.718,53	76.718,53	0,00	0,00	111.719,25	4.348.147,46	4.149.260,85	4.149.260,85	19.831,95	290.773,91	290.773,91	
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	0,00	270.557,77	260.476,17	0,00	10.081,60	3.400,02	1.620.225,42	1.618.667,43	1.618.667,43	386,34	4.571,67	14.653,27	
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	7.768.239,66	7.768.239,66	0,00	0,00	359.954,85	8.158.503,68	7.896.460,85	7.896.460,85	23.623,34	598.374,34	598.374,34	



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							SALDO TOTAL L=(E+K)
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)						
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	37.719,67	37.719,67	0,00	0,00	0,00	193.096,29	173.778,14	173.778,14	13.008,15	6.310,00	6.310,00	
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	204.656,04	1.320.445,88	1.073.164,41	0,00	451.937,51	286.764,88	4.373.735,10	3.222.457,53	3.120.342,75	228.372,22	1.311.785,01	1.763.722,52	
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	401.442,54	401.442,12	0,42	0,00	2.482.206,36	8.693.615,54	6.742.203,80	6.742.203,80	2.577.290,22	1.856.327,88	1.856.327,88	
MINISTÉRIO PÚBLICO	20.701,17	1.069.210,57	1.044.853,92	15.183,01	29.874,81	251.741,80	12.142.486,51	8.704.152,43	8.704.152,43	2.200.429,82	1.489.646,06	1.519.520,87	
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	5.354,01	5.354,01	0,00	0,00	0,00	4.604.551,32	4.089.590,10	4.089.590,10	314.684,56	200.276,66	200.276,66	
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	20.701,17	1.063.856,56	1.039.499,91	15.183,01	29.874,81	251.741,80	7.537.935,19	4.614.562,33	4.614.562,33	1.885.745,26	1.289.369,40	1.319.244,21	
DEFENSORIA EXECUTIVO AUTONOMO	46.485,02	430.009,56	469.503,98	0,00	6.990,60	263.447,25	6.006.502,57	4.595.873,95	4.590.953,63	67.301,72	1.611.694,47	1.618.685,07	
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	46.485,02	430.009,56	469.503,98	0,00	6.990,60	263.447,25	6.006.502,57	4.595.873,95	4.590.953,63	67.301,72	1.611.694,47	1.618.685,07	
FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	46.485,02	236.325,79	275.820,21	0,00	6.990,60	31.063,09	3.917.929,08	3.044.798,86	3.039.878,54	0,00	909.113,63	916.104,23	
RESTOS A PAGAR (INTRA- ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	193.683,77	193.683,77	0,00	0,00	232.384,16	2.088.573,49	1.551.075,09	1.551.075,09	67.301,72	702.580,84	702.580,84	
TOTAL (III) = (I + II)	240.137,74	49.378.288,91	49.110.603,67	157.669,21	350.153,77	429.504,95	17.328.633,39	12.118.780,32	12.118.780,32	1.582.141,02	4.057.217,00	4.407.370,77	
RESTOS A PAGAR (INTRA- ORÇAMENTÁRIOS) (II)	10.617.926,16	295.488.548,81	274.805.534,97	910.869,83	30.390.070,17	97.560.107,98	1.149.899.224,26	915.106.516,19	913.637.431,52	47.963.500,89	285.858.399,83	316.248.470,00	
LEGISLATIVO	240.137,74	49.378.288,91	49.110.603,67	157.669,21	350.153,77	429.504,95	17.328.633,39	12.118.780,32	12.118.780,32	1.582.141,02	4.057.217,00	4.407.370,77	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	94.736,77	968.135,25	704.966,39	157.669,21	200.236,42	60.425,43	743.779,32	23.537,10	23.537,10	445,30	780.222,35	980.458,77	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,00	353.286,26	338.643,48	9.140,58	5.502,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.502,20	
JUDICIÁRIO	94.736,77	614.848,99	366.322,91	148.528,63	194.734,22	60.425,43	743.779,32	23.537,10	23.537,10	445,30	780.222,35	974.956,57	
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	0,00	4.554,80	4.554,80	0,00	0,00	80.986,98	2.203.552,79	271.260,90	271.260,90	0,00	2.013.278,87	2.013.278,87	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.986,98	2.203.552,79	271.260,90	271.260,90	0,00	2.013.278,87	2.013.278,87	
EXECUTIVO	0,00	4.554,80	4.554,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	145.400,97	48.405.598,86	48.401.082,48	0,00	149.917,35	281.571,88	13.739.913,92	11.630.453,66	11.630.453,66	1.134.056,31	1.256.975,83	1.406.893,18	
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.106,30	5.106,30	5.106,30	0,00	0,00	0,00	
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.500,00	21.392,07	21.392,07	3.107,93	0,00	0,00	
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE- GOVERNADORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.980,20	167.926,00	167.926,00	32.054,20	0,00	0,00	
CASA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.854,79	3.854,79	3.854,79	0,00	0,00	0,00	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	0,00	3.464,81	3.464,80	0,00	0,01	31.705,24	214.615,20	204.075,10	204.075,10	1.596,31	40.649,03	40.649,04	
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,09	2.051,35	2.051,35	2.051,35	0,00	101,09	101,09	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.910,00	44.910,00	44.910,00	0,00	0,00	0,00	



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							SALDO TOTAL L=(E+K)
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)		
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)						
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.973,92	14.973,92	14.973,92	0,00	0,00	0,00	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	2.743.336,48	2.743.336,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.652,95	598.037,04	598.037,04	0,00	356.615,91	356.615,91	
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.362,53	36.017,17	36.017,17	0,00	1.345,36	1.345,36	
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,55	272.000,00	18.565,58	18.565,58	253.434,42	2.237,55	2.237,55	
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.528,74	7.289,38	7.289,38	46.239,36	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.623,83	12.011,25	12.011,25	612,58	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	0,00	46.242,77	46.242,77	0,00	0,00	0,00	55.487,45	55.482,83	55.482,83	0,00	4,62	4,62	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00	13.668,67	13.668,67	0,00	8.831,33	8.831,33	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.037,36	8.236,63	8.236,63	25.763,37	37,36	37,36	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.844,90	1.558,32	0,00	0,00	0,00	120.403,22	120.403,22	
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.495,00	58.017,10	58.017,10	0,00	10.477,90	10.477,90	
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	0,00	17.297,07	12.780,71	0,00	4.516,36	5.125,82	172.701,92	161.647,15	161.647,15	11.054,77	5.125,82	9.642,18	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	0,00	101.833,08	101.833,08	0,00	0,00	0,00	1.371,32	1.371,32	1.371,32	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.809,60	32.015,83	32.015,83	0,00	3.793,77	3.793,77	
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.941,45	92.156,10	55.309,52	55.309,52	36.846,58	8.941,45	8.941,45	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	145.400,97	0,01	0,00	0,00	145.400,98	824,08	0,00	0,00	0,00	0,00	824,08	146.225,06	
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.417,30	17.417,30	17.417,30	0,00	0,00	0,00	
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.643,77	88.624,03	88.624,03	80.684,25	75.335,49	75.335,49	
POLÍCIA CIVIL	0,00	11.549.228,80	11.549.228,80	0,00	0,00	0,00	1.674.732,72	1.674.730,20	1.674.730,20	2,52	0,00	0,00	
POLÍCIA MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,70	281.873,34	278.354,50	278.354,50	0,00	6.398,54	6.398,54	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395.322,47	206.829,57	206.829,57	25,42	188.467,48	188.467,48	



PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO E=(A+B)- (C+D)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (H)	PAGOS (I)	CANCELADOS (J)	SALDO K=(F+G)- (I+J)	SALDO TOTAL L=(E+K)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31/12/2023 (B)				EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	EM 31/12/2023 (G)					
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.546,88	10.538,13	10.538,13	8,75	0,00	0,00
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.116,36	4.116,36	4.116,36	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734,30	0,00	0,00	0,00	1.734,30	1.734,30
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	33.858.339,62	33.858.339,62	0,00	0,00	0,00	1.086.901,56	1.086.901,56	1.086.901,56	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.467,61	1.182.009,05	909.675,36	909.675,36	322.195,91	54.605,39	54.605,39
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	0,00	34.041,80	34.041,80	0,00	0,00	5.050,84	23.864,35	23.864,35	23.864,35	0,00	5.050,84	5.050,84
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	294,26	0,00	0,00	0,00	294,26	0,00	0,00
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732.156,91	3.710.910,57	3.710.910,57	21.246,34	0,00	0,00
SECRETARIA DAS MULHERES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.438,72	4.993,86	4.993,86	444,86	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,52	350.345,42	349.975,21	349.975,21	0,00	940,73	940,73
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.445,19	27.284,25	27.284,25	4.160,94	0,00	0,00
SECRETARIA DO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	292,16	292,16	0,00	7,84	7,84
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949.675,40	1.388.641,52	1.388.641,52	285.597,77	275.436,11	275.436,11
SECRETARIA DO TURISMO	0,00	369,84	369,84	0,00	0,00	528,82	5.685,28	5.685,28	5.685,28	0,00	528,82	528,82
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS	0,00	51.444,58	51.444,58	0,00	0,00	0,00	22.184,71	15.606,99	15.606,99	6.577,72	0,00	0,00
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.161,99	57.161,99	57.161,99	0,00	0,00	0,00
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.069,45	42.024,77	42.024,77	0,00	44,68	44,68
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.011,87	204.866,70	204.866,70	2.108,05	89.037,12	89.037,12
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601.770,20	154.130,79	154.130,79	447.639,41	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601.770,20	154.130,79	154.130,79	447.639,41	0,00	0,00
DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.520,66	39.617,16	39.397,87	39.397,87	0,00	6.739,95	6.739,95
EXECUTIVO AUTÔNOMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.520,66	39.617,16	39.397,87	39.397,87	0,00	6.739,95	6.739,95
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.520,66	39.617,16	39.397,87	39.397,87	0,00	6.739,95	6.739,95

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO - ID 110
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) Emitido em: 24/09/24 10:11
R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (ARTS. 212 E 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	22.177.300.066,13	16.177.308.784,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	17.914.707.739,13	12.860.445.780,26
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	17.529.893.224,00	12.659.090.786,69
1.1.2 - Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	384.814.515,13	201.354.993,57
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	171.195.309,00	73.872.729,75
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.919.279.591,00	1.816.222.837,88
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.172.117.427,00	1.426.767.436,87
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.630.769.179,00	9.011.452.947,38
2.1- Cota-Parte FPE	12.575.084.497,00	8.974.383.283,15



RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (ARTS. 212 E 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação	55.684.682,00	37.069.655,69
2.3- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	8,54
2.4- Outras transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	5.348.857.555,00	4.074.313.407,75
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 1.1.1)	4.375.296.590,00	3.156.932.722,60
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 50% de 1.3)	959.639.795,00	908.113.271,59
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 2.2)	13.921.170,00	9.267.413,56
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	29.459.211.690,13	21.114.448.324,39
Linha em branco 1	0,00	0,00
5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + (2.4))	5.457.418.852,63	3.937.536.175,80
Linha em branco 1	0,00	0,00
6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3) + 2.4) + 25% DE (1.4 + 2.3)	1.907.384.069,91	1.341.075.905,30

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
7- RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	2.994.009.903,00	2.136.922.199,18
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.146.009.903,00	1.466.610.894,11
7.1.1- Principal	2.146.009.903,00	1.450.528.360,94
7.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	16.080.827,51
7.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	1.705,66
7.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	848.000.000,00	670.311.305,07
7.2.1- Principal	848.000.000,00	665.798.641,12
7.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	4.512.663,95
7.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
7.3.1- Principal	0,00	0,00
7.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
7.4.1- Principal	0,00	0,00
7.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 - 5)	-3.311.408.949,63	-2.487.007.814,86

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	46.041.752,47
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	46.041.752,47
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
Linha em branco 1	0,00
10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)	2.182.963.951,65

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
11- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.040.051.655,47	2.022.694.686,90	2.012.647.936,21	1.901.861.429,07	10.046.750,69
11.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.662.309.903,00	1.834.363.174,08	1.834.362.136,79	1.723.575.700,35	1.037,29
11.1.1- Ensino Fundamental	50.000.000,00	1.136.349,75	1.136.349,75	1.136.349,75	0,00
11.1.2- Ensino Médio	2.099.309.903,00	1.493.554.922,25	1.493.554.534,22	1.446.120.917,00	388,03
11.1.3- Educação de Jovens e Adultos	348.000.000,00	252.729.262,19	252.728.612,93	191.449.440,46	649,26
11.1.4- Educação Especial	10.000.000,00	6.232.756,91	6.232.756,91	6.232.756,91	0,00
11.1.5- Administração Geral	155.000.000,00	80.709.882,98	80.709.882,98	78.636.236,23	0,00
11.2- OUTRAS DESPESAS	377.741.752,47	188.331.512,82	178.285.799,42	178.285.728,72	10.045.713,40
11.2.1- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2.2- Ensino Médio	377.741.752,47	188.331.512,82	178.285.799,42	178.285.728,72	10.045.713,40
11.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (H)	DESPESAS LIQUIDADAS/ EMPENHADAS/ EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)
12- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.976.652.934,43	1.969.145.238,74	1.858.358.731,61	7.507.695,69	0,00	0,00
12.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.376.010.852,07	1.376.009.814,78	1.274.156.507,91	1.037,29	0,00	0,00
12.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	600.642.082,36	593.135.423,96	584.202.223,70	7.506.658,40	0,00	0,00
12.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	1.834.363.174,08	1.834.362.136,79	1.723.575.700,35	1.037,29	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



INDICADORES - ART. 212-A, INCISO XI E § 3º - CONSTITUIÇÃO FEDERAL	VALOR EXIGIDO (J)	VALOR APLICADO (K)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (L)	% APLICADO (M)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.495.845.539,43	1.834.362.136,79	1.834.362.136,79	85,84
16 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - ART.25, § 3º - LEI Nº 14.113, DE 2020 - (MÁXIMO DE 10% DE SUPERÁVIT)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (N)	VALOR NÃO APLICADO (O)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (P)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (Q)	% NÃO APLICADO(R)
17- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	213.692.219,92	167.776.960,44	167.776.960,44	0,00	7,85

INDICADOR - ART.25, § 3º - LEI Nº 14.113, DE 2020 - (APLICAÇÃO DO SUPERÁVIT DE EXERCÍCIO ANTERIOR)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (S)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (T)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (U)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (V)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (W)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (X)
18- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	273.887.908,70	43.112.494,13	46.041.752,47	0,00	0,00	0,00
18.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	197.977.449,75	38.089.877,85	38.146.345,93	0,00	0,00	0,00
18.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	75.910.458,95	5.022.616,28	7.895.406,54	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)	
19- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.466.624.000,90	1.251.437.683,97	1.169.646.623,55	1.142.031.945,24	81.791.060,42	
19.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.050.000,00	2.517.972,96	2.483.620,23	2.472.520,23	34.352,73	
19.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	193.051.128,00	95.478.288,78	95.465.973,84	95.465.973,84	12.314,94	
19.3 - ENSINO MÉDIO	607.270.374,46	206.579.441,39	136.429.302,22	135.807.464,54	70.150.139,17	
19.4 - ENSINO SUPERIOR	751.476.760,16	430.118.315,92	425.084.346,83	411.688.474,96	5.033.969,09	
19.5- ENSINO PROFISSIONAL	36.189.413,07	22.207.778,13	22.106.365,26	22.086.816,70	101.412,87	
19.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.980.000,00	1.875.000,00	1.875.000,00	1.875.000,00	0,00	
19.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.8- ADMINISTRAÇÃO GERAL	860.614.733,21	485.561.045,14	479.110.312,39	465.547.620,63	6.450.732,75	
19.9- TRANSPORTE (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.10- OUTRAS	11.991.592,00	7.099.841,65	7.091.702,78	7.088.074,34	8.138,87	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (POR ÁREA DE ATUAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	5.506.675.656,37	3.274.132.370,87	3.182.294.559,76	3.043.893.374,31	91.837.811,11	
20.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.050.000,00	2.517.972,96	2.483.620,23	2.472.520,23	34.352,73	
20.1.1 - Creche						
20.1.2 - Pré-escola						
20.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	243.051.128,00	95.478.288,78	95.465.973,84	95.465.973,84	12.314,94	
20.3 - ENSINO MÉDIO	4.459.916.763,14	2.716.710.173,43	2.630.062.550,82	2.505.091.514,24	86.647.622,61	
20.4 - ENSINO SUPERIOR	763.468.352,16	437.218.157,57	432.176.049,61	418.776.549,30	5.042.107,96	
20.5 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	36.189.413,07	22.207.778,13	22.106.365,26	22.086.816,70	101.412,87	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
21- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L19(d ou e)	1.169.646.623,55
22- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L5)	3.937.536.175,80
23- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = (L17q)	0,00
24- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = (L18(x))	0,00
25 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
26 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L29.1(af) + L29.2(af))	3.155.580,96
27- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (21 + 22 - 23 + 24 - 25 - 26)	5.104.027.218,39

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (Z)	VALOR APLICADO (AA)	% APLICADO (AB)
28- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.278.612.081,10	5.104.027.218,39	24,17

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (AC)	RP LIQUIDADOS (AD)	RP PAGOS (AE)	RP CANCELADOS (AF)	SALDO FINAL (AG)=(AC)-(AE+AF)
29- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	212.071.726,32	181.578.442,63	174.370.201,61	3.425.108,57	34.276.416,14
29.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	140.593.068,07	112.165.489,10	111.257.544,99	3.155.580,96	26.179.942,12
29.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	42.318.277,71	42.316.423,28	42.312.148,75	0,00	6.128,96
29.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	29.160.380,54	27.096.530,25	20.800.507,87	269.527,61	8.090.345,06

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)	
30- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.125.392.202,00	1.275.821.872,33	
30.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	217.500.000,00	208.555.517,52	
30.1.1- Salário-Educação	120.000.000,00	128.375.907,99	
30.1.2- PDDE	0,00	0,00	
30.1.3- PNAE	75.000.000,00	54.463.042,75	
30.1.4 - PNATE	2.500.000,00	4.280.738,05	
30.1.5- Outras Transferências do FNDE	20.000.000,00	21.435.828,73	
30.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.842.202,00	42.545.255,53	
30.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	
30.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	



OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)
30.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	872.050.000,00	1.024.721.099,28

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (POR SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
31- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.550.209.631,24	1.220.888.094,14	1.096.862.159,47	1.092.130.949,57	124.025.934,67
31.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	37.150.000,00	29.638.292,90	29.466.645,94	29.466.645,94	171.646,96
31.2- ENSINO FUNDAMENTAL	645.270.000,00	610.695.333,53	601.070.417,57	601.066.519,81	9.624.915,96
31.3- ENSINO MÉDIO	747.325.640,74	539.917.696,18	429.086.713,95	424.486.883,73	110.830.982,23
31.4- ENSINO SUPERIOR	94.041.096,74	31.770.869,89	30.219.396,04	30.097.610,78	1.551.473,85
31.5- ENSINO PROFISSIONAL	9.615.388,76	4.159.414,77	4.159.414,77	4.154.506,75	0,00
31.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.8- OUTRAS	16.407.505,00	4.706.486,87	2.859.571,20	2.858.782,56	1.846.915,67

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (D)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (E)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (F)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
32- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (11 + 19 + 31)	7.056.885.287,61	4.495.020.465,01	4.279.156.719,23	4.136.024.323,88	215.863.745,78
32.1- Despesas Correntes	6.595.891.996,93	4.275.556.861,48	4.150.847.834,87	4.007.676.171,60	124.709.026,61
32.1.1 - Pessoal Ativo	4.744.251.228,16	3.263.156.653,54	3.257.769.727,83	3.120.537.274,24	5.386.925,71
32.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1.3 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	182.481.612,48	112.758.305,66	112.758.305,66	112.758.305,66	0,00
32.1.4 -Outras Despesas Correntes	1.669.159.156,29	899.641.902,28	780.319.801,38	774.380.591,70	119.322.100,90
32.2- Despesas de Capital	460.993.290,68	280.909.132,00	188.485.565,50	188.431.371,39	92.423.566,50
32.2.1 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2.2 -Outras Despesas de Capital	460.993.290,68	280.909.132,00	188.485.565,50	188.431.371,39	92.423.566,50

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (AH)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (AI)
33- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	117.520.422,97	47.123.298,95
34- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.136.922.199,18	128.375.907,99
35- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.964.974.085,69	96.762.809,34
36- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	289.468.536,46	78.736.397,60
37- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
38- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	289.468.536,46	78.736.397,60

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

- 1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.
- 2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas. O estado do Ceará não possui obrigações financeiras sem disponibilidade de caixa.
- 8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
- 9 Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).
- 10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.
- 11 Itens excluídos segundo ACORDÃO TCE Nº 546 de 2018:

ITEM DESPESA	VALOR LIQUIDADO
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.620.694,73
2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	42.607.103,73
2234 - ANUIDADES ASSOCIATIVAS	13.591,00
339093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.555.943,45
2326 - INDENIZAÇÕES	17.062.271,95
2327 - RESTITUIÇÕES	493.671,50
449093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42,96
2340 - DEVOLUÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	42,96
TOTAL	60.176.681,14

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Emitido em: 23/09/24 11:19
R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	22.217.485.551,00	22.177.300.066,13	16.177.308.784,76	72,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	17.954.893.224,00	17.914.707.739,13	12.860.445.780,26	71,79

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	17.529.893.224,00	17.529.893.224,00	12.659.090.786,69	72,21
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	425.000.000,00	384.814.515,13	201.354.993,57	52,33
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	171.195.309,00	171.195.309,00	73.872.729,75	43,15
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.919.279.591,00	1.919.279.591,00	1.816.222.837,88	94,63
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.172.117.427,00	2.172.117.427,00	1.426.767.436,87	65,69
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.823.769.179,00	12.630.769.179,00	9.011.452.938,84	71,35
Cota-Parte FPE	12.575.084.497,00	12.575.084.497,00	8.974.383.283,15	71,37
Cota-Parte IPI-Exportação	55.684.682,00	55.684.682,00	37.069.655,69	66,57
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	193.000.000,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	5.348.857.555,00	5.348.857.555,00	4.074.313.407,75	76,17
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	4.375.296.590,00	4.375.296.590,00	3.156.932.722,60	72,15
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	959.639.795,00	959.639.795,00	908.113.271,59	94,63
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	13.921.170,00	13.921.170,00	9.267.413,56	66,57
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)	29.692.397.175,00	29.459.211.690,13	21.114.448.315,85	71,67

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	311.690.919,00	322.886.278,79	225.752.919,78	69,92	224.817.187,14	69,63	218.609.204,51	67,70	0,00
Despesas Correntes	295.333.400,00	303.479.285,28	216.184.213,06	71,24	215.887.477,84	71,14	209.979.495,21	69,19	0,00
Despesas de Capital	16.357.519,00	19.406.993,51	9.568.706,72	49,31	8.929.709,30	46,01	8.629.709,30	44,47	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	3.517.338.869,00	3.836.945.453,73	2.225.374.123,14	58,00	2.097.413.243,58	54,66	2.074.115.586,27	54,06	0,00
Despesas Correntes	3.496.954.831,00	3.746.085.994,49	2.157.968.953,56	57,61	2.065.461.250,36	55,14	2.042.178.906,51	54,52	0,00
Despesas de Capital	20.384.038,00	90.859.459,24	67.405.169,58	74,19	31.951.993,22	35,17	31.936.679,76	35,15	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	38.919.532,00	38.919.532,00	23.420.535,45	60,18	16.134.256,69	41,46	16.132.225,00	41,45	0,00
Despesas Correntes	38.909.532,00	38.909.532,00	23.420.535,45	60,19	16.134.256,69	41,47	16.132.225,00	41,46	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	172.000,00	150.759,72	98.294,69	65,20	68.057,67	45,14	68.057,67	45,14	0,00
Despesas Correntes	150.000,00	120.067,32	68.102,29	56,72	68.057,67	56,68	68.057,67	56,68	0,00
Despesas de Capital	22.000,00	30.692,40	30.192,40	98,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	45.668.167,00	47.549.956,67	25.921.040,61	54,51	21.332.629,18	44,86	21.312.097,37	44,82	0,00
Despesas Correntes	45.603.167,00	47.227.917,03	25.622.511,05	54,25	21.064.672,28	44,60	21.044.140,47	44,56	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	322.039,64	298.529,56	92,70	267.956,90	83,21	267.956,90	83,21	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	1.072.764.519,00	889.391.047,68	713.896.768,00	80,27	709.377.895,37	79,76	690.308.424,27	77,62	0,00
Despesas Correntes	1.065.452.519,00	881.215.207,03	707.531.671,99	80,29	703.012.799,36	79,78	683.943.328,26	77,61	0,00
Despesas de Capital	7.312.000,00	8.175.840,65	6.365.096,01	77,85	6.365.096,01	77,85	6.365.096,01	77,85	0,00
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	4.986.554.006,00	5.135.843.028,59	3.214.463.681,67	62,59	3.069.143.269,63	59,76	3.020.545.595,09	58,81	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (D)	DESPESAS LIQUIDADAS (E)	DESPESAS PAGAS (F)
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	3.214.463.681,67	3.069.143.269,63	3.020.545.595,09
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	3.214.463.681,67	3.069.143.269,63	3.020.545.595,09
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)	2.533.733.797,90		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)	680.729.883,77	535.409.471,73	486.811.797,19
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)		14,54	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL (NO EXERCÍCIO ATUAL) (H)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (L) = (H - (I OU J))
		EMPENHADAS (I)	LIQUIDADAS (J)	PAGAS (K)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS (M)	VALOR APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO (N)	VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO (O) = (N - M), SE <0, ENTÃO (O)=0	TOTAL INSCRITO EM RP NO EXERCÍCIO (P)	RPNP INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA Q = (XIVd)	VALOR INSCRITO EM RP CONSIDERADO NO LIMITE (R)=(P-(O+Q)) SE <0, ENTÃO (R)=(O)	TOTAL DE RP PAGOS (S)	TOTAL DE RP A PAGAR (T)	TOTAL DE RP CANCELADOS OU PRESCRITOS (U)	DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE E O TOTAL DE RP CANCELADOS (V) = ((O + Q) - U))
Empenhos de 2024	2.533.733.797,90	3.069.143.269,63	535.409.471,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	3.361.321.934,72	4.657.368.915,49	1.296.046.980,77	187.431.008,42	0,00	0,00	148.937.292,30	33.983.923,55	4.509.792,57	1.291.537.188,20
Empenhos de 2022	3.200.598.019,04	4.528.247.844,51	1.327.649.825,47	178.748.536,97	0,00	0,00	154.941.334,19	8.755.474,04	15.051.728,74	1.312.598.096,73



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS (M)	VALOR APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO (N)	VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO (O) = (N - M), SE <0, ENTÃO (O)=0	TOTAL INSCRITO EM RP NO EXERCÍCIO (P)	RPNP INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA Q = (XIV D)	VALOR INSCRITO EM RP CONSIDERADO NO LIMITE (R)=(P-(O+Q)) SE <0, ENTÃO (R)=(O)	TOTAL DE RP PAGOS (S)	TOTAL DE RP A PAGAR (T)	TOTAL DE RP CANCELADOS OU PRESCRITOS (U)	DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE E O TOTAL DE RP CANCELADOS (V) = ((O + Q) - U))
Empenhos de 2021	2.805.139.348,38	3.665.183.321,57	860.043.973,19	98.584.564,39	0,00	0,00	92.199.633,43	0,00	6.384.930,96	853.659.042,23
Empenhos de 2020 e anteriores	13.941.549.244,33	17.337.947.881,18	3.396.398.636,85	469.215.101,35	0,00	0,00	392.453.415,10	0,00	76.761.686,25	3.319.636.950,60
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL (W)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			SALDO FINAL (NÃO APLICADO) (AA) = (W - (X OU Y))
		EMPENHADAS (X)	LIQUIDADAS (Y)	PAGAS (Z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	928.145.183,00	1.116.829.890,35	849.317.384,87	76,05
Proveniente da União	876.773.390,00	1.065.458.097,35	813.606.706,46	76,36
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Municípios	51.371.793,00	51.371.793,00	35.710.678,41	69,51
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	72.727.086,00	72.727.086,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	249.030.071,00	249.067.293,00	162.378.432,41	65,19
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	1.249.902.340,00	1.438.624.269,35	1.011.695.817,28	70,32

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	133.167.065,00	147.713.548,28	74.759.775,00	50,61	70.972.523,41	48,05	70.964.871,76	48,04	0,00
Despesas Correntes	133.167.065,00	147.713.548,28	74.759.775,00	50,61	70.972.523,41	48,05	70.964.871,76	48,04	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	960.498.493,00	1.295.631.826,48	904.151.981,29	69,78	817.345.081,94	63,08	811.182.259,42	62,61	0,00
Despesas Correntes	887.427.291,00	1.212.142.712,83	879.394.511,29	72,55	808.218.884,89	66,68	802.067.077,79	66,17	0,00
Despesas de Capital	73.071.202,00	83.489.113,65	24.757.470,00	29,65	9.126.197,05	10,93	9.115.181,63	10,92	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	90.756.108,00	93.250.185,21	64.058.111,21	68,69	37.724.048,17	40,45	37.715.711,64	40,45	0,00
Despesas Correntes	90.756.108,00	93.250.185,21	64.058.111,21	68,69	37.724.048,17	40,45	37.715.711,64	40,45	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	1.416.192,00	1.618.638,47	845.391,63	52,23	830.463,75	51,31	820.496,86	50,69	0,00
Despesas Correntes	1.416.192,00	1.618.638,47	845.391,63	52,23	830.463,75	51,31	820.496,86	50,69	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	24.814.238,00	42.283.202,03	14.958.559,59	35,38	9.604.695,93	22,72	9.482.782,96	22,43	0,00
Despesas Correntes	24.794.238,00	39.007.773,26	11.783.215,42	30,21	9.251.549,93	23,72	9.129.636,96	23,40	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	3.275.428,77	3.175.344,17	96,94	353.146,00	10,78	353.146,00	10,78	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	92.561.881,00	87.167.924,22	29.553.092,36	33,90	28.491.171,00	32,69	28.003.884,96	32,13	0,00
Despesas Correntes	91.698.881,00	85.490.847,22	29.455.304,93	34,45	28.437.471,00	33,26	27.950.184,96	32,69	0,00
Despesas de Capital	863.000,00	1.677.077,00	97.787,43	5,83	53.700,00	3,20	53.700,00	3,20	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	1.303.213.977,00	1.667.665.324,69	1.088.326.911,08	65,26	964.967.984,20	57,86	958.170.007,60	57,46	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (V + XXXIII)	444.857.984,00	470.599.827,07	300.512.694,78	63,86	295.789.710,55	62,85	289.574.076,27	61,53	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (VI + XXXIV)	4.477.837.362,00	5.132.577.280,21	3.129.526.104,43	60,97	2.914.758.325,52	56,79	2.885.297.845,69	56,22	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VII + XXXV)	129.675.640,00	132.169.717,21	87.478.646,66	66,19	53.858.304,86	40,75	53.847.936,64	40,74	0,00



DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (E)	% (E/C) X 100	ATÉ O BIMESTRE (F)	% (F/C) X 100	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.588.192,00	1.769.398,19	943.686,32	53,33	898.521,42	50,78	888.554,53	50,22	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (XIX + XXXVII)	70.482.405,00	89.833.158,70	40.879.600,20	45,51	30.937.325,11	34,44	30.794.880,33	34,28	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.165.326.400,00	976.558.971,90	743.449.860,36	76,13	737.869.066,37	75,56	718.312.309,23	73,56	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XII + XL)	6.289.767.983,00	6.803.508.353,28	4.302.790.592,75	63,24	4.034.111.253,83	59,29	3.978.715.602,69	58,48	0,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

4 - As seguintes despesas são consideradas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FUNDES);

- As despesas executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde (mediante as informações DECLARADAS PELOS CONSÓRCIOS, segundo os critérios do Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, publicado em 07/07/2023);

- Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro Norte ; - Consórcio Público de Saúde Maciço de Baturité ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Caucaia/Cisvale ; - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas ; - Consórcio Público de Saúde de Brejo Santo - Consórcio Público de Saúde de Canindé - Consórcio Público de Saúde de Ibiapaba - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú - Consórcio Público de Saúde de Quixadá - Consórcio Público de Saúde de Sobral - Consórcio Público de Saúde de Tauá - Consórcio Público de Saúde de Camocim

4.1 - Os seguintes Consórcios não prestaram contas sobre as despesas executadas com os recursos repassados:

- Consórcio Público de Saúde de Cascavel - Consórcio Público de Saúde Maciço de Baturité

5 - As seguintes despesas não são computadas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pela Escola de Saúde Pública (ESP), pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC) e pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Ceará (FASSEC), pois não atendem ao Princípio de Acesso Universal.

- As despesas executadas nos itens de despesa abaixo, em cumprimento aos Acórdãos nº 20, 135, 141, 546, 950, 952 e 955 do TCE-CE (Valores empenhados em R\$):

2185 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	1.352.223,17
2259 - MATERIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.448.071,43
2326 - INDENIZAÇÕES	2.831.183,94
2344 - (DEA) INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.634.336,29
2376 - MULTAS OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. FED.	78.794,60
TOTAL (R\$)	54.344.609,43

6 - No quadro de Execução de Restos a Pagar, na linha Empenhos de 2020 e anteriores, os valores se referem aos exercícios de 2020, 2019, 2018 e 2017.

7- Todos os valores neste demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude da mudança do sistema de execução financeira e orçamentária do Estado do Ceará (SiafeCE).

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSÓRCIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

Emitido em: 23/09/24 11:29

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSOLIDADO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/A) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	64.581.811,93	68.661.720,75	106,32	55.860.222,84	86,50	53.749.340,77	83,23	0,00
Despesas Correntes	61.981.811,93	67.442.567,11	108,81	55.255.061,98	89,15	53.159.493,37	85,77	0,00
Despesas de Capital	2.600.000,00	1.219.153,64	46,89	605.160,86	23,28	589.847,40	22,69	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	1.095.051,23	∞	779.987,63	∞	760.772,10	∞	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSOLIDADO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/A) X 100	
Despesas Correntes	0,00	1.095.051,23	∞	779.987,63	∞	760.772,10	∞	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	64.581.811,93	69.756.771,98	108,01	56.640.210,47	87,70	54.510.112,87	84,40	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS(D)	DESPESAS LIQUIDADAS(E)	DESPESAS PAGAS(F)
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (IX)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	0,00	0,00	0,00

CONSÓRCIO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (A)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		ATÉ O BIMESTRE (B)	% (B/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A) X 100	ATÉ O BIMESTRE (D)	% (D/A) X 100
CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	2.086.555,78	5.104.230,66	244,62	2.838.587,75	136,04	1.647.969,23	78,98
CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	3.026.742,03	3.026.742,03	100,00	3.026.742,03	100,00	3.026.742,06	100,00
CONSORCIO P DE S DA MICRO JUAZEIRO NORTE	2.739.926,24	2.739.926,24	100,00	2.368.778,45	86,45	2.358.654,39	86,08
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	5.101.935,99	5.101.935,99	100,00	5.078.503,91	99,54	5.078.503,91	99,54
CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	2.471.654,16	1.999.781,63	80,91	1.999.781,63	80,91	1.999.781,63	80,91
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	2.619.079,12	2.619.079,12	100,00	2.619.079,12	100,00	2.619.079,12	100,00
CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	2.758.402,64	2.758.402,64	100,00	2.758.402,64	100,00	2.758.402,64	100,00
CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAPIPOCA	2.162.697,39	2.686.391,38	124,21	1.753.510,75	81,08	1.608.384,47	74,37
CONSORCIO PUBLICO DA MICROR DE CASCAVEL	2.468.644,08	1.264.800,57	51,23	927.600,31	37,58	880.145,56	35,65
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	2.825.259,54	2.728.918,19	96,59	2.669.870,27	94,50	2.578.827,69	91,28
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE ARACATI	2.471.654,16	3.771.117,03	152,57	2.540.603,75	102,79	2.471.654,16	100,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE QUIXADÁ	5.249.100,73	4.960.196,09	94,50	3.151.145,72	60,03	3.027.170,15	57,67
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE CANINDE	3.659.257,92	3.500.000,00	95,65	3.469.257,92	94,81	3.469.257,92	94,81
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ICÓ	3.089.835,52	3.089.835,52	100,00	3.089.835,52	100,00	3.089.835,52	100,00
CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUAU	3.239.926,24	2.667.027,13	82,32	2.414.367,61	74,52	2.368.239,09	73,10
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE	2.739.926,32	3.257.719,37	118,90	2.683.520,22	97,94	2.623.091,27	95,74
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	2.471.654,16	2.471.654,16	100,00	2.471.654,16	100,00	2.471.654,16	100,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAU	3.100.386,45	4.370.246,84	140,96	3.073.986,53	99,15	3.068.747,20	98,98
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	4.076.136,00	5.415.729,93	132,86	3.809.032,75	93,45	3.790.949,95	93,00
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DO VALE DO CURU - CISVALE	3.375.695,38	3.375.695,38	100,00	2.325.170,48	68,88	2.082.653,41	61,70
CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	2.847.342,08	2.847.342,08	100,00	1.570.778,95	55,17	1.490.369,34	52,34
TOTAL	64.581.811,93	69.756.771,98	108,01	56.640.210,47	87,70	54.510.112,87	84,40

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2024
BIMESTRE: JULHO E AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP		SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE	
TOTAL DE ATIVOS					
Ativos Constituidos pela SPE					
TOTAL DE PASSIVOS					
Obrigações decorrentes de Ativos Constituidos pela SPE					
Provisões de PPP					
Outros Passivos					
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS					
Obrigações Contratuais					
Riscos não Provisionados					
Garantias Concedidas					
Outros Passivos Contingentes					

DESPESAS DE PPP	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)	74.959.408,64	84.408.173,86	98.908.659,36	102.732.725,03	106.413.470,41	110.137.941,87	9.444.305,70	-	-	-	-
Programa VAPT VUPT de Atend. Integrado ao Cidadão	74.959.408,64	84.408.173,86	98.908.659,36	102.732.725,03	106.413.470,41	110.137.941,87	9.444.305,70	-	-	-	-
A contratar (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



DESPESAS DE PPP	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Das Estatais Não-Dependentes (II) = (II.1 + II.2)	63.036.098,98	221.140.486,51	319.216.791,99	471.200.635,35	619.530.868,94	687.041.042,69	765.397.550,06	847.206.422,02	934.011.157,09	1.026.368.402,31	1.119.595.158,23
Contratadas (II.1)	63.036.098,98	221.140.486,51	319.216.791,99	471.200.635,35	619.530.868,94	687.041.042,69	765.397.550,06	847.206.422,02	934.011.157,09	1.026.368.402,31	1.119.595.158,23
PPP Planta de Dessalinização (Cagece)	-	-	-	66.781.483,29	138.296.276,68	144.644.304,82	150.734.876,28	156.270.436,05	162.219.145,72	168.924.456,97	175.862.186,87
PPP Esgotamento Sanitário Bloco 1	20.998.509,78	60.129.616,24	99.737.416,9	130.987.400,64	162.598.169,35	195.096.257,19	231.449.373,51	268.857.180,95	308.648.342,83	350.935.195,38	391.457.614,37
PPP Esgotamento Sanitário Bloco 2	42.037.589,20	161.010.870,27	219.479.375,1	273.431.751,42	318.636.422,91	347.300.480,68	383.213.300,27	422.078.805,02	463.143.668,54	506.508.749,96	552.275.356,99
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	137.995.507,62	305.548.660,37	418.125.451,35	573.933.360,38	725.944.339,35	797.178.984,56	774.841.855,76	847.206.422,02	934.011.157,09	1.026.368.402,31	1.119.595.158,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	31.973.785.169,88	33.342.588.855,80	33.411.877.312,82	33.481.309.756,57	33.550.886.486,26	33.620.607.801,73	33.690.474.003,44	33.760.485.392,48	33.830.642.270,55	33.900.944.940,00	33.971.393.703,79
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	74.959.408,64	84.408.173,86	98.908.659,36	102.732.725,03	106.413.470,41	110.137.941,87	9.444.305,70	-	-		
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,23%	0,25%	0,30%	0,31%	0,32%	0,33%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: SPS; S2GPR; Cagece; SIOF; COPAC/CECOG 25/09/2024 14:59

Nota 1: O fator de atualização aplicado para RCL a partir de 12/4/2024 é de 1,020780767%, conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP) 08/2024 - Fonte MIP/STN - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:50262

Nota 2: Para PPP Vapt Vupt, ano de 2023, utilizou-se os valores constantes na Lei nº 18.275, de 22/12/2022, Ação 20453 (Manutenção de atividades de atendimento ao cidadão - Vapt Vupt) que foram empenhados até dezembro de 2023. Para o ano de 2024, utilizou-se o valor da ação 21038 contido na Lei Nº18.664, de 28 de dezembro de 2023 (LOA 2024), considerando LOA + créditos até junho de 2024. Os demais anos foram estimados a partir do somatório do valor das contraprestações mensais cheias que estão sendo pagas atualmente, com previsão de reajuste em novembro de cada ano, considerando IPCA estimado no Relatório Focus do dia 06 de setembro de 2024.

Nota 3: Para a PPP Planta de Dessalinização, considerou-se os valores disponibilizados pela Cagece, via email, em 11/09/2024. A equipe técnica da Cagece estima o início dos desembolsos para pagamento da PPP em julho de 2026.

Nota 4: Para a PPP Esgotamento Sanitário Bloco 1 considerou-se os valores disponibilizados pela Cagece, via email, em 11/09/2024. Os desembolsos relacionados à contraprestação variável se iniciaram em junho de 2023, já os desembolsos relacionados à contraprestação fixa estão previstos para ter início em junho de 2024. A Cagece, por ser uma Sociedade de Economia Mista, adota sua contabilidade no regime de competência, portanto os valores referentes ao mês de dezembro de 2023 foram provisionados para pagamento em janeiro de 2024.

Nota 5: Para a PPP Esgotamento Sanitário Bloco 2 considerou-se os valores disponibilizados pela Cagece, via email, em 11/09/2024. Os desembolsos relacionados à contraprestação variável se iniciaram em setembro de 2023, já os desembolsos relacionados à contraprestação fixa estão previstos para ter início em setembro de 2024. A Cagece, por ser uma Sociedade de Economia Mista, adota sua contabilidade no regime de competência, portanto os valores referentes ao mês de dezembro de 2023 foram provisionados para pagamento em janeiro de 2024.

Nota 6: Registra a soma das despesas contratadas e a contratar do ente federado, exceto estatais não dependentes, para acompanhamento do limite estabelecido no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 e das futuras contratações.

Nota 7: A RCL do exercício de referência, será nos cinco primeiros bimestres o valor Previsão Atualizada e, no último bimestre, o valor da RCL apurada no exercício constantes no Anexo 3 do RREO.

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNO DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC-CE 36.307/O-3

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14	R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS	39.121.940.086,00
Previsão Inicial	42.605.047.789,28
Previsão Atualizada	27.118.837.752,69
Receitas Realizadas	0,00
Déficit Orçamentário	4.427.419.264,06
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	38.675.118.192,00
Dotação Inicial	46.988.112.974,08
Dotação Atualizada	26.453.036.770,86
Despesas Empenhadas	25.520.190.570,80
Despesas Liquidadas	24.884.515.203,59
Despesas Pagas	1.598.647.181,89
Superávit Orçamentário	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	ATÉ O BIMESTRE
Despesas Empenhadas	26.453.036.770,86
Despesas Liquidadas	25.520.190.570,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	35.411.050.023,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.343.042.021,32
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	35.186.704.195,68



RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		ATÉ O BIMESTRE
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		698.817.526,62
Receitas Previdenciárias Realizadas		390.414.521,05
Despesas Previdenciárias Empenhadas		390.414.521,05
Despesas Previdenciárias Liquidadas		373.764.085,61
Despesas Previdenciárias Pagas		308.403.005,57
Resultado Previdenciário		
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)		1.263.945.132,02
Receitas Previdenciárias Realizadas		2.314.977.677,77
Despesas Previdenciárias Empenhadas		2.314.977.677,77
Despesas Previdenciárias Liquidadas		2.189.686.462,64
Despesas Previdenciárias Pagas		-1.051.032.545,75
Resultado Previdenciário		
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas		396.445.406,00
Receitas Previdenciárias Realizadas		708.849.353,48
Despesas Previdenciárias Empenhadas		708.849.353,48
Despesas Previdenciárias Liquidadas		679.291.595,35
Despesas Previdenciárias Pagas		-312.403.947,48
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares		

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO (A)	RESULTADO APURADO ATÉ O BIMESTRE (B)	% EM RELAÇÃO À META (B/A)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-634.143.000,00	1.815.996.942,10	-2,86
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-4.152.970.000,00	755.162.516,23	-0,18

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	INSCRIÇÃO	CANCELAMENTO ATÉ O BIMESTRE	PAGAMENTO ATÉ O BIMESTRE	SALDO A PAGAR
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	306.106.474,97	910.869,83	274.805.534,97	30.390.070,17
Poder Executivo	285.838.484,51	648.845,17	255.762.808,18	29.426.831,16
Poder Legislativo	13.280.494,47	246.841,65	12.135.863,53	897.789,29
Poder Judiciário	5.421.089,67	0,00	5.392.505,36	28.584,31
Ministério Público	1.089.911,74	15.183,01	1.044.853,92	29.874,81
Defensoria Pública	476.494,58	0,00	469.503,98	6.990,60
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.247.459.332,24	47.963.500,89	913.637.431,52	285.858.399,83
Poder Executivo	1.171.053.702,80	44.556.912,83	865.909.733,28	260.587.056,69
Poder Legislativo	15.993.447,47	370.300,90	12.781.598,98	2.841.547,59
Poder Judiciário	41.100.095,82	320.916,21	21.457.464,54	19.321.715,07
Ministério Público	12.995.998,51	2.648.069,23	8.858.283,22	1.489.646,06
Defensoria Pública	6.316.087,64	67.301,72	4.630.351,50	1.618.434,42
TOTAL	1.553.565.807,21	48.874.370,72	1.188.442.966,49	316.248.470,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	VALOR APURADO ATÉ O BIMESTRE	LIMITES CONSTITUCIONAIS ANUAIS	
		% MÍNIMO A APLICAR NO EXERCÍCIO	% APLICADO ATÉ O BIMESTRE
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.104.027.218,39	25%	24,17
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.834.362.136,79	70%	85,84
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO REALIZADO
Receita de Operação de Crédito	-	-
Despesa de Capital Líquida	-	-

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	EXERCÍCIO	10º EXERCÍCIO	20º EXERCÍCIO	35º EXERCÍCIO
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Despesas com Pensões e Inativos	-	-	-	-
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	-	-	-	-

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO	SALDO A REALIZAR
Receitas da Alienação de Ativos	-	-
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR APURADO ATÉ O BIMESTRE	LIMITE CONSTITUCIONAL ANUAL	
		% MÍNIMO A APLICAR NO EXERCÍCIO	% APLICADO ATÉ O BIMESTRE
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.069.143.269,63	12%	14,54%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%)	0,25%

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
GOVERNADOR DO ESTADO
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)														"INSCRITAS E.M	
LIQUIDADAS															
DESPESA COM PESSOAL	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	"TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)"	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)"	
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	-	-	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1466822,1254	1.485.394,203,55	1.534.663,524,62	2.184.189,725,22	1.269.984,436,61	1.397.558,194,64	1.475.400,281,65	2.001.148,478,05	201.155,336,621	1.511.166,045,16	1.566.493,048,49	1.541.458,158,84	19.445.755,535,58	64.207.066,84	
Pessoal Ativo	951.400.469,45	947.855.149,73	996.852.944,28	1.461.149.655,09	826.123.887,75	902.059.721,52	972.642.216,11	1.505.187.694,55	1.312.560.702,82	987.374.354,29	1.025.366.505,11	1.004.269.019,61	12.892.842.320,31	5.980.192,92	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	799.781.759,86	782.428.576,24	851.932.745,71	1.187.378.889,62	704.750.788,01	765.464.924,03	836.208.235,54	1.366.767.502,29	1.169.943.205,06	850.757.910,11	879.358.903,87	860.039.771,52	11.054.813.211,86	2.556.602,71	
Obrigações Patronais	151.618.709,59	165.426.573,49	144.920.198,57	273.770.765,47	121.373.099,74	136.594.797,49	136.433.980,57	138.420.192,26	142.617.497,76	136.616.444,18	146.007.601,24	144.229.248,09	1.838.029.108,45	3.423.590,21	
Pessoal Inativo	364.529.551,11	349.209.247,64	378.586.473,28	536.398.703,79	348.252.451,38	350.478.503,77	352.260.340,48	352.278.372,69	527.907.101,16	354.118.855,11	383.573.521,16	372.247.218,51	4.669.840.340,08	0,00	
Aposentadoria, Reserva e Reformas	287.033.110,89	268.075.929,42	291.002.994,09	416.338.515,35	269.485.053,93	270.371.308,43	271.709.707,51	272.118.742,39	409.139.866,04	272.432.675,31	298.014.623,70	286.156.533,57	3.611.879.060,63	0,00	
Pensões	77.496.440,22	81.133.318,22	87.583.479,19	120.060.188,44	78.767.397,45	80.107.195,34	80.550.632,97	80.159.630,30	118.767.235,12	81.686.179,80	85.558.897,46	86.090.684,94	1.057.961.279,45	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	150.892.091,98	188.329.806,18	159.224.107,06	186.641.366,34	95.532.097,48	145.019.969,35	150.497.725,06	143.682.410,81	171.085.522,23	169.672.835,76	157.553.022,22	164.941.920,72	1.883.072.875,19	58.226.873,92	
Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização	67.699.764,57	77.419.166,94	88.516.703,60	79.836.925,83	896.994,34	41.974.115,59	52.325.558,63	68.705.612,91	76.197.052,19	69.171.199,17	73.167.684,72	78.439.490,56	774.350.269,05	58.226.873,92	
Despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta	83.192.327,41	110.910.639,24	70.707.403,46	106.804.440,51	94.635.103,14	103.045.853,76	98.172.166,43	74.976.797,90	94.888.470,04	100.501.636,59	84.385.337,50	86.502.430,16	1.108.722.606,14	0,00	
Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	268.637,85558	273.052,333,02	263.297,858,06	514.823,003,11	44.480,960,76	313.084,204,56	348.050,882,39	866.904,071,14	357.778,132,13	315.908,313,12	316.556,405,27	289.961,728,61	4.172.535,747,75	242.974,86	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	93.278,41	123.126,02	340.394,64	302.563,97	281.214,04	178.805,66	43.525,71	36.902,16	240.081,33	538.132,22	239.119,42	124.654,79	2.541.798,37	0,00	





DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)														"INSCRITAS EM
LIQUIDADAS														
DESPESA COM PESSOAL	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	"TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)"	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)"
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	- MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO			
146682112,54	1.485.394.203,55	1.534.663.524,62	2.184.189.725,22	1269.908.436,61	1.397.558.194,64	1.475.400.281,65	2.001.148.478,05	2.011.553.326,21	1.511.166.045,16	1.566.493.048,49	1.541.488.158,84	19.445.755.335,58	64.207.066,84	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	30.567.004,07	26.132.561,75	24.364.727,15	26.493.726,52	4.933.961,27	6.679.742,51	63.836.242,29	589.305.825,86	33.969.321,49	30.867.477,06	33.025.357,02	27.241.919,62	897.417.866,61	176.457,41
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.101.166,56	2.142.403,43	1.391.350,78	1.535.589,87	932.630,39	16.767.723,17	4.840.871,65	2.176.234,74	16.435.632,67	1.470.672,58	34.410.868,41	5.827.926,79	90.033.071,04	66.517,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	235.653.946,47	243.603.058,39	234.499.304,60	484.696.823,40	37.956.487,40	284.700.553,32	278.884.037,42	274.474.694,07	304.109.145,98	281.356.160,41	248.005.571,40	255.761.453,77	3.163.701.236,63	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela Dedutível Referente ao Piso Salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem Auxiliar de Enfermagem e Parceira	222.460,07	1.051.183,43	2.702.080,89	1.794.299,35	376.667,66	4.757.379,90	446.205,32	910.414,31	3.023.950,66	1.675.870,85	875.489,02	1.005.773,64	18.841.775,10	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II) = (I - II)	119818425636	121234187053	127136566656	166936672211	122542747585	108447399008	112734939026	113424440691	165377519408	119525773204	124993664322	125149643023	1527321978783	63.964.091,98
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III A + III B)														
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

1: São consideradas executadas as despesas liquidadas no período acrescidas dos Restos a Pagar Não-Processados inscritos no ano anterior quando a publicação for do primeiro e do segundo quadrimestre ou do ano de referência quando a publicação for do 3º quadrimestre;

2: O RPPS - Regime Próprio de Previdência Social -, que atende aos servidores civis, é composto pelos planos previdenciários FUNAPREV e PREVID. Já os militares são atendidos pelo PREVMILITAR que constitui-se no Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM conforme estatui a Lei Federal nº 13.954/2019;

3: Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal;

4: As despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta com as Organizações Sociais e Outras Entidades que firmaram contrato de gestão com o poder público de que tratam a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020 e a Nota Técnica SEI nº 45799/2020/ME, são apresentadas na linha denominada “Despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta”;

5: Não houve dedução de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados, visto que não recebemos ajuda financeira da União (fonte 604) sendo os custos desses profissionais integralmente assumidos pelo Estado do Ceará;

6: O limite da despesa com pessoal do Poder Executivo definido na lei complementar federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é de 49% da Receita Corrente Líquida para os estados que não possuem Tribunal de Contas dos Municípios – TCM e 48,6% para os estados que o possuem. O Estado do Ceará já o teve, mas a Emenda da Constituição Estadual nº 92 extinguiu o TCM, passando os 0,4% daquele tribunal para o Tribunal de Contas do Estado – TCE. Assim sendo, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão fiscalizador federal, considera, para o Poder Executivo do Estado do Ceará, o limite máximo como sendo de 49%; prudencial, 46,55%; e de alerta, 44,1%. Já o TCE, órgão fiscalizador estadual, considera o limite máximo como sendo de 48,6%; prudencial, 46,17%; e de alerta, 43,74%.

Elmano de Freitas da Costa

CHEFE DO PODER EXECUTIVO GOVERNADOR DO ESTADO

Roberto Daniel Foltz

ORIENTADOR DE CÉLULA

CONTADOR CRC-CE 15.129/O-5

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS

Fabrizio Gomes Santos

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIO PÚBLICO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2023 A AGOSTO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
		LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL (C = A + B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	177.755.500,93	88.806.981,53	28.945,25	88.835.926,78
Pessoal Ativo	177.755.500,93	79.461.538,92	28.945,25	79.490.484,17
Obrigações Patronais	0,00	3.626.723,15	0,00	3.626.723,15
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	5.718.719,46	0,00	5.718.719,46
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º DO ART. 19 DA LRF) (II)	0,00	5.373.677,68	28.945,25	5.402.622,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	2.526.844,82	28.945,25	2.555.790,07
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	76.596,72	0,00	76.596,72
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	911,61	0,00	911,61
Parcela dedutível de Enfermagem	0,00	2.769.324,53	0,00	2.769.324,53
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	177.755.500,93	83.433.303,85	0,00	83.433.303,85
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	177.755.500,93	83.433.303,85	0,00	83.433.303,85

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
11210107000180 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA IBIAPABA	7.887.687,15	4.405.200,70
11436747000103 - CONSORCIO P DE S DA MICRO JUAZEIRO NORTE	10.055.714,13	4.428.465,77
11487835000134 - CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO RUSSAS	6.171.728,90	2.589.774,53
11490043000119 - CONS PUB DE SAUDE DO MACICO DE BATURITE	6.880.996,66	3.325.554,04
11552755000115 - CONSORCIO PUB DE SAUDE DA MICRO DE CRATO	21.133.115,61	10.473.005,67
11795563000130 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE ACARAU	5.947.592,44	2.864.561,07
12116566000162 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE TAUÁ	10.044.495,60	6.365.044,83
12208466000166 - CONSORCIO PUBLICO SAUDE DA MICRO SOBRAL	8.922.145,74	3.346.037,05
12609221000140 - CONSOR PUBLICO DE SAUDE DE CAMOCIM	7.034.781,37	3.062.934,25
12768835000175 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DO VALE DO CURU - CISVALÉ	10.636.175,07	4.878.208,59
12850235000151 - CONSORCIO PUBLICO DA MICROR DE CASCAVEL	10.221.593,57	4.050.739,52
12939977000158 - CONSORCIO PUBL DE SAUDE MICRO ITAPIOCA	5.368.820,19	3.360.769,56
12940254000179 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DE MARACANAÚ	7.657.441,73	4.575.405,47
12986520000102 - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE ARACATÍ	5.772.377,92	2.425.342,09
12987708000167 - CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO BREJO SANTO	6.485.583,51	2.820.154,55
13044206000165 - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ICÓ	6.791.147,30	1.152.111,53
13179412000182 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE CANINDE	7.118.395,32	4.227.589,49
13328683000152 - CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIÃO DE LIMOEIRO DO NORTE	6.603.325,57	3.701.611,64
13427383000120 - CONSORCIO PUB DE SAUDE MICRO DE CRATEUS	5.977.497,03	2.908.190,61
14530768000181 - CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DA MICRO DE QUIXADÁ	8.692.095,30	3.341.901,04
14770466000180 - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUAU	12.352.790,82	5.130.701,85
TOTAL	177.755.500,93	83.433.303,85

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE.

Elmano de Freitas da Costa

CHEFE DO PODER EXECUTIVO GOVERNADOR DO ESTADO

Roberto Daniel Foltz

ORIENTADOR DE CÉLULA

CONTADOR CRC Nº36.307/O-3



QUADRO AUXILIAR DO ANEXO 1 - DESPESA COM PESSOAL DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS FINALÍSTICOS DE FORMA INDIRETA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

CREDOR	LIQUIDADAS												TOTAL
	2023				2024								
	9 - SETEMBRO	10 - OUTUBRO	11 - NOVEMBRO	12 - DEZEMBRO	1 - JANEIRO	2 - FEVEREIRO	3 - MARÇO	4 - ABRIL	5 - MAIO	6 - JUNHO	7 - JULHO	8 - AGOSTO	
INSTITUTO DRAGÃO DO MAR	1.991.870,05	1.985.775,70	2.006.682,52	2.011.361,13	1.975.603,14	2.068.987,39	2.046.916,69	2.140.817,37	2.133.501,30	2.139.752,12	2.072.593,51	2.146.858,49	24.720.719,41
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT	1.852.166,38	1.766.285,36	1.728.453,70	2.746.787,73	1.864.143,31	1.796.033,76	1.839.655,30	1.804.338,74	1.801.239,99	2.293.091,35	1.970.785,45	1.477.100,01	22.940.081,08
INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO	10.939.001,18	11.472.460,93	11.507.034,73	21.086.938,25	11.717.769,62	9.949.204,13	10.393.445,67	10.415.229,69	16.253.868,91	12.004.712,14	15.192.826,95	13.821.840,25	154.754.332,45
INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARA	4.709.546,33	4.933.469,25	4.874.763,67	6.814.156,93	4.535.514,44	4.499.198,26	4.296.096,86	4.351.137,20	5.260.866,46	6.758.105,71	5.201.872,02	5.021.797,86	61.256.524,99
INSTITUTO DE SAÚDE E GESTAO HOSPITALAR	60.702.282,94	88.059.375,44	47.970.606,20	69.421.621,26	71.823.355,06	82.124.677,74	76.959.155,83	53.588.999,09	66.666.157,04	73.233.878,71	56.723.384,22	60.561.114,05	807.834.607,58
INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE	2.997.460,53	2.693.272,56	2.619.862,64	4.723.575,21	2.718.717,57	2.607.752,48	2.636.896,08	2.676.275,81	2.772.836,34	4.072.096,56	3.223.875,35	3.473.719,50	37.216.340,63
VALOR EXECUTADO	83.192.327,41	110.910.639,24	70.707.403,46	106.804.440,51	94.635.103,14	103.045.883,76	98.172.166,43	74.976.797,90	94.888.470,04	100.501.636,59	84.385.337,50	86.502.430,16	1.108.722.006,14

Fonte: SIAFE CE - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Ceará

Nota: O QUADRO AUXILIAR DA DESPESA COM PESSOAL DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS FINALÍSTICOS DE FORMA INDIRETA tem como objetivo dar mais transparência a esse tipo de despesa, visto que ela já está incluída no DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO na rubrica “Despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta” pelo seus valores totais.

Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2024

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “b”)

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
	EXERCÍCIO ANTERIOR	ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	16.956.179.101,93	17.373.947.279,58	17.703.651.349,10	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	15.610.736.904,20	16.028.505.081,85	16.465.314.345,28	
Empréstimos	14.046.198.409,73	14.420.851.524,81	15.111.848.255,32	
Internos	5.663.184.053,05	5.546.478.008,78	5.562.207.152,66	
Externos	8.383.014.356,68	8.874.373.516,03	9.549.641.102,66	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.177.807.220,91	1.194.221.109,34	1.196.336.961,17	
Financiamentos	111.654.179,12	149.687.213,02	148.427.985,74	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	111.654.179,12	149.687.213,02	148.427.985,74	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	12.959.278,40	8.839.836,88	8.701.143,05	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	1.224.140,94	1.066.189,33	1.553.758,52	
De Demais Contribuições Sociais	11.735.137,46	7.773.647,55	7.147.384,53	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	262.117.816,04	254.905.397,80	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Venc. e não pagos	537.929.391,54	537.929.391,54	537.929.391,54	
Outras Dívidas	807.512.806,19	807.512.806,19	700.407.612,28	
DEDUÇÕES (II)	7.454.272.216,28	10.167.835.036,64	8.956.906.979,68	
Disponibilidade de Caixa	7.111.157.872,26	9.493.012.073,97	8.200.633.556,16	
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.395.784.106,02	11.264.646.070,16	10.065.855.691,86	
(-) Restos a Pagar Processados	274.133.384,23	38.256.632,48	31.783.233,03	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.010.492.849,53	1.733.377.363,71	1.833.438.902,67	
Demais Haveres Financeiros	343.114.344,02	674.822.962,67	756.273.423,52	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	9.501.906.885,65	7.206.112.242,94	8.746.744.369,42	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.973.785.169,88	34.574.665.580,04	35.411.050.023,34	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	15.244.577,73	15.682.204,73	68.008.002,02	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.958.540.592,15	34.558.983.375,31	35.343.042.021,32	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	53,06	50,27	50,09	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	29,73	20,85	24,75	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	63.917.081.184,30	69.117.966.750,62	70.686.084.042,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	57.525.373.065,87	62.206.170.075,56	63.617.475.638,38	



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis
FSC® C128031

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
	EXERCÍCIO ANTERIOR	ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
PRECATÓRIOS ANTERIORES a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	30.606.994,13	30.606.994,13	133.281.386,44	
PASSIVO ATUARIAL	58.555.618.809,98	58.555.618.809,98	58.555.618.809,98	
RP NÃO-PROCESSADOS	1.246.337.644,19	442.360.137,54	284.384.793,64	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	110.885.780,44	110.885.780,44	0,00	

FONTE: SIAFE; COPAC/CECOG; 27/09/2024 07:47

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: : Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 314.693.927,33 dos RPPS (010101 - FPP, 460401 - FUNAPREV, 460701 - PREVID E 460901 - CEARAPREV). A disponibilidade do PREVMILITAR não foi excluída por conta da Lei nº 13.954/2019;

Nota 3: Os valores restituíveis e Valores vinculados se referem a consignações, depósitos, consignações e outros valores de terceiros sob a responsabilidade do estado;

Nota 4: Não considerado na disponibilidade o valor de aplicações financeiras de curto e longo prazo dos RPPS's no total de R\$ 1.700.935.563,27;

Nota 5: Do valor de Demais Haveres Financeiros, R\$ 353.457.572,32 correspondem a valores repassados pelo Poder Executivo e que estão sob administração Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho para pagamento de precatórios, conforme repasses e informações de valores pagos;"

Nota 6: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2023;

Nota 7: Excluído o passivo atuarial do órgão 460501-PREVMILITAR por conta da Lei nº 13.954/2019;

Nota 8: Não considerados os valores de restos a pagar das fonte 800,801 e 802 na linha de restos a pagar processados e não processados;

Nota 9: Do valor de Demais Haveres Financeiros, um acréscimo de R\$ 252.918.141,85 resulta de alteração de critério contábil para atendimento do Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição;

Nota 10: Nos Restos a Pagar Processados e não Processados , em 2024, estão incluídos os intraorçamentários (mudança de critério);

Nota 11:Foi feito ajuste na linha "Apropriação de Depósitos Judiciais" do valor de apropriação de depósitos judiciais em que o Estado é parte está avaliado em R\$ 110.885.780,44.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOUREO ESTADUAL
E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “c” e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	145.179.906,61	141.550.268,57	154.808.118,85	
Em Operações de Crédito Externas	145.179.906,61	141.550.268,57	154.808.118,85	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	145.179.906,61	141.550.268,57	154.808.118,85	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.973.785.169,88	34.574.665.580,04	35.411.050.023,34	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	15.244.577,73	15.682.204,73	68.008.002,02	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	31.958.540.592,15	34.558.983.375,31	35.343.042.021,32	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,45	0,41	0,44	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00%	7.030.878.930,27	7.602.976.342,57	7.775.469.244,69	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	6.327.791.037,24	6.842.678.708,31	6.997.922.320,22	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00



CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOUREO ESTADUAL
E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

RGF - ANEXO 4 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “d” e inciso III alínea “c”) R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (A)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	128.930.037,67	399.743.672,96
Interna	46.611.330,47	48.763.440,79
Empréstimos	45.946.888,38	48.098.998,70
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação da Receita pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	664.442,09	664.442,09
Externa	82.318.707,20	350.980.232,17
Empréstimos	82.318.707,20	259.287.772,93
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	44.351.289,85
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1o)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	47.341.169,39
TOTAL (III)	128.930.037,67	399.743.672,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.411.050.023,34	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	68.008.002,02	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	35.343.042.021,32	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	351.738.061,48	1,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.654.886.723,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	5.089.398.051,07	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	,	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (A)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Siafe-CE / SEFAZ-CE

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2024

LRF, art. 48 - Anexo 6 (R\$ 1,00)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	35.411.050.023,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.343.042.021,32
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	35.186.704.195,68



DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - TDP		15.337.183.879,81	43,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00 %		17.241.485.055,88	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55 % (95 % do Limite Máximo)		16.379.410.803,09	46,55
Limite de alerta (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10 (90 % do Limite Máximo)		15.517.336.550,29	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		8.746.744.369,42	24,75
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		70.686.084.042,64	200,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		154.808.118,85	0,44
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.775.469.244,69	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		351.738.061,48	1,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas		5.654.886.723,41	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita		2.474.012.941,49	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
VALOR TOTAL	-	-	

FONTE: Siafe-CE/SEFAZ-CE; 27/09/2024 08:32
Valores apurados nos Demonstrativos respectivos.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL
Fabrízio Gomes Santos
SECRETARIO DA FAZENDA
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOUREO ESTADUAL E METAS FISCAIS
Roberto Daniel Foltz
ORIENTADOR DE CÉLULA
CONTADOR CRC Nº36.307/O-3

*** **

NORMA DE EXECUÇÃO Nº03, de 13 de setembro de 2024.

ALTERA A NORMA DE EXECUÇÃO Nº02, DE 10 DE MAIO DE 2021, QUE ESTABELECE DISPOSIÇÕES ACERCA DA DESCENTRALIZAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO APRESENTADO POR SUJEITO PASSIVO NA FORMA DO § 4.º DO ART. 106 DO DECRETO Nº33.327, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso III do art. 93 da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a possibilidade de delegação do Secretário da Fazenda para outras autoridades da Administração Tributária, inclusive Orientadores e Supervisores de unidades integrantes da estrutura da SEFAZ, a decisão quanto a pedidos de restituição do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), nos termos do artigo 49, § 4.º do Decreto 32.082 de 11 de novembro de 2016; CONSIDERANDO a necessidade de conferir agilidade à análise de processos envolvendo pedidos de restituição do ITCD em valores inferiores a 5.000 (cinco mil) UFIRCES, RESOLVE:

Art. 1.º A Norma de Execução n.º 02, de 10 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6.º-A. Aplica-se o disposto nesta Norma de Execução, relativamente aos pedidos de restituição do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), no que couber.

Parágrafo único. O requerimento de restituição do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) será apresentado a qualquer Célula de Execução da Administração Tributária (CEXAT) ou Núcleo de Atendimento e Monitoramento (NUAT), da estrutura administrativa da Secretaria da Fazenda deste Estado, cabendo ao titular do órgão designar servidor fazendário para análise do pedido.” (NR)

Art. 2.º Esta Norma de Execução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1.º de setembro de 2024.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 13 de setembro de 2024.

Fabrízio Gomes Santos
SECRETARIO DA FAZENDA

*** **

NORMA DE EXECUÇÃO Nº04, de 18 de setembro de 2024.

ALTERA A NORMA DE EXECUÇÃO Nº01, DE 10 DE ABRIL DE 2024, QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A METODOLOGIA DE CÁLCULO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS).

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso III do art. 93 da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos relativos ao cálculo do diferencial de alíquotas do ICMS nas operações e prestações indicadas na alínea “b” do inciso V do art. 2.º da Lei n.º 18.665, de 28 de dezembro de 2023, que diz que o ICMS incide sobre a entrada, neste Estado, decorrente de operação interestadual, de mercadoria, bem ou serviço destinados a contribuinte do ICMS, para serem por ele utilizados, consumidos ou incorporados ao seu ativo imobilizado, CONSIDERANDO a metodologia de cálculo diferenciada nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final contribuinte do ICMS, quando sujeitas a benefícios fiscais de isenção concedidos na forma da legislação interna, CONSIDERANDO o ajuste necessário ao cálculo do ICMS DIFAL nas operações realizadas entre empresas optantes do Simples Nacional, devido ao disposto no art. 13, § 1.º, inciso XIII, “h” e § 5.º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 5.º, § 2.º, da Resolução CGSN n.º 140, de 22 de maio de 2018, que estabelecem que a diferença entre a alíquota interna e interestadual nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens e mercadorias por empresa optante do Simples Nacional deve ser calculada com base nas alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional, RESOLVE:

Art. 1.º A Norma de Execução n.º 01, de 10 de abril de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – acréscimo dos § 3.º ao art. 3.º e nova redação do art. 4.º:

“Art. 3.º (...)

(...)

§ 3.º Na hipótese de operações interestaduais isentas ou não tributadas na unidade federada de origem ou realizadas entre empresas optantes do Simples Nacional, o cálculo do ICMS DIFAL deverá ser realizado com base na fórmula prevista no § 1.º, adotando-se como dedução da carga tributária total o valor da operação presente no documento fiscal com aplicação da alíquota interestadual, de acordo com o estado de origem, ainda que não haja destaque do imposto na NF-e.” (NR)

II – e nova redação do art. 4.º:

“Art. 4.º No que se refere à aplicação dos benefícios fiscais da isenção de ICMS e da redução da base de cálculo de ICMS às operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, deve-se considerar o benefício fiscal de redução da base de cálculo de ICMS ou de isenção de ICMS concedido na operação ou prestação interna, sem prejuízo da aplicação da alíquota interna deste Estado, na forma dos §§ 1.º e 2.º da cláusula primeira do Convênio ICMS 153/2015.” (NR)

III – acréscimo do art. 4.º-A:

“Art. 4.º-A. A aplicação da metodologia de cálculo do diferencial de alíquotas do ICMS DIFAL fica exemplificada na forma do Anexo Único desta Norma de Execução.” (NR)

IV - acréscimo do Anexo Único:

“ANEXO ÚNICO

Exemplos de aplicação da metodologia de cálculo do ICMS DIFAL nas operações destinadas a consumidor final não contribuinte e contribuinte, conforme fórmulas dispostas na Norma de Execução n.º 01, de 10 de abril de 2024.

Para fins deste anexo, considera-se:



I - Vr_ope = Valor total da operação interestadual;

II - ICMS_origem = ICMS da operação interestadual;

III - ALQ_intra = Alíquota Interna;

IV - ALQ_inter = Alíquota Interestadual;

V - %Red_BC_dest = Percentual de redução da base de cálculo da operação no destino;

VI - %Red_BC_origem = Percentual de redução de base de cálculo da operação na origem.

1. Cálculo do ICMS DIFAL nas operações e prestações destinadas a consumidor final não contribuinte domiciliado no CE - base única e imposto por dentro.

OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINAÇÃO: CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE	ORIGEM		
	REGIÕES S E SE - ES	REGIÕES N E NE + ES	IMPORTADO
a) Alíquota Interestadual	7%	12%	4%
b) Alíquota Interna base na UF de destino		20%	
c) Valor da operação/prestação antes da inclusão do imposto por dentro	1.000,00	1.000,00	1.000,00
d) Inclusão do ICMS do destino no valor da operação/prestação, considerando-se a alíquota interna padrão: $1.000/(1 - ALQ_intra/100) = 1.000/(1 - 20/100) = 1.000/(1 - 0,20) = 1.000/0,80 = 1.250,00$.	1.250,00	1.250,00	1.250,00
e) Diferença entre a alíquota interna e interestadual	13%	8%	16%
f) Cálculo do DIFAL sobre a base única estabelecida no subitem "d" nos termos do § 1º da Cláusula segunda do Conv ICMS nº 236/2021. Fórmula base: $DIFAL = [Vr_ope \times (ALQ_intra - ALQ_inter)]$	162,50	100,00	200,00

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 2º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual em SP:

$ICMS\ DIFAL = [Vr_ope \times (ALQ_intra - ALQ_inter)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times (20\% - 7\%)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times 13\%]$

$ICMS\ DIFAL = 162,50$

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 2º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual na BA:

$ICMS\ DIFAL = [Vr_ope \times (ALQ_intra - ALQ_inter)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times (20\% - 12\%)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times 8\%]$

$ICMS\ DIFAL = 100,00$

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 2º, § 1º, considerando a operação interestadual com mercadoria importada:

$ICMS\ DIFAL = [Vr_ope \times (ALQ_intra - ALQ_inter)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times (20\% - 4\%)]$

$ICMS\ DIFAL = [1.250 \times 16\%]$

$ICMS\ DIFAL = 200,00$

1.1 Operação com redução de base de cálculo no destino:

OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINAÇÃO: CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO NO DESTINO	ORIGEM		
	REGIÕES S E SE - ES	REGIÕES N E NE + ES	IMPORTADO
a) Alíquota Interestadual	7%	12%	4%
b) Alíquota Interna base na UF de destino		20%	
c) Valor da operação/prestação antes da inclusão do imposto por dentro	1.000,00	1.000,00	1.000,00
d) Inclusão do ICMS do destino no valor da operação/prestação, considerando-se a alíquota interna padrão: $1.000/(1 - ALQ_intra/100) = 1.000/(1 - 20/100) = 1.000/(1 - 0,20) = 1.000/0,80 = 1.250,00$.	1.250,00	1.250,00	1.250,00
e) Diferença entre a alíquota interna e interestadual	13%	8%	16%
f) Percentual de redução de base de cálculo no destino (produto da cesta básica: Art 61, I, Lei 18.665/23)	-65%		
g) Base de cálculo reduzida no destino	437,50	437,50	437,50
h) Cálculo do DIFAL sobre a base única reduzida estabelecida no subitem "g" nos termos do § 5º da Cláusula segunda do Conv ICMS nº 236/2021. Fórmula base: $DIFAL = \{[Vr_ope \times (1 - \%Red_BC_dest/100)] \times (ALQ_intra - ALQ_inter)\}$.	56,88	35,00	70,00

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 2º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual em SP e redução de base de cálculo no destino de - 65,00% relativo a produto da cesta básica:

$ICMS\ DIFAL = \{[Vr_ope \times (1 - \%Red_BC_dest/100)] \times (ALQ_intra - ALQ_inter)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.250 \times (1 - 65/100)] \times (20\% - 7\%)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.250 \times (1 - 0,65)] \times 13\%\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.250 \times 0,35] \times 13\%\}$

$ICMS\ DIFAL = \{437,50 \times 13\%\}$

$ICMS\ DIFAL = 56,88$

2. Cálculo do ICMS DIFAL nas operações de entrada no CE de mercadorias ou bens oriundo de outro Estado, adquirido por consumidor final contribuinte e destinado ao seu uso ou consumo ou à integralização do seu ativo fixo - base dupla e imposto por dentro.

OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINAÇÃO: CONSUMIDOR FINAL CONTRIBUINTE	ORIGEM		
	REGIÕES S E SE - ES	REGIÕES N E NE + ES	IMPORTADO
a) Alíquota Interestadual	7%	12%	4%
b) Alíquota Interna base na UF de destino	20%		
c) Valor da operação/prestação antes da inclusão do imposto por dentro	1.000,00	1.000,00	1.000,00
d) Inclusão do ICMS na própria base de cálculo para estabelecer a base de cálculo na origem, considerando a alíquota interestadual da operação. Exemplo: $1.000/(1 - ALQ_inter/100) = 1.000/(1 - 7/100) = 1.000/(1 - 0,07) = 1.000/0,93 = BC_origem = 1.075,27$	1.075,27	1.136,36	1.041,66
e) ICMS da operação própria destacada na NF-e	75,27	136,36	41,66
f) Expurgação do ICMS próprio da BC na origem, considerando a diferença entre os subitens "d" e "e", para encontrar o valor da mercadoria sem ICMS.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
g) Inclusão do ICMS na base de cálculo para estabelecer a base de cálculo no destino, considerando a alíquota interna da UF de destino. Exemplo: $1.000/(1 - ALQ_intra/100) = 1.000/(1 - 20/100) = 1.000/(1 - 0,20) = 1.000/0,80 = 1.250$	1.250,00	1.250,00	1.250,00
h) Aplicar alíquota interna sobre a BC estabelecida no destino para encontrar a carga tributária total da operação.	250,00	250,00	250,00
i) Cálculo do DIFAL: diferença entre os subitens "h" e "e". Fórmula base: $ICMS\ DIFAL = \{[(Vr_ope - ICMS_origem)/(1 - ALQ_intra/100)] \times ALQ_intra - (Vr_ope \times ALQ_inter)\}$	174,73	113,64	208,34

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 3º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual em SP:

$ICMS\ DIFAL = \{[(Vr_ope - ICMS_origem)/(1 - ALQ_intra/100)] \times ALQ_intra - (Vr_ope \times ALQ_inter)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[(1.075,27 - 75,27)/(1 - 20/100)] \times 20\% - (1.075,27 \times 7\%)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.000/(1 - 0,20)] \times 20\% - 75,27\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.000/0,8] \times 20\% - 75,27\}$

$ICMS\ DIFAL = \{1.250 \times 20\% - 75,27\}$

$ICMS\ DIFAL = \{250 - 75,27\}$

$ICMS\ DIFAL = 174,73$

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 3º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual na BA e o emitente do Simples Nacional ou produto isento ou não tributado na origem:

$ICMS\ DIFAL = \{[(Vr_ope - ICMS_origem)/(1 - ALQ_intra/100)] \times ALQ_intra - (Vr_ope \times ALQ_inter)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[(1.000,00 - 0,00)/(1 - 20/100)] \times 20\% - (1.000,00 \times 12\%)\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.000/(1 - 0,20)] \times 20\% - 120,00\}$

$ICMS\ DIFAL = \{[1.000/0,8] \times 20\% - 120,00\}$

$ICMS\ DIFAL = \{1.250 \times 20\% - 120,00\}$

$ICMS\ DIFAL = \{250,00 - 120,00\}$

$ICMS\ DIFAL = 130,00$

2.1 Operação com redução de base de cálculo no destino:

• Cálculo estabelecido pela fórmula prevista no Art 3º, § 1º, considerando a origem da operação interestadual em SP e redução de base de cálculo no destino de - 65,00% relativo a produto da cesta básica (art. 61, I, da Lei 18.665/23):



OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINAÇÃO: CONSUMIDOR FINAL CONTRIBUINTE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO NO DESTINO	ORIGEM REGIÕES S E SE - ES
a) Alíquota Interestadual	7%
b) Alíquota Interna base na UF de destino	20%
c) Base de cálculo da operação própria	1.075,27
d) ICMS da operação própria destacado na NF-e	75,27
e) Expurgação do ICMS próprio da BC na origem, considerando a diferença entre os subitens "c" e "d", para encontrar o valor da mercadoria sem ICMS.	1.000,00
f) Inclusão do ICMS na base de cálculo para estabelecer a base de cálculo no destino, considerando a alíquota interna da UF de destino. Exemplo: $1.000 / (1 - \text{ALQ_intra}/100) = 1.000 / (1 - 20/100) = 1.000 / (1 - 0,20) = 1.000 / 0,80 = 1.250$	1.250,00
g) Percentual de redução de base de cálculo no destino (produto da cesta básica: Art 61, I, Lei 18.665/23)	- 65%
h) Redução da base de cálculo no destino $1.250 \times (1 - \% \text{Red_BC_dest}/100) = 1.250 \times (1 - 65/100) = 1.250 \times (1 - 0,65) = 1.250 \times 0,35 = 437,50$	437,50
i) Aplicar alíquota interna sobre a BC reduzida	87,50
j) Reduzir crédito de origem na mesma proporção da redução de base de cálculo no destino	26,34
k) Cálculo do DIFAL: diferença entre os subitens "i" e "j". Fórmula base: $\text{ICMS DIFAL} = \{[(\text{Vr_ope} - \text{ICMS_origem}) / (1 - \text{ALQ_intra}/100)] \times (1 - \% \text{Red_BC_dest}/100) - [\text{ICMS_origem} \times (1 - \% \text{Red_BC_dest}/100)]\}$	61,16

$\text{ICMS DIFAL} = \{[(\text{Vr_ope} - \text{ICMS_origem}) / (1 - \text{ALQ_intra}/100) \times (1 - \% \text{Red_BC_dest}/100)] \times \text{ALQ_intra} - [\text{ICMS_origem} \times (1 - \% \text{Red_BC_dest}/100)]\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{[(1.075,27 - 75,27) / (1 - 20/100) \times (1 - 65/100)] \times 20\% - [75,27 \times (1 - 65/100)]\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{[1.000 / (1 - 0,20) \times (1 - 0,65)] \times 20\% - [75,27 \times (1 - 0,65)]\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{[1.000 / 0,8 \times 0,35] \times 20\% - [75,27 \times 0,35]\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{[1.250 \times 0,35] \times 20\% - 26,34\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{437,50 \times 20\% - 26,34\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = \{87,50 - 26,34\}$
 $\text{ICMS DIFAL} = 61,16.$ (NR)

Art. 2.º Esta Norma de Execução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.º de setembro de 2024.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de setembro de 2024.

Fabrizio Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº124/2024.

APROVA O CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS AGENTES PÚBLICOS EM EXERCÍCIO NA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SEINFRA) E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 50, inciso XIV, da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, e suas alterações; o artigo 5º, inciso XIV, do Decreto Estadual nº 33.471, publicado no DOE de 14 de fevereiro de 2020; e o artigo 93 da Constituição do Estado do Ceará de 1989; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 31.198 de 30 de abril de 2013, que instituiu o Código de Ética e Conduta da Administração Estadual; CONSIDERANDO a importância da ética no exercício das relações pessoais e profissionais, no âmbito da SEINFRA, visando o bom aproveitamento da coletividade institucional e a supremacia do interesse público sobre o privado, RESOLVE:

ART. 1º. Aprova o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), ou que estejam a serviço dela em outro órgão ou entidade, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, 25 de setembro de 2024.

Héljo Winston Barreto Leitão
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº124/2024, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS AGENTES PÚBLICOS EM EXERCÍCIO NA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código de Conduta Ética é um instrumento de orientação e fortalecimento da consciência ética no relacionamento do agente público com pessoas e com o patrimônio público.

Parágrafo único. Este Código estabelece os princípios e as normas de conduta ética aplicáveis aos servidores da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra), sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 2º Os agentes públicos da Seinfra, para os fins de aplicação deste Código, são:

I - os ocupantes dos cargos efetivos e em comissão;

II - aquele que, mesmo pertencendo a outra instituição, prestem serviços ou desenvolvam quaisquer atividades junto a Seinfra, de natureza permanente, temporária ou excepcional.

III - todo aquele que por força da lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, preste serviços para a Seinfra de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, independentemente de ser remunerado ou não, inclusive os servidores em gozo de licença ou em período de afastamento.

Art. 3º O agente público deve ter conduta compatível com os preceitos deste Código, em especial com os seguintes:

I - a legalidade, a dignidade, a publicidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios éticos e morais que devem nortear o servidor, seja no exercício de seu cargo, função ou fora dele;

II - o agente público deverá sempre observar o elemento ético de sua conduta, zelando pela excelência na prestação de seus serviços, o que gerará a eficiência na realização dos seus atos, mantendo conduta ilibada em sua vida social, sendo compatível com o cargo que ocupa;

III - a moralidade do ato administrativo será consolidada mediante o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade da conduta do servidor.

Art. 4º Este Código tem como objetivos:

I - tornar transparentes as regras éticas de conduta dos agentes públicos da Seinfra, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura de seus processos e serviços;

II - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos dos integrantes da Seinfra;

III - assegurar aos agentes públicos da Seinfra a preservação de sua imagem e reputação, quando seu comportamento se pautar pelas normas éticas estabelecidas neste Código;

IV - propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados, e limitar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo;

V - estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os setores público e privado.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 5º São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos agentes públicos da Seinfra, no exercício do seu cargo ou função:

I - o interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público;

II - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência;

III - a honestidade, a dignidade, o respeito e o decoro;

IV - a qualidade, a eficiência e a equidade dos serviços públicos;

V - a integridade;

VI - a independência, a objetividade e a imparcialidade;

VII - a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica;

VIII - o sigilo profissional;

IX - a competência;

X - o desenvolvimento profissional.

Parágrafo único. Os atos, comportamentos e atitudes dos servidores observarão critérios éticos, de modo a harmonizar as práticas pessoais com os valores institucionais.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS

Art. 6º É direito de todos os agentes públicos da Seinfra:

I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental, psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;

II - ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, bem como ter acesso aos resultados;

III - participar das atividades de motivação, capacitação e treinamento, que contribuam com seu desenvolvimento profissional;



IV - estabelecer interlocuções livres com seus colegas e seus superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, inclusive para discutir aspecto controverso em instrução processual ou em outras atividades da Seinfra;

V - ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio servidor e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações.

VI - representar contra atos ilegais ou morais

CAPÍTULO IV DOS DEVERES

Art. 7º Constituem condutas a serem observadas pelo agente público da Seinfra:

I - exercer suas atribuições nos prazos estabelecidos, com qualidade e eficiência;

II - proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de algum impasse, a opção que melhor se adequar à ética e ao interesse público;

III - tratar respeitosamente e com a atenção necessária os usuários dos serviços públicos, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

IV - ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais;

V - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários dos serviços públicos;

VI - ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder estatal;

VII - resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas, em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, e denunciá-las;

VIII - ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

IX - comunicar imediatamente a seus superiores, todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público;

X - manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

XI - participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

XII - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XIII - manter-se atualizado com as instruções e normas de serviço, bem como com a legislação pertinente ao órgão ou entidade onde exerce suas funções;

XIV - cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo, emprego ou função, tanto quanto possível com critério, segurança e rapidez;

XV - exercer, com estrita moderação, as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de exercê-las contrariamente aos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos;

XVI - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa em lei;

XVII - divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - utilizar os materiais fornecidos para a execução do trabalho com economia e consciência, evitando o desperdício e contribuindo para a preservação do meio ambiente;

XX - transmitir aos demais servidores informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de experiência profissional, contribuindo para o aprimoramento dos trabalhos a serem realizados;

XXI - manter neutralidade no exercício profissional, conservando sua independência em relação às influências político-partidárias, ideológicas ou religiosas, de modo a evitar que estas venham a afetar a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais;

XXII - preservar dados e informações obtidos no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, às quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional;

XXIII - informar à chefia imediata, quando notificado ou intimado para prestar depoimento em juízo sobre atos ou fatos de que tenha tomado conhecimento em razão do exercício das atribuições do cargo que ocupa, com vistas ao exame do assunto.

Art. 8º O agente público da Seinfra deverá se portar em conformidade com os princípios e valores éticos, mesmo nas situações não elencadas neste Código,

Art. 9º São deveres dos agentes públicos da Seinfra em relação aos Poderes Públicos e Instituições Fiscalizadoras:

I - zelar pela adequada aplicação das normas constitucionais, das leis e regulamentos;

II - exercer as prerrogativas do cargo com dignidade e respeito à causa pública;

III - receber respeitosamente as autoridades públicas, as partes e terceiros interessados;

IV - zelar pela celeridade na tramitação dos processos.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES

Art. 10 Aos agentes públicos da Seinfra é vedada a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade da função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais, sendo-lhe vedado, ainda:

I - valer-se de sua condição e influência para obter qualquer facilitação e ou favorecimento em proveito próprio ou de terceiros, ainda que após seu desligamento do cargo;

II - utilizar para fins privados, de outros servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;

III - discriminar os colegas de trabalho, superiores ou subordinados e demais pessoas com quem se relacionar, em virtude do seu cargo ou função, motivado por preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, visão política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação;

IV - negligenciar o interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis vigentes do País;

V - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação, presente ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor público para o mesmo fim;

VI - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

VII - iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite de atendimento em serviços públicos;

VIII - desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

IX - retirar da repartição pública, sem estar autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

X - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XI - apresentar-se embriagado ou sob efeito de quaisquer drogas ilegais no ambiente de trabalho, em situações que comprometam a imagem institucional;

XII - praticar qualquer ato que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou de intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;

XIII - atribuir a outrem conduta ou erro próprio;

XIV - apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;

XV - fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes a Seinfra, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente;

XVI - divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo ou função e, ainda, de relatórios, instruções e informações constantes em processos ou procedimentos, cujo objeto ainda não tenha sido apreciado, sem prévia autorização da autoridade competente;

XVII - publicar, sem prévia e expressa autorização, estudos, pareceres e pesquisas realizados no desempenho de suas atividades no cargo ou função, cujo objeto ainda não tenha sido apreciado;

XVIII - cooperar com qualquer organização que atente contra a dignidade da pessoa humana;

XIX - utilizar sistemas e canais de comunicação da Seinfra para a propagação e divulgação de trotes, boatos, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária, bem como para acessar ou difundir conteúdos pornográficos;

XX - manifestar-se por declarações públicas em nome da Seinfra ou do Poder Público Estadual quando não autorizado e habilitado para tal, sem estar devidamente investido em função de gestão compatível com as declarações ou ter sido delegado formalmente para exercer essa função em caráter excepcional.

XXI - É vedado receber, para si ou para outrem, presentes, doações ou vantagens de qualquer espécie de pessoa física ou jurídica, pública ou privada.

Parágrafo único. Não se consideram presentes ou doações os itens institucionais e sem valor comercial, tais como agenda, caneta, calendário, camiseta, bonés etc.

Art. 11 O agente público que fizer denúncia infundada estará sujeito às sanções deste Código.

CAPÍTULO VI DAS VIOLAÇÕES A ESTE CÓDIGO

Art. 12 As condutas que, em tese, possam estar em desconformidade com os valores e princípios deste Código serão apuradas de ofício ou em razão de denúncias de ouvidoria ou representação recebidas pela Comissão Setorial de Ética Pública da Seinfra, nos termos de seu Regimento Interno, podendo, sem prejuízo de sanções legais, resultarem em advertência ou censura nos termos do Código de Ética da administração pública estadual.

§ 1º As sanções poderão ser convertidas em Termo de Ajuste de Condutas (TAC) no qual o agente público da Seinfra e compromete, por tempo certo e determinado, a ajustar sua conduta aos preceitos deste Código.

§ 2º Em caso de descumprimento do TAC, em uma nova apreciação, a Seinfra recomendará que a advertência seja assentada nos registros funcionais do agente público da Seinfra.



§ 3º Compete à chefia imediata do agente público acompanhar o cumprimento do TAC e informar à Seinfra eventuais desvios no seu cumprimento.

§ 4º O fato de o agente público da Seinfra estar em exercício em outro órgão ou entidade, desde que esteja a serviço da própria Seinfra, não impede a apreciação das possíveis violações a este Código pela CSEP-Seinfra.

Art. 13 As condutas que possam configurar em violação a este Código somente deverão constar nos registros funcionais do agente público da Seinfra, para o efeito de instruir e fundamentar procedimentos próprios da carreira, ou das funções desempenhadas ou promoções e elogios, após a devida apuração, observando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14 Na apuração de uma denúncia ou representação, a Seinfra deverá ater-se aos limites de sua competência, na forma do seu regimento interno, e observadas as disposições do Decreto 29.887 de 31 de agosto de 2009, e suas alterações, que disciplinam o Sistema de Ética e Transparência do Poder Executivo estadual.

Art. 15 Todo e qualquer cidadão, órgão ou entidade, pública ou privada, poderá apresentar denúncia à Seinfra sobre fatos que digam respeito à violação a este Código por parte de agente público da Seinfra.

Art. 16 O respeito a este Código de Conduta Ética não elide o agente público da Seinfra da observância a outros códigos aos quais esteja sujeito em razão de condições profissionais ou pessoais.

Art. 17 Todo agente público da Seinfra, por ocasião de sua posse no Órgão, assinará termo em que declara conhecer o disposto neste Código de Conduta Ética, firmando compromisso solene de acatamento e estrita observância no desempenho de suas atribuições, o qual ficará arquivado em sua pasta funcional.

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Hélio Winston Barreto Leitão
SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 007/SEINFRA/2024 - IG: 1334041000

CONTRATANTE: Secretaria da Infraestrutura - Seinfra CONTRATADA: Empresa **STAGE OFFICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** OBJETO: **Aquisição de 15 (quinze) cadeiras de escritório (ergonômica, com base giratória, braços e encosto de tela preta)**, sendo 04 (quatro) do tipo "Presidente" e 11 (onze) do tipo "Diretor".. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023 e Ata de Registro de Preço nº 42 e 70/2023 ambos da PGJ/MPCE, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Comarca de Fortaleza, Ceará. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura.. VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 38.803,27 trinta e oito mil, oitocentos e três reais e vinte e sete centavos pagos em conformidade com a Cláusula Sexta do presente Contrato DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08100003.04.122.421.10156.03.449052.1.500.9100000.0. DATA DA ASSINATURA: 23 de agosto de 2024 SIGNATÁRIOS: Ronaldo Lima Moreira Borges, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Seinfra, e Robério Mendes Sydrião Ferreira, Representante Legal da Contratada.

Ricardo Luiz Andrade Lopes
COORDENADOR JURÍDICO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: Nº8012002031202453 Ref. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2024/0002/DETRAN/CE - Comprasnet nº 950572024 OBJETO: **Execução da Obra de Construção da REGIONAL DO DETRAN COM ÁREA DE EXAMES DE CAMPOS SALES**, localizada na CE 292, s/n no Município de Campos Sales/CE. Considerando a decisão da Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão de Contratação 01 da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, (OFÍCIO Nº 026877/2024/PGE/CELIC). Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital e seus anexos e tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital, ratifico a decisão da referida Comissão de Contratação 01 da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, ADJUDICO e HOMOLOGO, o objeto da concorrência eletrônica, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do Edital e da Lei. Confirme-se pois, como vencedora do certame, conforme abaixo: Empresa Vencedora: **CONSÓRCIO ALVES FREITAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e N2 INCORPORAÇÕES LTDA** Valor Global: R\$ 7.289.897,60 (sete milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos). Encaminhe-se o presente processo a Diretoria Jurídica do DETRAN para as providências cabíveis.(publicação no Diário Oficial/Contratação). Fortaleza, 17 de setembro de 2024.

Michel Mourão Matos
SUPERINTENDENTE

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

PORTARIA Nº214/2024-DPR - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **HÉLIO SÍLVIO DA ROCHA**, Assistente de Segurança, matrícula nº 10150, desta Economia Mista, a **viajar** à cidade de Juazeiro do Norte - CE, no período de 01.10.2024 a 15.10.2024, com a finalidade de participar da operação do Metrô do Cariri, concedendo-lhe 14,5 (quatorze e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 161,94 (cento e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos), no valor total de R\$ 2.348,13 (dois mil trezentos e quarenta e oito reais e treze centavos), e passagens terrestres para o trecho Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza, no valor de R\$ 412,73 (quatrocentos e doze reais e setenta e três centavos), perfazendo o valor total de R\$ 2.760,86 (dois mil setecentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), de acordo com o Decreto Nº. 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Plínio Pompeu de Saboya Magalhães Neto
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº215/2024-DPR - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **PRORROGAR A PERMANÊNCIA dos SERVIDORES** que viajarão conforme Portaria Nº. 208/2024-DPR: em 27.09.2024, ÂNGELO CUNHA LIMA, Assistente Operacional, matrícula nº. 10260; e em 29.09.2024, EMANUELE BRUNA DA SILVA BENTO, Assistente Operacional, matrícula nº. 10460, desta Economia Mista, na cidade de Juazeiro do Norte-CE, pelo período de 01.10.2024 a 15.10.2024, com a finalidade de participar da operação do Metrô do Cariri, concedendo-lhes 14,5 (quatorze e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 161,94 (cento e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos), no valor total de R\$ 2.348,13 (dois mil trezentos e quarenta e oito reais e treze centavos) e passagens terrestres para o trecho Juazeiro do Norte/Fortaleza no valor de R\$ 204,15 (duzentos e quatro reais e quinze centavos), perfazendo o valor total de R\$ 2.552,28 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos) para cada servidor, de acordo com o Decreto Nº. 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Plínio Pompeu de Saboya Magalhães Neto
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 055/METROFOR/2024

CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR CONTRATADA: **RODRIGO SCHMITZ** OBJETO: **prestação do serviço profissional de leiloeiro**, a fim de realizar Leilão Público da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016 FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses VALOR GLOBAL: R\$28.746,17 (vinte e oito mil setecentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da Comissão sobre o valor total da arrematação dos bens a serem leiloados DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2024 SIGNATÁRIOS: Plínio Pompeu De Saboya Magalhães Neto e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pelo METROFOR e Rodrigo Schmitz pela Empresa RODRIGO SCHMITZ.

Luis Otávio Franco Martins
ASSESSOR JURÍDICO

*** **



EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/2024 AO CONTRATO Nº089/2022

I - ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de assessoria técnica de gerenciamento, planejamento e controle aos programas e empreendimentos do METROFOR, em todas suas etapas de implementação; II - CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR; III - ENDEREÇO: Rua Senador Jaguaribe nº 501, Moura Brasil - Fortaleza, Ceará; IV - CONTRATADA: **CONSÓRCIO SETEC/CONCREMAT**; V - ENDEREÇO: Rua José de Magalhães, nº 198, Vila Clementino – São Paulo/SP; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 71 da Lei Federal nº 13.303/16; VII - FORO: Comarca de Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **prorrogação do prazo** de vigência do contrato por mais 12 (meses) contados de 13 de junho de 2025 a 12 de junho de 2026 e do prazo de execução por mais 12 (doze) meses, contados de 02 de janeiro de 2025 a 01 de janeiro de 2026; IX - VALOR GLOBAL R\$11.144.974,98 (onze milhões, cento e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos); X - DA VIGÊNCIA: Até 12 de junho de 2026; XI - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 89/METROFOR/2022 que não conflitem com as existentes no presente instrumento, ressalvando-se o direito da contratada ao reajuste anual contratual; XII - DATA: 26 de setembro de 2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Plínio Pompeu De Saboya Magalhães Neto e Francisco Edilson Ponte Aragão pelo METROFOR e José Roberto Blanes pelo CONSÓRCIO SETEC/CONCREMAT.

Luis Otávio Franco Martins
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº03/2024 AO CONTRATO Nº077/2022

I - ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de serviço de fornecimento e transporte de óleo diesel tipo “B S10”; II - CONTRATANTE: COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR; III - ENDEREÇO: Rua Senador Jaguaribe nº 501, Moura Brasil - Fortaleza, Ceará; IV - CONTRATADA: **VIBRA ENERGIA S.A.**; V - ENDEREÇO: Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 71, caput, da Lei Federal nº 13.303/16; VII - FORO: Comarca de Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **prorrogação dos prazos** de vigência e de execução por mais 12 (doze) meses, contados de 05 de outubro de 2024 a 04 de outubro de 2025; IX - VALOR GLOBAL R\$ 20.364.793,29 (vinte milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos); X - DA VIGÊNCIA: Até 04 de outubro de 2025; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato nº 77/METROFOR/2022, que não conflitem com as constantes neste Termo Aditivo; XII - DATA: 26 de setembro de 2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Plínio Pompeu De Saboya Magalhães Neto e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pelo METROFOR e Cássio Esashika Leone Porto e Gilvan de Sá Barreto Júnior pela VIBRA ENERGIA S.A.

Luis Otávio Franco Martins
ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

PORTARIA Nº109/2024 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR as **SERVIDORAS** MANUELA ESMERALDO GARCIA, matrícula 000526-1-2; e LORENA SILVA VASCONCELOS, matrícula 000682-1-7, ocupantes do cargo de Procuradoras Autárquicas, a **viajarem** à Cidade de JOÃO PESSOA -PB., no período de 07 a 11 de outubro do corrente ano, a fim de participarem do 38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, concedendo-lhes 4,5 (quatro e meia) diárias no valor unitário de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), acrescidos de 35% (trinta e cinco por cento), no total de R\$ 2.155,65 (dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) para cada uma, de acordo com o artigo 1º; alínea II, § 2º do art. 4º; art. 16, classe II do anexo I do Decreto 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SEMACE, ressaltando que o deslocamento se dará por via terrestre em veículo desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Virgínia Adélia Rodrigues Carvalho
SUPERINTENDENTE ADJUNTA

Registre-se e publique-se.

*** **

EXTRATO DO CONTRATO Nº24/2024

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE. CONTRATADA: **IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA**. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **aquisição de substrato enzimático definido e cartelas para quantificação próprios à determinação/quantificação de Escherichia coli, enterococos, coliformes termotolerantes e coliformes totais pelo método cromogênico e/ou fluorogênico**, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20240003, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto. FORO: Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado da sua publicação. VALOR GLOBAL: O valor total da contratação é de R\$ 344.310,00 (trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e dez reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19380 FUNCIONAL: 57200001.18.542.335.11249.03.339030.1.7531200070.1; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 309 FUNCIONAL: 57200001.18.541.334.11255.03.339030.1.5011200070.1 e PRÉ-RESERVA: 1296380000. DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2024. SIGNATÁRIOS: VIRGÍNIA ADÉLIA RODRIGUES CARVALHO - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE - Contratante e LIDIA MAYUMI SHIGAKI IDEXX BRASIL LABORATORIOS LTDA - Contratada.

Antonio Geovânio Saraiva Taveira
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA DAS MULHERES**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 018/2024**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por meio de sua SECRETARIA DAS MULHERES CONTRATADA: **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE**. OBJETO: . O objeto do presente instrumento é a **Contratação de serviços de computação em nuvem pública, no modelo Software como serviço para o fornecimento de licença do software Google Workspace (G. Suite)**, contemplando licenças de correio eletrônico (e-mail) como também ferramentas de comunicação e compartilhamento de arquivos, dentre outras, nas condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 13/2024-SEM, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto. FORO: Fica eleito o foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.. VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 113.501,80 cento e treze mil quinhentos e um reais e oitenta centavos pagos em mensalmente, de forma variável, conforme utilização dos serviços; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa 421 Região 03 – Grande Fortaleza – SEM 62100001.04.122.421.20351.03.339140.1.500.9100000.0.2.01(15251) Programa 167 Região 03 – Grande Fortaleza – Casa da Mulher Brasileira 62100001.14.422.167.21052.03.339140.1.500.910000.00.0.3.01(287183) Região 01 – Cariri – Casa da Mulher Cearense de Juazeiro do Norte 62100001.14.422.167.21053.01.339140.1.500.9100000.0.3.01(1601762) Região 09 – Sertão Central - Casa da Mulher Cearense de Quixadá 62100001.14.422.167.21053.09.339140.1.500.9100000.0.3.01(1598727) Região 11 – Sertão de Sobral – Casa da Mulher Cearense de Sobral 62100001.14.422.167.21053.11.339140.1.500.9100000.0.3.01(1601770) Região 02 – Centro Sul - Casa da Mulher Cearense de Iguatu 62100001.14.422.167.21053.02.339140.1.500.9100000.0.3.01(1602273) Região 12 – Sertão dos Crateús - Casa da Mulher Cearense de Crateús 62100001.14.422.167.21053.12.339140.1.500.9100000.0.3.01(1601281) Região 13 – Sertão dos Inhamuns - Casa da Mulher Cearense de Tauá 62100001.14.422.167.21053.13.339140.1.500.9100000.0.3.01(1599746). DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2024 SIGNATÁRIOS: Cláudia Helena Jorge de Lima Leite - Secretaria das Mulheres - CONTRATANTE e Francisco Antonio Martins Barbosa - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará-ETICE - CONTRATADA.

Manuella de Mesquita Guimarães
COORDENADORA JURÍDICA

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O(A) SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso I, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, a Pedido o(a) servidor(a) **ROSSANA MARIA GUERRA LUDUENA**, matrícula 30000897, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, a partir de 01 de Outubro de 2024. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

*** **

PORTARIA Nº273/2024 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do processo NUP 18001.001413/2023-61, e com fundamento nos Decretos nº 32.960, de 13/02/19, e alterações, e nº 35.028, de 29/11/22, RESOLVE **AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO**, a partir de 01/07/23 até 30/06/27, **das cessões** dos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para continuarem prestando serviços na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Ceará, junto ao Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes, com ônus para a origem. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

José Garrido Braga Neto
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº273/2024 DATADA DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	PORTARIA	DOE
MARIA DE FATIMA VALE BARROSO	MÉDICO	085832-1-8	216/2019	23/05/2019
HELIO RUFINO CUNHA	MÉDICO	104172-1-X	215/2019	23/05/2019

*** **

PORTARIA Nº275/2024 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do processo NUP 24001.019987/2023-99, e com fundamento no Decreto nº 32.960, de 13/02/19, e alterações, RESOLVE **AUTORIZAR A CESSÃO** da servidora **ANA CRISTINA DE MIRANDA SALES**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 011411-1-2, lotada na Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Núcleo na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de Caucaia, com ressarcimento para a origem, a partir da data da publicação desta Portaria até 30/06/2027. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

José Garrido Braga Neto
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

*** **

PORTARIA Nº366/2024 - O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista a autorização constante do art. 46 da Lei nº 18.430, de 21 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 (LDO 2024), e considerando a existência de recursos do superávit financeiro no FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FERMOJU, Órgão vinculado ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ, no valor de R\$ 24.402.456,53 informado pelo Ofício nº 300/2024 - SEFIN (Secretaria de Finanças - TJ) para o exercício de 2024; Considerando que parte da receita do FERMOJU refere-se à Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade na Fonte 759.1200029 e que o montante efetivamente arrecadado destes recursos até 27/08/2024 foi de R\$ 27.394.686,67 correspondendo a 56,37% da previsão anual de R\$ 48.594.512,00; Considerando que, não obstante a ação de efeitos sazonais, a estimativa da receita de Venda de Selos de Autenticidade para o período acumulado até agosto/2024 fora de 66,67% da previsão anual; Considerando que a média mensal de arrecadação gira em torno de R\$ 3,4 milhões, inferior, portanto, à previsão de receita a realizar estimada. Assim sendo, o referido Fundo pretende modificar o identificador do exercício do valor solicitado pelo Ofício nº 300/2024 - SEFIN de R\$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais) da despesa corrente registrada em seu orçamento anual, para o identificador do exercício que se refere ao superávit financeiro, tendo em vista a não concretização da receita a realizar estimada. Faz-se necessário então, reestimar a receita do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, na fonte 759.1200029, possibilitando a execução das despesas do referido Fundo, assim sendo, resolve: Art. 1º **Modificar**, na forma do Anexo I desta Portaria **a identificação do exercício da fonte de recursos** - 759.1200029 - Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade oriundos do FERMOJU do (1) exercício corrente para o (2) superávit do exercício anterior, relativa à atual solicitação deste Fundo, no valor de R\$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais). Art.2º Reestimar a Receita Orçamentária da fonte 759 vinculada ao Fermoju na forma do Anexo II desta Portaria. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 11 de setembro de 2024.

Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO I A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº366/2024, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024

ANEXO I									
FERMOJU									
Classificação Orçamentária Anulada (atual)									
Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Região	Despesa	Fonte	Valor	
04200071	02	061	192	20509	15	339039	1.759.1200029	820.000,00	
04200051	02	061	192	20495	15	339093	1.759.1200029	3.980.000,00	
TOTAL								4.800.000,00	

Classificação Orçamentária Suplementada									
Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Região	Despesa	Fonte	Valor	
04200071	02	061	192	20509	15	339039	2.759.1200029	820.000,00	
04200051	02	061	192	20495	15	339093	2.759.1200029	3.980.000,00	
TOTAL								4.800.000,00	

ANEXO II A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº366/2024, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024

PORTARIA FERMOJU		
ANEXO II		
Natureza da Receita	Fonte	Valor
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	1.759.1200029	48.594.512,00
TOTAL		48.594.512,00

Natureza da Receita	Fonte	Valor
1122010137 - Venda de Selos de Autenticidade	1.759.1200029	43.794.000,00
TOTAL		43.794.000,00



TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº013/2024

NUP 46001.007323/2024-09

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG, inscrita no CNPJ sob o nº 08.691.976/0001-60, com sede nesta capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Edifício SEPLAG, Bairro: Cambéba, CEP: 60.822-325, Fortaleza/CE, **reconhece expressamente que deve a PEDRO AUGUSTO BARROS LOPES**, matrícula 1037811-7, o valor de R\$ 4.201,47 (quatro mil, duzentos e um reais e quarenta e sete centavos), referente a Setembro a Dezembro e 13º salário de 2023, do Abono de Permanência, nos termos do processo supra e manifestações de sua Assessoria Jurídica. Compromete-se, portanto, a Secretaria do Planejamento e Gestão a pagar a dívida acima reconhecida, sob a Dotação Orçamentária: 46100007.04.122.421.20367.03.319092.1.500.9100000.0.1.01, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973. Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Antonio Roziano Ponte Linhares

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 10061.036067/2024-05 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar reformado PEDRO DE SOUSA E SILVA, CPF: 057.193.483-87, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de CABO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0226051-4, com óbito em 24/05/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.103,19 (cinco mil, cento e três reais e dezenove centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 24/05/2024: NOME: RITA DE CASSIA E SILVA PARENTESCO: CONJUGE CPF: 721.620.153-15 VALOR: R\$ 5.103,19 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos

PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 10061.033672/2024-16 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da ativa CARLOS ANTONIO DE SOUSA, CPF: 615.323.983-87, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 3º SARGENTO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 3010241-X, com óbito em 03/04/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.504,72 (quatro mil, quinhentos e quatro reais e setenta e seis centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 30/07/2024: NOME: VANUZIA LUANA DE OLIVEIRA SOUSA PARENTESCO: CONJUGE CPF: 810.329.943-04 VALOR: R\$ 2.252,38 NOME: JUAN CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA PARENTESCO: FILHO - NASCIDO EM 15/08/2006 CPF: 095.408.053-09 VALOR: R\$ 1.126,19 NOME: JOÃO RIAN DE OLIVEIRA SOUSA PARENTESCO: FILHO - NASCIDO EM 15/03/2012 CPF: 104.168.693-51 VALOR: R\$ 1.126,19 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos

PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 10021.005599/2024-69 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada FRANCISCO FRANCINE GOMES, CPF: 057.564.213-00, pertencente aos quadros do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, onde ocupava a graduação de 3º SARGENTO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0160091-5, com óbito em 01/07/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.836,45 (quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 01/07/2024: NOME: MARIA DA SILVA GOMES PARENTESCO: CONJUGE CPF: 542.958.403-78 VALOR: R\$ 4.836,45 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos

PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 10061.035239/2024-15 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar reformado RAIMUNDO NONATO SARAIVA, CPF: 048.705.653-15, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de SUBTENENTE, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0170881-X, com óbito em 05/06/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 7.264,34 (sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 05/06/2024: NOME: FRANCISCA DE ARAUJO SARAIVA PARENTESCO: CONJUGE CPF: 701.384.513-20 VALOR: R\$ 7.264,34 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos

PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 10061.020071/2024-43 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada ANTONIO VALFREDO SOARES DA SILVA, CPF: 204.108.593-20, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, onde ocupava a graduação de 1º SARGENTO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0255881-5, com óbito em 27/03/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.037,31 (quatro mil, e trinta e sete reais e trinta e um centavos), correspondente a 50% e 25% de 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 27/03/2024: NOME: EDNA LUCIA ALVES BARBOSA DA SILVA PARENTESCO: CONJUGE CPF: 219.224.623-49 VALOR: R\$ 2.691,54

NOME: BIANK RODRIGUES DA SILVA PARENTESCO: FILHA UNIVERSITÁRIA ATE 24 ANOS – NASCIDA EM 27/01/2004 CPF: 005.697.343-39 VALOR: R\$ 1.345,77 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de Nº 10061.039683/2024-18 – SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da ativa FLAVIO NASCIMENTO RODRIGUES, CPF: 717.677.543-53, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 1º SARGENTO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 1351361-9, com óbito em 10/06/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.342,72 (cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 10/06/2024: NOME: GERMANO RODRIGUES DE PAIVA NETO PARENTESCO: FILHO – NASCIDO EM 02/02/2010 CPF: 085.273.153-19 VALOR: R\$ 2.671,36 NOME: LORENZO GERMANO LAURINDO RODRIGUES PARENTESCO: FILHO – NASCIDO EM 25/07/2022 CPF: 124.905.133-97 VALOR: R\$ 2.671,36 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de Nº 10061.022255/2024-48 - SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reformado MANOEL ELERY DE MENEZES, CPF: 013.402.553-91, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava o posto de 2º TENENTE, percebendo o soldo do mesmo posto, matrícula nº 0191511-8, com óbito em 20/04/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 7.306,15 (sete mil, trezentos e seis reais e quinze centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 20/04/2024: NOME: MARIA NAZARÉ CAVALCANTE DE MENEZES PARENTESCO: CONJUGE CPF: 787.037.513-68 VALOR: R\$ 7.306,15 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de Nº 10061.039444/2024-50 – SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada PAULO NUNES CAVALCANTE, CPF: 143.182.373-20, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 1º SARGENTO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0269841-2, com óbito em 07/07/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.362,91 (cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 07/07/2024: NOME: ELIENE DE SOUSA RODRIGUES CAVALCANTE PARENTESCO: CONJUGE CPF: 692.579.063-53 VALOR: R\$ 5.362,91 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de Nº 10061.017163/2024-46 – SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar reformado PAULO AFONSO COELHO DA COSTA, CPF: 264.790.103-10, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de SOLDADO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0911691-5, com óbito em 19/03/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 2.691,15 (dois mil, seiscentos e noventa e um reais e quinze centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 19/03/2024: NOME: MARIA FATIMA DO NASCIMENTO COSTA PARENTESCO: CONJUGE CPF: 320.447.473-91 VALOR: R\$ 2.691,15 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de Nº 10061.046383/2024-87 – SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da ativa ANTONIO GESIVANDO DE MELO ANDRADE, CPF: 836.703.353-15, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, onde ocupava o posto de TENENTE CORONEL, percebendo o soldo do mesmo posto, matrícula nº 1279521-1, com óbito em 22/08/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 15.642,98 (quinze mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos), correspondente a 80% (oitenta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, conforme descrição abaixo: A partir de 22/08/2024: NOME: CHRISTIANE BASTOS DE OLIVEIRA ANDRADE PARENTESCO: CONJUGE CPF: 438.371.743-67 VALOR: R\$ 7.821,49 NOME: LEVI BASTOS ANDRADE PARENTESCO: FILHO – NASCIDO EM 18/11/2006 CPF: 066.791.093-02 VALOR: R\$ 3.910,74 NOME: DAVI BASTOS ANDRADE PARENTESCO: FILHO – NASCIDO EM 15/09/2008 CPF: 622.928.583-55 VALOR: R\$ 3.910,74 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 04960629/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar do serviço ativo JOSE ELDEMIR CRUZ, CPF nº 485.051.963-68, pertencente aos quadros da Polícia Militar do Estado do Ceará - PMCE, onde ocupava a graduação de SUBTENENTE, percebendo a remuneração da mesma graduação, matrícula nº 104.489-1-3, com óbito em 25/03/2022, **pensão** mensal no valor de R\$ 6.462,11 (seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e onze centavos), correspondente à totalidade da remuneração do falecido, e cessar os efeitos do ato publicado no DOE Nº 203, de 07/10/2022, conforme descrição abaixo: A partir de 25/03/2022: NOME: VERIDIANA DE SOUSA CRUZ PARENTESCO: CÔNJUGE CPF: 411.356.103-63 VALOR: R\$ 3.231,05 NOME: MARIA EDUARDA DE SOUSA CRUZ PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 12/02/2004. CPF: 601.017.913-05 VALOR: R\$ 3.231,05 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 06915970/2020 e 08533195/2020 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada MANOEL DA SILVA FLOR, CPF: 057.066.293 - 15, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 2º SARGENTO, percebendo o soldo de 1º Sargento, matrícula nº 022 209-1-1, com óbito em 21/05/2020, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.832,32 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), correspondente à totalidade dos proventos do falecido, e CESSAR os efeitos do ato publicado no DOE Nº 140, de 08/07/2022, conforme descrição abaixo: NOME: GEANNE DOS SANTOS SILVA PARENTESCO: CÔNJUGE CPF: 514.266.253 - 91 VALOR: R\$ 2.416,16 NOME: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS FLOR PARENTESCO: FILHA - NASCIMENTO EM 16/12/2009 CPF: 088.798.013 - 92 VALOR: R\$ 1.208,08 NOME: EMANOEL DOS SANTOS FLOR PARENTESCO: FILHO - NASCIMENTO EM 29/07/2004 CPF: 088.797.723 - 50 VALOR: R\$ 1.208,08 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184 de 21 de novembro de 2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03 de junho de 2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 00003283/2024 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar reformado, FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA, CPF: 383.650.493-58, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de SOLDADO, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 0369741-X, com óbito em 26/11/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.044,70 (cinco mil e quarenta e quatro reais e setenta centavos), correspondente à totalidade dos proventos do falecido, e CESSAR os efeitos do ato publicado no DOE Nº 040, de 28/02/2024, conforme descrição abaixo: A partir de 26/11/2023: NOME: LÍLIA MARIA HORACIO FERREIRA PARENTESCO: CÔNJUGE CPF: 622.660.553-72 VALOR: R\$ 2.522,35 NOME: VITÓRIA EMILLY HORACIO FERREIRA PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 21/03/2007 CPF: 622.158.083-81 VALOR: R\$ 2.522,35 Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 09213325/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Luiz de Marilac Sucupira Rola, CPF nº 04998308300, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, nível/referência M, com óbito em 11/10/2021, **pensão** mensal/ no valor de R\$ 1.071,96 (um mil, setenta e um reais e noventa e seis centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 22/09/2022, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
MARIO JOSE HITZSCHKY ROLA	CÔNJUGE	03274934372	1.071,96	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I - A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II - A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III - Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 29 de setembro de 2022.

João Marcos Maia
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 092128833/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Selma Maria Moreira Araujo, CPF nº 61515302334, aposentado(a) pela Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função Professor, nível/referência I, matrícula nº 0415651X, com óbito em 13/07/2022, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.125,93 (um mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 13/07/2022, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO NETO	CÔNJUGE	00369248372	1.125,93	Art. 77, §2º, V, c, 6

Para o benefício em referência ficam assegurados: I - A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento; II - A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III - Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 29 de setembro de 2022.

João Marcos Maia
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, Art. 19, item "b" da lei nº 10.972/1984 e tendo em vista o que consta do processo nº 06532853/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER à(s) **BENEFICIÁRIA(S)** abaixo relacionada(s), filha(s) do ex-1º TENENTE reformado - JOSE MESQUITA DA CRUZ, mf: 019 860-1-5, falecido no dia 27/10/1992, a **pensão** policial militar POR REVERSÃO de sua genitora, a Srª VALDELICE VIEIRA DA CRUZ, falecida em 14/05/22, no valor de R\$ 10.083,69 (dez mil e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), conforme descrição abaixo: 1) A partir de 20/06/2022. NOME: VALDILENE VIEIRA DA CRUZ PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 16/01/1957 CPF: 117.936.783-91 VALOR: R\$ 2.016,74 NOME: VALDENIA VIEIRA DA CRUZ PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 07/10/1960 CPF: 411.194.603-87 VALOR: R\$ 2.016,74 NOME: THAYNA VIEIRA DA CRUZ SANTOS PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 08/08/1989 CPF: 027.289.641-14 VALOR: R\$ 2.016,74 NOME: VALDEIDE VIEIRA MONTEIRO PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 13/09/1966 CPF: 356.947.503-49 VALOR: R\$ 2.016,74 NOME: MARLENE VIEIRA MIRANDA PARENTESCO: FILHA - NASCIDA EM 21/12/1955 CPF: 041.713.663-30 VALOR: R\$ 2.016,74. FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, e tendo em vista o que consta dos processos de nºs 03148163/2021 e 04500677/2021 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, e art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada VICENTE BARBOSA DO NASCIMENTO, CPF nº 034.475.703-00, pertencente aos quadros da Polícia Militar do Estado do Ceará - PMCE, onde ocupava a graduação de SUBTENENTE, percebendo o soldo do posto de 2º Tenente, matrícula nº 029244-1-2, com óbito em 12/02/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 8.174,17 (oito mil, cento e setenta e quatro reais e dezessete centavos), correspondente à totalidade dos proventos do falecido e a partir de 04/07/2022, R\$ 2.892,39 (dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e nove centavos), correspondente a 30% (trinta por cento) da totalidade dos proventos do falecido, nos termos do processo de nº 2007.0018-6495-3/0, oriundo da 13ª Vara da Família da Comarca de Fortaleza e CESSAR os efeitos do ato publicado no DOE nº 146, de 03/08/2023, conforme descrição abaixo: I. A partir do óbito do servidor, em 12/02/2021:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS
Maria Aldenora Barroso	Pensionista Judicial	118.518.643-34	2.452,25
Francisca de Souza Barbosa	Cônjuge	070.169.803-91	5.721,92

II. A partir do óbito da Sra. Francisca de Souza Barbosa, em 04/07/2022:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS
Maria Aldenora Barroso	Pensionista Judicial	118.518.643-34	2.892,39

Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 04543370/2023 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) José Gomes Filho, CPF nº 05635241387, aposentado(a) pelo(a) Secretaria de Saúde - SESA, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Agente de Administração, nível/referência 21, matrícula nº 102138-1-9, com óbito em 12/04/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 408,01 (Quatrocentos e oito reais e um centavo), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 12/04/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
MARIA ELIEUDA DOS SANTOS GOMES	CÔNJUGE	72648660330	408,01	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I - A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II - A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III - Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 20 de setembro de 2023.

José Juarez Diógenes Tavares
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 05130849/2021 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, caput, 6º, inciso II, e 8º, da Lei Complementar Estadual nº 21, de 29 de junho de 2000, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de janeiro de 2016, art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 3º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar da reserva remunerada MANOEL DJALMA VASCONCELOS, CPF nº 018.704.403-15, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 3º SARGENTO, percebendo o soldo de 2º Sargento, matrícula nº 105 106-1-9, com óbito em 01/05/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.636,41 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e um centavos), correspondente a totalidade dos proventos do falecido, e cessar os efeitos do ato publicado no DOE nº 218, de 23/09/2021, que concedeu pensão aos beneficiários, conforme descrição abaixo e vigência a partir de 01/05/2021:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS
ALAIDE PINTO ARAUJO VASCONCELOS	CONJUGE	146.135.063-87	4.636,41

Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 01361241/2012 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, inciso I, e 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com a redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, §1º, inciso(s) III, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 25 de janeiro de 2011, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) JANETE FERREIRA ROCHA, CPF nº 121.299.333-00, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, nível/referência 04, matrícula nº 068935-1-1, com óbito em 16/11/2011, **pensão** mensal no valor de R\$ 344,95 (trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), calculada com base na totalidade dos proventos do(a) falecido(a), a partir de 28/05/2012, conforme descrição abaixo indicada, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constante(s) no D.O.E. publicado em 13/11/2012:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS
Floralita Rocha de Carvalho	Filha Inválida	602.649.613-07	338,47



Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima estadual de R\$ 684,80 (seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), com fundamento na Lei Estadual nº 15.097/2011, não podendo perceber em nenhuma hipótese valor inferior ao mínimo nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º, da Lei Complementar nº 184, de 21/11/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 218, de 03/06/2020, e tendo em vista o que consta do processo de nº 00657689/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 42, §2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, arts. 5º, 6º, II e 8º da Lei Complementar nº 21, de 29 de junho de 2000, art. 5º, §1º I, II, a, incluído pela Lei Complementar nº 159, de 14 de janeiro de 2016, e art. 24-B do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, combinado com o art. 7º da Lei Federal nº 3.765/1960, ambos com redação dada pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do ex-militar reformado ANTÔNIO PAULA FILHO, CPF: 003.440.363-91, pertencente aos quadros da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ - PMCE, onde ocupava a graduação de 2º SARGENTO PM, percebendo os proventos proporcionais da mesma graduação (26 cotas), matrícula nº 020.152-1-8, com óbito em 24/12/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 4.338,95 (quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente à totalidade dos proventos do falecido, e CESSAR os efeitos do ato publicado no DOE Nº 101, de 13/05/2022, conforme descrição abaixo: A PARTIR DE 24/12/2021

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$
MARIA AUREA DE OLIVEIRA PAULA	CONJUGE	447.285.223-34	4.338,95

Para o benefício em referência fica assegurada a possibilidade de serem aplicados, a qualquer momento, os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 08177492/2014 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, inciso I, e 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com a redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, §1º, inciso(s) III, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 25 de janeiro de 2011, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) MARIA ZÉLIA FERNANDES CAMURÇA, CPF nº 243.509.903-72, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, Classe E-V, nível 13, atualmente Professor, Classe Pleno I, nível/referência 2, matrícula nº 042671-1-7, com óbito em 14/09/2014, **pensão** mensal no valor de R\$ 3.962,81 (três mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos), calculada com base na totalidade dos proventos do(a) falecido(a), a partir de 15/12/2014, conforme descrição abaixo indicada, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constante(s) no D.O.E. publicado em 13/10/2016:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$
Oliveiros Fernandes Camurça	Filho Inválido	797.864.803-68	3.962,81

TORNANDO SEM EFEITO, o Ato datado de 04 de Outubro de 2023 e publicado no Diário de 16/10/2023 que concedeu pensão ao Sr. Oliveiros Fernandes Camurça, dependente na qualidade de filho inválido da ex-servidora Maria Zélia Fernandes Camurça, falecida em 14/09/2014. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 04843848/2019 e nº 06797749/2012 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, inciso I e 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, §1º, inciso(s) I, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 14 de janeiro de 2016, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) MARTINS MANOEL DAMASCENO, CPF nº 221.327.161-53, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Saúde - SESA, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Orientador de Saúde e Saneamento, nível/referência E2, matrícula nº 700729-1-2, com óbito em 08/05/2019, **pensão** mensal no valor de R\$ 378,16 (Trezentos e setenta e oito reais, e dezesseis centavos), calculado com base na totalidade dos proventos do(a) falecido(a), a partir de 08/05/2019, conforme descrição e duração abaixo indicada, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constante no D.O.E, publicado em 28/07/2023:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LC 12/1999)
ANTÔNIA DE PAULO LIMA	CÔNJUGE	388.463.903-00	378,16	Art. 6º, § 5º, III.

Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima Nacional de R\$: 998,00 (Novecentos e noventa e oito reais), com fundamento no Decreto Federal nº 9.661/2019, considerando que a proporcionalidade com base na qual foram calculados os proventos do servidor, incidindo sobre o mínimo Estadual, resulta valor inferior ao mínimo Nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 00492299/2022 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) MARIA VANDA MATOS DE MORAIS, CPF nº 073.763.833-87, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, nível/referência F, matrícula nº 078443-1-X, com óbito em 12/01/2022, **pensão** mensal no valor de R\$ 2.191,20 (dois mil, cento e noventa e um reais e vinte centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 12/01/2022, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao beneficiário constante no DOE publicado em 08/07/2022:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
Francisco Moraes de Almeida Filho	Cônjuge	049.415.783-68	2.191,20	Art.77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I - A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III - Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) viproc nº 07287480/2014, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, 8º e 18, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 25 de janeiro de 2011, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) JOSE MARIA PALMELA DE AGUIAR, CPF nº 016.101.983-87, aposentado pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, onde percebia os proventos do cargo/função de MÉDICO, grupo ocupacional SES, nível/referência 6, matrícula nº 00060119, com óbito em 17/10/2014, **pensão** mensal no valor de R\$ 7.196,25 (sete mil, cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), calculada com base na totalidade dos proventos do falecido, a partir de 17/10/2014, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, conforme descrição e duração do benefício, abaixo indicados:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LC Nº 12/1999)
NEYRISMAR CHAVES LOUREIRO PALMELA DE AGUIAR	CÔNJUGE	247.506.703-91	7.196,25	Art. 6º, §5º, III

FUNDAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 1124552/2013 - VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, inciso I, 8º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, e art. 157 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005 e art. 6º, §1º, inciso(s) I, da Lei Complementar nº 12 de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 25 de janeiro de 2011, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) RITA BRAGA DE CASTRO MOTA, CPF 061.645.953-04, aposentado(a) pelo(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de PROFESSOR, Especializado, nível/referência 21, atualmente Professor, nível/referência 9, matrícula nº 061927-1-8, com óbito em 15/03/2013, **pensão** mensal no valor de R\$ 3.257,63 (três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), calculada com base na totalidade dos proventos do falecido, a partir de 15/03/2013, conforme descrição e duração de benefícios abaixo indicada, por dependentes e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao beneficiário constante no DOE publicado em 14/05/2014:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS
Francisco Deusinho da Mota	Cônjuge	092.953.993-15	R\$ 3.257,63

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 03729731/2019 e 07921721/2022 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §§7º, inciso II, e 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, §1º, inciso(s) II, alínea(s) “a”, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 14 de janeiro de 2016, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) FRANCISCA SILVA DO NASCIMENTO, CPF nº 143.676.703-25, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação – SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, nível/referência 12, matrícula nº 071.420-1-3, com óbito em 10/04/2019, **pensão** mensal no valor de R\$ 565,44 (quinhentos e sessenta e cinco reais, e quarenta e quatro centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), a partir de 10/04/2019 até 04/07/2024, data do óbito do requerente, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao beneficiário constante no DOE publicado em 11/09/2019:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LC 12/1999)
Francisco Pereira do Nascimento	Cônjuge	144.410.473-04	565,44	art. 6º, §5º, III

Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima estadual de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), com fundamento no Decreto nº 9.661/2019, não podendo perceber em nenhuma hipótese valor inferior ao mínimo nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 10160007/2020 e 05974320/2021 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Maximo Gorki Xavier, CPF nº 034.692.633-53, aposentado(a) pelo(a) Superintendência da Polícia Civil – PC/CE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, nível/referência 04, matrícula nº 011162-1-5, com óbito em 06/10/2020, **pensão** mensal no valor de R\$ 346,02 (Trezentos e quarenta e seis reais e dois centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 06/10/2020, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI Nº 8.213/1991)
Ilda Alves da Silva Xavier	Cônjuge	898.119.173-53	346,02	Art. 77, §2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 06878360/2023 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §7º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do art. 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o art. 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o art. 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a **DEPENDENTE** do ex-servidor SEBASTIÃO VIEIRA DA ROCHA, CPF nº 070.626.483-53, aposentado pela Superintendência de Obras Públicas – SOP, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Operador de Máquinas Pesadas, nível/referência 21, matrícula nº 003.698-1-0, com óbito em 14/04/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.638,95 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos) calculada com base nos proventos do falecido, equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 31/07/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória a beneficiária constante no D.O.E publicado em 01/11/2023:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSÃO (LEI Nº 8.213/1991)
Maria das Graças de Lima Rocha	Cônjuge	984.528.353-53	1.638,95	Art. 77, §2º, inciso V, alínea “c”, item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 11120230/2021 – VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Francisco Gonçalves Rolim, CPF nº 19619316304, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Agente Penitenciário, nível/referência 10, matrícula nº 0751617, com óbito em 11/06/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 1.001,00 (Um mil e um reais), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 19/11/2021, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 25/04/2022:



NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
Terezinha Pereira Leite Rolim	CÔNJUGE	86695487391	1.001,00	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal, de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 07665476/2023 VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) FRANCISCO JUSCELINO MACIEL CAVALCANTI, CPF nº 090.444.003-63, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Educação - SEDUC, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Professor, nível/referência I, matrícula nº 122212-1-2, com óbito em 16/08/2023, **pensão** mensal no valor de R\$ 2.875,24 (Dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 16/08/2023, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E publicado em 25/04/2024:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
MIRNA MARIA FROTA CAVALCANTI	CÔNJUGE	135.107.703-15	2.875,24	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 08514667/2017-VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, art. 157, com a redação dada pela Lei nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, e art. 6º, I, da Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 14 de janeiro de 2016, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Francisco Rodrigues de Oliveira, CPF nº 07066210344, aposentado(a) pelo(a) Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Motorista, nível/referência 21, matrícula nº 402321-1-7, com óbito em 24.11.2017, **pensão** mensal no valor de R\$ 569,27 (Quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos), calculado com base na totalidade dos proventos do(a) falecido(a), a partir de 24.11.2017, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória aos(s) beneficiário(s) constantes no D.O.E. publicado em 15.03.2018:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LC 12/1999)
FRANCISCA DE BRITO OLIVEIRA	CÔNJUGE	151.919.433-04	569,27	(Art. 6º, §5º, III)

Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima nacional de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), com fundamento no Decreto Federal nº 8.948/2016, considerando que a proporcionalidade com base na qual calculada os proventos do servidor, incidindo sobre o mínimo estadual, resulta em valor inferior ao mínimo nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 01000.000027/2024-41 – NUP / SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) Antônio Lira Andrade, CPF nº 02302390300, aposentado(a) pelo(a) Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALECE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Analista Legislativo, nível/referência NSP 05, matrícula nº 000384, com óbito em 14/01/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 5.147,70 (cinco mil e cento e quarenta e sete reais e setenta centavos), calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 14/01/2024, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constante(s) no D.O.E publicado em 22/04/2024:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
Tânia Mara Pontes Andrade	Cônjuge	02526323380	5.147,70	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) 22001.101164/2024-61 – NUP SUITE, RESOLVE CONCEDER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 1º da Lei Complementar nº 31, de 05 de agosto de 2002, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) José Saraiva Sobrinho, CPF nº 071.006.203-68, aposentado(a) pelo(a) Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SAD, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Auxiliar de Administração, nível/referência 17, matrícula nº 03085716, com óbito em 20/07/2024, **pensão** mensal no valor de R\$ 562,64 (Quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), correspondente a 80% do benefício, calculado com base nos proventos do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 20/07/2024 conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente:

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR R\$	PRAZO PENSÃO (LEI 8.213/1991)
MARIA CRUZ SARAIVA	CÔNJUGE	626.465.833-20	562,64	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

Para o benefício em referência ficam assegurados: I – A remuneração mínima legal de acordo com a legislação estadual e federal vigente na data do pagamento (quando se tratar de única fonte formal de renda); II – A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e III – Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 30 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do(s) processo(s) nº 02974159/2021 e 09797984/2021 - VIPROC, 10051.001409/2023-04 - NUP; RESOLVE REVER, nos termos do artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 23, §§1º e 4º, da

Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinados com o artigo 1º, inciso IV, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, e com o artigo 16, inciso I, art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos termos da Lei Complementar Estadual nº 12, na redação da Lei Complementar Estadual nº 159, ao(s) **DEPENDENTE(S)** do(a) ex-servidor(a) **JOSE WILLIAM FERREIRA DE SOUZA**, CPF nº 146.732.744-15, lotado(a) no(a) Superintendência da Polícia Civil - PC/CE, onde percebia os proventos do(a) cargo/função de Escrivão de Polícia Civil, Classe A, nível/referência IV, matrícula nº 133.969-1-4, com óbito em 16/03/2021, **pensão** mensal no valor de R\$ 2.575,06 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais, e seis centavos), calculado com base na média aritmética simples das remunerações de contribuição do(a) falecido(a), equivalente à cota familiar de 70%, a partir de 16/03/2021, conforme descrição e duração de benefício abaixo indicadas, por dependente, e cessar os efeitos do ato que concedeu pensão provisória ao(s) beneficiário(s) constantes no DOE publicado em 27/09/2024. A partir da data do óbito: 16/03/2021 (cota familiar de 70 % - R\$ 2.784,20)

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSAO (LEI 8.213/1991)
FRANCISCA ALEXANDRA RODRIGUES DE SOUZA	CÔNJUGE	746.170.603-91	2.784,20	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.

A partir da data do requerimento da Sra. Nara Neuvan Ulisses Sampaio: 06/09/2021 (cota familiar de 90 % - R\$ 3.579,69)

NOME	PARENTESCO	CPF	VALOR RS	PRAZO PENSAO (LEI 8.213/1991)
FRANCISCA ALEXANDRA RODRIGUES DE SOUZA	CÔNJUGE	746.170.603-91	2.863,75	Art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6.
NARA NEUVAN ULISSES SAMPAIO	Divorciada com pensão de alimentos (20%)	422.115.574-49	715,94	LCE nº 12, na redação da LCE nº 159

Para o benefício em referência ficam assegurados: I - A possibilidade aplicação da contribuição previdenciária ordinária prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019; e II - Os limites de acumulação de benefícios previdenciários, previstos no artigo 24 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 62, de 14/02/2007, publicada no D.O.E em 15/02/2007, tendo em vista o que consta no(s) processo(s) nº 06532853/2022, resolve **TORNAR SEM EFEITO**, o Ato datado de 16/09/2024, publicado no D.O.E. nº 178, pag. 96, de 19/09/2024, que concedeu uma pensão por reversão à Sra. VALDILENE VIEIRA DA CRUZ e OUTRAS, **FILHAS** do ex-militar, o Sr. JOSE MESQUITA DA CRUZ, CPF nº 002696113-04, reformado pela Polícia Militar do Estado do Ceará, onde ocupava a graduação de 1º TENENTE, percebendo o soldo da mesma graduação, matrícula nº 019.860-1-5, falecido em 27/10/1992. FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001112435202412, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a IV, § 1º, § 2º, inciso II, e § 3º, inciso II, e art. 26, §§ 3º, inciso I, e 7º, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o Art. 1º, inciso II e III, alínea "b", e § 4º da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **EDMEA QUEIROZ FRAGA**, CPF 299.841.903-82, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência M, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 1594921X, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 11/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de DEZ/1995 a AGO/2024, cujo valor é de R\$ 6.088,84. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 06454331/2008, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, ao servidor, **FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, CPF 070.662.103-44, que exerce a função de MOTORISTA, nível/referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional -ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 402321-1-7, lotado na Secretaria da Saúde, **APOSENTADORIA** POR IDADE "POSTMORTEM", COM PROVENTOS PROPORCIONAIS a 53,49% a partir de 07/07/2016, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a julho/2016, cujo valor é de R\$ 563,63 (quinhentos e sessenta e três reais e três centavos). Para o benefício previdenciário em referência, fica assegurada a remuneração mínima nacional de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), com fundamento no Decreto Federal nº 8.618/2015, considerando que a proporcionalidade com base na qual calculada os proventos do servidor, incidindo sobre o mínimo estadual, resulta em valor inferior ao mínimo nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001101820202426, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, à servidora **MARIA ILDETE JUSTA DE SA**, CPF 454.417.153-91, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência N, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 13682119, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por compulsória, COM PROVENTOS EQUIVALENTES a 75,29, a partir de 04/08/2024, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de JAN/2002 a JUL/2024, cujo valor é de R\$ 3.037,09. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 30 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 24001073546202413, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 10, §§ 1º, inciso II, e 4º, o art. 26, §§ 2º, inciso II, e 7º, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, e o art. 1º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **MARIA EURIDES AIRES NUNES PEREIRA**, CPF 130.810.204-68, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, classe I, nível referência 6, Grupo Ocupacional de Serviços Especializados de Saúde - SES, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 49547315, lotada no (a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por incapacidade permanente, COM PROVENTOS EQUIVALENTES a 60,0, a partir de 10/09/2023, conforme laudo médico nº 8019509231023 da Perícia Médica Oficial do Estado do Ceará, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de NOV/2010 a JUL/2024, cujo valor é de R\$ 2.133,65. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais etendo em vista o que consta do processo nº 01946027/2015, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **INES VIDAL MARCILIO**, CPF 10462287300, ocupante do cargo de MÉDICO, nível/referência 4, Grupo Ocupacional de Serviços Especializados de Saúde - SES, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 08268215, lotada na Secretaria da Saúde, **APOSENTADORIA** POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 01/04/2015, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR RS
Vencimento - Art. 1º da Lei Estadual nº 15.747/2014	3.942,28
Gratificação Por Tempo de Serviço (15%) - Art. 43 da Lei Estadual nº 9.826/1974	591,34



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - Art. 4º da Lei Estadual nº 14.238/2008	134,03
Gratificação Especial de Desempenho - 17,5% - Art. 7º, Inciso I, da Lei nº 14.238, de 10/11/2008	689,89
Gratificação de Especialização - 35% - Art. 8º, da Lei nº 14.238, de 10/11/2008	1.379,79
TOTAL	6.737,33

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 06916021/2016, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 6º-A e parágrafo único, também da Emenda Constitucional Federal nº 41, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 70, de 29 de março de 2012, e com os arts. 68, inciso X, §§ 1º, 2º, 3º e 4º e 152, parágrafo único (com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578/2005), da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, ao servidor, **MARCOS ANTONIO JARDILINO DA SILVA**, CPF 23057351387, ocupante do cargo de MOTORISTA, nível/referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 08564914, lotado na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização, **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 06/10/2016, conforme laudo médico nº 2016/019283 da Perícia Médica Oficial do Estado, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento – Lei Estadual nº 15.747/2014	974,15
Gratificação por Tempo de Serviço (15%) - Art. 43 da Lei Estadual nº 9.826/1974	146,12
Gratificação de Risco de Vida (40%) - Art.132 da Lei Estadual nº 9.826/1974	389,66
TOTAL	1.509,93

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 26/10/2023 e publicado no Diário Oficial do Estado em 01/11/2023, que concedeu aposentadoria à MARCOS ANTONIO JARDILINO DA SILVA, matrícula nº08564914. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 004983964/2004, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA VANDA MATOS DE MORAIS**, CPF 073.763.833-87, que exerce a função de PROFESSOR, classe ESPECIALIZADO, nível/referência 21, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 078443-1-X, lotada na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, “PostMortem” COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 05/07/2006, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 20 horas - Lei nº13.787/2006	R\$ 528,22
Progressão Horizontal de 15% - art.43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 79,23
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 40% - art.1º da Lei nº11.072/1985	R\$ 211,29
Gratificação de Incentivo Profissional de 20% - art.32 da Lei nº 12.066/1993	R\$ 105,64
TOTAL	R\$ 924,38

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 06043800/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **LUCIANO DANTAS SAMPAIO**, CPF 220.947.763-87, que exerce a função de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 03267911, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 26/06/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei nº16.513/2018, combinado com o Decreto Estadual nº 32.551/2018 e Lei nº 15.033/2011)	R\$ 1.023,44
Gratificação por tempo de serviço de 15%, (Art. 43 da Lei nº9.826/1974)	R\$ 153,52
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017)	R\$ 212,03
TOTAL	R\$ 1.388,99

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 4 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001107275202481, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 1º, 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **EDILEUDO PINTO DE MACEDO**, CPF 355.860.013-49, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência O, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 1134951X, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 30/08/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei Estadual nº 18.719/2024)	R\$ 8.384,82
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% (art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e art. 3º, inciso II da Lei nº 16.954/2019)	R\$ 2.749,38
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº 15.901/2015)	R\$ 698,51
TOTAL	R\$ 11.832,71

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 01448130/2024, RESOLVE CONCEDER, nos termos dos arts. 5º e 26, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12/11/2019, combinado com o art. 1º, da Lei Complementar Federal nº 51, de 20/12/1985, com redação dada pela Lei Complementar Federal nº 144, de 15/05/2014, com o art. 1º, inciso III, alínea “b”, e art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019, e com os arts. 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 332, de 03/07/2024., ao servidor **DOMINGOS SAVIO DIOGENES PINHEIRO**, CPF 314.389.893-34, ocupante do cargo de DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, classe ESPECIAL, Grupo Ocupacional de Atividades de Polícia Judiciária - APJ, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 13381518, lotado no(a) Polícia Civil, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 14/05/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Subsídio - Lei Estadual nº18.356/2023 c/c Decreto Estadual nº35.521/2023.	R\$ 31.247,87
TOTAL	R\$ 31.247,87

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 11261069/2019, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **JOAO EUDES FELIX MOREIRA**, CPF 120.191.193-15, ocupante do cargo de DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, classe ESPECIAL, Grupo Ocupacional de Atividades de Polícia Judiciária - APJ, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 01279610, lotado no(a) Polícia Civil, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 11/12/2019, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Subsídio - Lei Estadual nº16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº32.551/2018	R\$ 21.721,38
Vantagem Pessoal - Lei Estadual nº11.847/1991	R\$ 188,06
TOTAL	R\$ 21.909,44

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 8790616/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **THEOBALDO VIEIRA MONTEIRO**, CPF 311.092.923-68, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência L, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 07699018, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 24/10/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018	R\$ 4.023,41
Gratificação de Efetiva Regência de Classe (29,5%) - Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984 c/c Art. 2º, inciso II, da Lei nº 16.536/2018	R\$ 1.186,91
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB - Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
Parcela Nominalmente Identificável - Lei nº 15.901/2015	R\$ 791,13
TOTAL	R\$ 6.133,45

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de agosto de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02382650/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **FAUSTINIANO SILVEIRA**, CPF 041.287.373-72, ocupante do cargo de Assistente de Atividade de Transito e Transportes, nível referência 13, Grupo Ocupacional de Atividade de Nível Administrativo e Operacional de Transito - ANAOTT, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 0001141X, lotado no(a) Departamento Estadual de Trânsito, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 06/03/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - 40h - ANAOTT - 13 (Lei nº 16.513/18 c/c Dec. nº 32.551/18)	R\$ 1.228,26
Gratificação por Tempo de Serviço - 15% (Lei nº9.826/74, art. 43)	R\$ 184,24
Gratificação de Produtividade - 165% (Lei nº15.204/12 c/c 16.122/16)	R\$ 2.026,63
Abono Compensatório (Lei nº12.991/99)	R\$ 144,66
TOTAL	R\$ 3.583,79

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, 22 de agosto de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 01632450/2022, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 1º, 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **MARIA DAS GRACAS BISPO CAVALCANTE**, CPF 610.188.210-15, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência N, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 12320213, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 19/02/2022, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento Lei Estadual nº 17.871/2021, c/c Decreto Estadual nº 34.514/2022.	R\$ 5.408,35
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso II da Lei nº 16.954/2019	R\$ 1.773,40
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB Lei nº 16.104/2016	R\$ 132,00
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº15.901/2015)	R\$ 1.079,15
TOTAL	R\$ 8.392,90

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 25 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 07499700/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 1º, 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **CECILIA MARIA CUNHA**, CPF 321.576.303-68, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência Q, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 11558011, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 05/08/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas Lei nº 16.954/2019	R\$ 5.583,23
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 57,94% Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso III da Lei nº 16.954/2019	R\$ 3.234,92
Parcela Nominalmente Identificável Lei nº 15.901/2015	R\$ 899,73
TOTAL	R\$ 9.717,88

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001113660202468, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **VALDEIR RODRIGUES DE LIMA**, CPF 214.469.893-72, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 01644114, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 13/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei nº 18.702/2024, combinado com o Decreto Estadual nº 36.085/2024 e Lei nº 15.033/2011)	R\$ 1.266,48
Gratificação por tempo de serviço de 15% (Art. 43 da Lei nº 9.826/1974)	R\$ 189,97
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017 e Lei nº 17.870/2021)	R\$ 522,04
TOTAL	R\$ 1.978,49

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03761333/2019, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, §§ 2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15 da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e art. 156 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº 13.578, de 21 de janeiro de 2005, à servidora **SIMONE AZEREDO SALES PORTELA LIMA**, CPF 121.253.853-68, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência H, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 47976715, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade, COM PROVENTOS EQUIVALENTES a 70,88, a partir de 30/03/2019, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de MAR/2003 a FEV/2019, cujo valor é de R\$ 1.997,37. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 5 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 03748043/2019, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, ao servidor **FRANCISCO GILSON FREIRE DE CARVALHO**, CPF 102.046.873-49, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência D, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 1155461X, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 26/04/2019, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei Estadual nº 16.954/2019)	R\$ 2.960,90
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 15,47% art. 62, Inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 10, § 2º, Inciso ii, da Lei Complementar 12/2000 (Redação pela Lei Complementar 159/2016)	R\$ 458,94
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB (Lei Estadual nº 15.243/2012 c/c Lei Estadual nº 16.104/2016)	R\$ 156,00
Parcela Nominalmente Identificável (art. 2º, inciso V, e art. 6º, da Lei Estadual nº 15.901/2015)	R\$ 475,33
TOTAL	R\$ 4.051,17

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 5 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 7277273/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, §§ 2º, 3º, 5º, 8º e 17, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 1º e 15, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e com o art. 1º, “caput”, parágrafo único, da Lei Estadual nº 14.188, de 30 de julho de 2008, à servidora **FRANCIONE ROBERTA AMORIM BEZERRA**, CPF 326.013.603-72, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência J, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 15872918, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 31/08/2018, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de JUL/1994 a JUL/2018, cujo valor é de R\$ 5.536,47. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 5 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05549572/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA SALETE MESQUITA DE FARIAS**, CPF 209.235.463-91, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 08855811, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 12/06/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018	R\$ 1.023,44
Gratificação por tempo de serviço de 15%, (Art. 43 da Lei nº 9.826/1974)	R\$ 153,52
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017)	R\$ 212,03
TOTAL	R\$ 1.388,99

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 3 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001113774202416, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **ANTONIA DOS SANTOS PEREIRA**, CPF 221.481.163-04, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nível referência 12, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 08306214, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 13/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei nº 18.702/2024, combinado com o Decreto Estadual nº 36.085/2024)	R\$ 816,34
Gratificação por tempo de serviço de 15% Art. 43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 122,45
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017, Lei nº 17.870/2021 c/c Lei nº 18.702/24)	R\$ 387,03
TOTAL	R\$ 1.325,82

Para o benefício previdenciário em referência, ficam assegurados proventos à servidora no valor correspondente à remuneração mínima federal de R\$ 1412,00 (um mil e quatrocentos e doze reais), com fundamento no(a) DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023, não podendo perceber em nenhuma hipótese valor inferior ao mínimo nacional. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001113792202490, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 1º, 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **ANTONIA GENILDE SOARES DE MELO**, CPF 678.843.693-20, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência N, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 12328311, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 13/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 40 horas (Lei Estadual nº 18.719/2024)	R\$ 7.985,55
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso II da Lei nº 16.954/2019	R\$ 2.618,46
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB (Lei Estadual nº 15.243/2012 c/c Lei Estadual nº 17.939/2022)	R\$ 210,40
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº 15.901/2015)	R\$ 137,60
TOTAL	R\$ 10.952,01

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001111643202496, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **ALINE TERESA HARDY CAVALCANTE**, CPF 163.761.023-87, que exerce a função de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 02680912, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por compulsória, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 24/08/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento Lei Estadual nº18.702/2024, combinado com o Decreto Estadual nº36.085/2024.	R\$ 1.266,48
Gratificação por tempo de serviço de 15% (Art. 43 da Lei nº9.826/1974)	R\$ 189,97
VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL - VPNI (Lei nº 15.582/2014)	R\$ 764,28
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017 c/c Lei nº 17.870/2021 c/c Lei nº 18.702/2024)	R\$ 543,19
TOTAL	R\$ 2.763,92

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001111831202414, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **ROSALICE MARIA DE ALENCAR BORGES**, CPF 574.449.943-15, que exerce a função de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 26, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 02353415, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 10/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 30 horas (Lei nº18.702/2024, combinado com o Decreto Estadual nº36.085/2024)	R\$ 1.154,56
Gratificação por tempo de serviço de 15% (Art. 43 da Lei nº9.826/1974)	R\$ 173,18
Gratificação de Desempenho de Atividades de Interesse da Educação - GDAIE (Lei nº 16.241/2017 e Lei nº 17.870/2021)	R\$ 601,41
TOTAL	R\$ 1.929,15

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 18 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001104240202491, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 4º, §§ 4º, inciso II, 5º, 6º, inciso I, 7º, inciso I, e 8º, incisos I e II, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, à servidora **MARIA PEREIRA DE MORAIS**, CPF 171.617.973-49, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência N, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 12081316, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 23/08/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento 20 horas (Lei nº 18.719/2024)	R\$ 3.992,78
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso II da Lei nº 16.954/2019	R\$ 1.309,23
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB (Lei Estadual nº 15.243/2012 c/c Lei nº 17.939/2022)	R\$ 103,80
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº 15.901/2015)	R\$ 332,61
TOTAL	R\$ 5.738,42

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 30 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 10427192/2019, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **REGISLENE DE CARVALHO COSTA OLIVEIRA**, CPF 434.698.093-72, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência K, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 15897813, lotada no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 21/11/2019, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei Estadual nº 16.954/2019	R\$ 2.083,15
Gratificação de Efetiva Regência de Classe (32,79%) Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso II, da Lei nº 16.954/2019	R\$ 683,06
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB - Lei nº 16.104/2016	R\$ 66,00
Parcela Nominalmente Identificável - Lei nº 15.901/2015	R\$ 232,19
TOTAL	R\$ 3.064,40

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 18/05/2023 e publicado no Diário Oficial do Estado em 31/05/2023, que concedeu aposentadoria à REGISLENE DE CARVALHO COSTA OLIVEIRA, matrícula nº 15897813. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 11999063/2022, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **JOANA DARC MAIA COSTA**, CPF 211.068.003-20, que exerce a função de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, nível referência 8, Grupo Ocupacional de Atividades Auxiliares de Saúde - ATS, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 3765471X, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 27/12/2022, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:



DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 17.871/2021 c/c Decreto nº 34.514/2022 (referência 06), com efeito financeiros da referência 8 conforme o art. 5º da Lei nº 17.181/2021	R\$ 2.061,52
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - 20% - Decreto Estadual nº. 22.077-A /1992 c/c Lei Estadual nº. 16.129/2016.	R\$ 373,97
Gratificação Especial de Desempenho - 40% de 35% - Lei Estadual nº 12.078/1993 alterada pelo art. 12 da Lei Estadual nº 15.294/2013.	R\$ 261,78
PNI - Lei Estadual nº15.294/2013	R\$ 171,29
TOTAL	R\$ 2.868,56

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 30 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 06517062/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA MARINA HARDY ARAGAO**, CPF 072.116.513-34, ocupante do cargo de AUXILIAR DE PATOLOGIA CLÍNICA, nível referência E3, Grupo Ocupacional de Atividades Auxiliares de Saúde - ATS, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 08435219, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 09/07/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto nº 32.551/2018	R\$ 808,86
Gratificação Por Risco de Vida ou Saúde - Decreto nº 22077/1992	R\$ 161,77
Gratificação Especial de Desempenho (14%) - Lei nº 12.078/1993	R\$ 113,24
PNI - Lei nº 15.294/2013	R\$ 163,20
TOTAL	R\$ 1.247,07

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 7586870/2018, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARTA LUCIA QUEIROZ DE SOUZA**, CPF 243.732.143-87, que exerce a função de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 26, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 00804711, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 05/09/2018, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei Estadual nº16.513/2018 c/c Decreto Estadual nº 32.551/2018	R\$ 1.306,20
Gratificação por Tempo de Serviço (15%) - Art. 43 da Lei Estadual nº9.826/1974	R\$ 195,93
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde (20%) - Decreto Estadual nº22.077/A/1992	R\$ 261,24
TOTAL	R\$ 1.763,37

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 29 de agosto de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 07741624/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **WANDERLAN CLAUDIO DE SOUZA GODINHO**, CPF 209.002.103-97, ocupante do cargo de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 26, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 10225213, lotado no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 11/08/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto nº 32.551/2018	R\$ 1.306,20
Gratificação por Tempo de Serviço (15%) - Art. 43, Lei nº 9.826/1974	R\$ 195,93
Gratificação por Risco ou Saúde - 20% - Decreto 22.077/A de 04 de agosto de 1992	R\$ 261,24
TOTAL	R\$ 1.763,37

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05851090/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MARIA LIDUINA PAULA DE SOUSA**, CPF 221.087.183-20, que exerce a função de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, nível referência E3, Grupo Ocupacional de Atividades Auxiliares de Saúde - ATS, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº 40136916, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 22/06/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei Nº 16.513/2018 c/c Decreto Nº 32.551/2018	R\$ 808,86
RISCO DE VIDA DE 20% DECRETO Nº 22077	R\$ 161,77
Gratificação de Especial de Desempenho - Lei nº 12.078/1993	R\$ 113,24
PARCELAS NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL - LEI Nº 15.285/2013	R\$ 77,68
TOTAL	R\$ 1.161,55

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 3 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05789654/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **CONCEICAO MARIA RIBEIRO DE PAULA**, CPF 262.525.033-04, que exerce a função de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, nível referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 00360813, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 17/06/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto nº 32.551/2018	R\$ 1.023,44
Gratificação de Tempo de Serviço 15% - Art.43, Lei nº 9.826/1974	R\$ 153,52
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - 20% - Decreto nº 22.077/1992	R\$ 204,69
TOTAL	R\$ 1.381,65

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 06939900/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 05 de julho de 2005, à servidora **MILENE ROMERO MARINO RATACASO**, CPF 101.214.803-30, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, nível referência 16, Grupo Ocupacional de Serviços Especializados de Saúde - SES, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 0842571X, lotada no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 21/07/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto - nº 32.551/2018	R\$ 3.979,69
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% - Art.43, Lei nº 9.826/1974	R\$ 994,92
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - 20% - Decreto nº 22.007/1992	R\$ 795,94
Gratificação Especial de Desempenho -35%- Lei nº 14.238/2008	R\$ 1.392,89
Gratificação de Especialização - 50% - Art.20, Lei nº12.287/1994	R\$ 3.581,72
TOTAL	R\$ 10.745,16

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 02695560/1998, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 168, inciso III, alínea “c” da Constituição Estadual, combinado com os art. 156, §1º, inciso V e 157, da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, a servidora, **MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA**, CPF 090.468.793-72, que exerce a função de PROFESSOR, classe INICIANTE I, nível/referência 5, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 06805213, lotado na Secretaria da Educação, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS PROPORCIONAIS A 90%**, a partir de 27/01/1998, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Vencimento de 20 horas – Lei nº 12.611/1996	R\$ 135,39
Progressão Horizontal de 15% - art.43 da Lei nº 9.826/1974	R\$ 22,56
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 40 % - art.1º da Lei nº 11.072/1985	R\$ 54,15
TOTAL	R\$ 212,10

TORNANDO SEM EFEITO o Ato datado de 09/05/2024 e publicado no Diário Oficial do Estado em 16/05/2024, que concedeu aposentadoria à MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA, matrícula nº 06805213. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 07666266/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 4º, incisos II a V, §§ 3º, 6º, inciso I, 7º, inciso I, e 8º, incisos I e II, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **JOSE WILSON MOURAO DE FARIAS**, CPF 101.298.473-72, que exerce a função de MEDICO, nível referência 15, Grupo Ocupacional de Serviços Especializados de Saúde - SES, carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 00209317, lotado no(a) Secretaria da Saúde, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 04/08/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei nº 16.513/2018 c/c Decreto nº 32.551/2018	R\$ 7.083,83
Gratificação por Tempo de Serviço ou Saúde - 10% - Art. 43, Lei nº 9.826/1974	R\$ 708,38
Gratificação de Risco de Vida ou Saúde - Art. 4º da Lei Estadual nº 14.238/2008.	R\$ 235,00
Gratificação Especial de Desempenho - 17,5% - Art. 7 da Lei Estadual nº 14.238/2008.	R\$ 1.239,67
Gratificação de Especialização - 45% - Art. 8 da Lei Estadual nº 14.238/2008.	R\$ 3.187,72
TOTAL	R\$ 12.454,60

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 05909870/2021, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **JOSE ALBERTO DE SOUSA BEZERRA**, CPF 143.466.723-53, ocupante do cargo de PROFESSOR, classe Assistente, nível referência E, Grupo Ocupacional de Magistério Superior - MAS, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 00071919, lotado no(a) Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 23/06/2021, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Professor Assistente E - 40 horas - Lei nº16.513/2018 c/c Decreto nº32.551/2018	R\$ 4.531,26
Progressão Horizontal (5%) - art. 43 da Lei nº9.826, de 14/05/1974	R\$ 226,56
Gratificação de Dedicção Exclusiva (40%) - Lei nº14.116/2008	R\$ 1.812,50
Gratificação de Incentivo Profissional (60%) - Lei nº14.116/2008	R\$ 2.718,76
Gratificação de Efetivo Exercício (1%) - art. 24, inciso II, da Lei nº14.116/2008	R\$ 45,31
TOTAL	R\$ 9.334,39

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, Sobral, 23 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 10051026185202416, RESOLVE CONCEDER, nos termos dos arts. 5º e 26, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12/11/2019, combinado com o art. 1º, da Lei Complementar Federal nº 51, de 20/12/1985, com redação dada pela Lei Complementar Federal nº 144, de 15/05/2014, com o art. 1º, inciso III, alínea “b”, e art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19/12/2019, e com os arts. 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 332, de 03/07/2024., ao servidor **ANTÔNIO SÉRGIO COSTA LIMA**, CPF 242.171.903-87, ocupante do cargo de INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL, classe A, nível referência IV, Grupo Ocupacional de Atividades de Polícia Judiciária - APJ, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 10619912, lotado no(a) Polícia Civil, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 14/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Subsídio - Art. 1º da Lei nº 18.702, de 20 de Março de 2024, cumulado com o art. 1º do Decreto nº 36.085, de 28 de junho de 2024	R\$ 13.000,58
TOTAL	R\$ 13.000,58

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.
Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **



O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001112565202447, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art. 20, incisos I a III, §§ 1º, 2º, inciso I, e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 210, de 19 de dezembro de 2019, ao servidor **FRANCISCO MARIO DE OLIVEIRA BARROS**, CPF 161.590.473-53, ocupante do cargo de PROFESSOR, nível referência N, Grupo Ocupacional de Magistério - MAG, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 12351518, lotado no(a) Secretaria da Educação, **aposentadoria** por idade e tempo de contribuição, COM PROVENTOS INTEGRAIS, a partir de 11/09/2024, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Vencimento - Lei Estadual nº 18.719/2024 de 12/04/2024	R\$ 7.985,55
Gratificação de Efetiva Regência de Classe de 32,79% Art. 62, inciso V, da Lei nº 10.884/1984, combinado com Art. 1º da Lei Complementar nº 200/2019 e Art. 3º, inciso II da Lei nº 16.954/2019	R\$2.618,46
Parcela Variável de Redistribuição - PVR/FUNDEB (Lei Estadual nº 15.243/2012 c/c Lei nº 17.939 /2022)	R\$210,40
Parcela Nominalmente Identificável (Lei nº 15.901/2015)	R\$ 665,25
TOTAL	R\$ 11.479,66

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 01711836/1997, RESOLVE **TORNAR SEM EFEITO o Ato** datado de 20/02/2002 e publicado no Diário do Estado em 06/03/2002, que concedeu **aposentadoria** à **TEREZA MARIA COSTA CARNEIRO**, matrícula nº 055152-1-1. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº 181, fls.111, de 24 de Setembro de 2024, que publicou o Extrato do Contrato nº 006/2024 assinado entre a FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - CEAPREV e a empresa LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A. **Onde se lê:** VIGÊNCIA: a vigência dos respectivos contratos será pelo prazo de 12 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o art. 57, II, da Lei das Licitações. **Leia-se:** VIGÊNCIA: a vigência dos respectivos contratos será pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o art. 57, II, da Lei das Licitações. Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Adriano Pinheiro dos Santos
PRESIDENTE

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 006/2024**

CONTRATANTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ - COHAB-CE "EM LIQUIDAÇÃO". CONTRATADA: **SECREL SISTEMAS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA** OBJETO: 2.1. O objeto do contrato é a **prestação de serviços de processamento de dados** para manutenção do sistema de administração de carteiras imobiliárias, através do software "Gestão de Mutuários - WinGm", de acordo com Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, pelo período de cinco anos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato encontra fundamento no processo NUP 46062.000350/2024-28 e nas disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações posteriores, independentemente de transcrição. FORO: da Comarca de Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará a partir da assinatura, estendendo-se pelos doze meses seguintes, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstas na Lei de Licitações e suas alterações posteriores VALOR GLOBAL: R\$ 199.982,64 (cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 46200006.04.126.421.20323.03.339040.5009100000.0. DATA DA ASSINATURA: 24 de setembro de 2024 SIGNATÁRIOS: VILANI PINHEIRO FALCÃO PELA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ E FRANCISCO WAGNER CAMINHA DE VASCONCELOS pela SECREL SISTEMAS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA.

Bárbara Almeida Ramos
ASSESSORIA JURÍDICA

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº424/2024 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, na competência que lhe foi outorgada através da Portaria Nº 002/2023, datada de 09/01/2023 e publicada no Diário Oficial de 12/01/2023 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **ÉGILA MARIA RODRIGUES SAMPAIO**, que exerce a função de Agente de Administração, matrícula nº 402071-1-2, desta Secretaria, a **viajar** a cidade de Brejo Santo, no período de 30.09 a 04.10.2024, a fim de visitar/monitorar as instalações da instituição de longa permanência para idosos, concedendo-lhe quatro diárias e meia, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), totalizando R\$ 591,43 (quinhentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), de acordo com o Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Proteção Social. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº425/2024 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, na competência que lhe foi outorgada através da Portaria Nº 002/2023, datada de 09/01/2023 e publicada no Diário Oficial de 12/01/2023 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **DESIGNAR** o servidor **JOÃO ALBERTY DIAS JÚNIOR**, matrícula nº 200382-1-7 que exerce a função de Economista e ocupante do cargo em comissão de Coordenador Administrativo, como gestor do contrato e os **FISCAIS**, Mônica Regina Gondim Feitosa Matrícula: 00300470.1.X e Cláudia Maria Lima Cesconetto, Matrícula:401724-1-6. referentes aos processos oriundos do Pregão Eletrônicoº 20240002 SPS cujo objeto versa sobre aquisição de gêneros alimentícios (massas e biscoitos), para atender as necessidades das Unidades desta SPS. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, em Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Sandro Camilo Carvalho
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº073/2023 IG Nº1342043

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, doravante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque, nº 230, bairro Joaquim Távora, neste ato representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho e a empresa **LOCABOX- LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 05.624.386/0001-26, com sede na Rua Eliseu Uchôa Beto, nº 39, Loja 02, bairro Patriolino Ribeiro, Fortaleza/CE, CEP 60.810270, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato, por procuração, pela Sra. Carmem Deodata Santiago Silva, RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o NUP: 47001.012287/2024-50. OBJETO: O presente Termo Aditivo visa o **acréscimo de valor ao Contrato nº073/2023**, cujo objeto é o serviço de locação de módulos habitacionais (cabines modulares). VALOR: Para a execução do presente aditamento, será acrescido ao valor global do contrato o montante de R\$ 288.480,00 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), correspondente a 20%, perfazendo um valor total de R\$ 1.730.880,00 (um milhão, setecentos e trinta mil, oitocentos e oitenta reais). As despesas deste aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 47100011.14.422.165.11659.03.339039.1.5009100000.0. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza/CE, 24 de Setembro de 2024; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna Secretaria da Proteção Social – SPS e Carmem Deodata Santiago Silva - Locabox- Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 26 de setembro de 2024.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

*** **



5º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº25/2022 IG Nº1342034

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho e o **CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.604.488/0001-29, com sede na Rua Antônio Candeia, 245 – Guajeru, Fortaleza-CE, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representado por sua Presidente, Sílvia Raquel de Araújo Rodrigues Cid, resolvem firmar o presente Aditivo ao Termo de Colaboração acima referido, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada e consolidada, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, da Lei Estadual nº 17.573/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022), através do Processo Administrativo nº 47001.015626/2024-50. OBJETO: O presente Aditivo visa a **alteração de prazo do Termo de Colaboração nº25/2022**, o qual tem como objeto a execução do Projeto Complexo Social Mais Infância - Curio, executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do Instrumento original será prorrogada até 31 de dezembro de 2025. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 24 de setembro de 2024; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS e Sílvia Raquel de Araújo Rodrigues Cid - Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza-CE, 26 de setembro de 2024.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº094/2021 IG Nº1340888

A SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, à Rua Soriano Albuquerque, nº 230 – Joaquim Távora, CEP: 60.130-160, representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sr. SANDRO CAMILO CARVALHO e **CARLOS WAGNER RIOS PINTO**, portador do RG nº 95002521861 SSP/CE e CPF nº 769.732.983-20, com endereço na rua Solon Pinheiro 1070, ap 2002 B, Fátima, CEP: 60.140-130 nesta Capital, RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima referido, de acordo com as disposições constantes na Legislação Pátria e alterações, no Processo nº 47001.015383/2024-50. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo do Contrato nº094/2021**, cujo objeto é o APOIO AO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS – PROARES III, no tocante às ações de acompanhamento dos componentes do Programa. PRAZO: A vigência do contrato supramencionado fica prorrogada pelo período de 85 (oitenta e cinco) dias, a partir de 08 de novembro de 2024 até 31 de janeiro de 2025. VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A renovação dos serviços relativos ao Contrato nº 094/2021 importará R\$ 28.415,66 (vinte e oito mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e seis centavos), que será pago em 2 (duas) parcelas iguais de R\$ 14.207,83 (quatorze mil, duzentos e sete reais e oitenta e três centavos), que correrá por conta da dotação orçamentária 47100002.08.243.123.11570.03.449035.1.7543220059.1. RESOLUTIVA: Após a conclusão e aprovação da auditoria final do programa e do Relatório de Avaliação Final do Programa – PCR, poderá ser rescindido o referido contrato. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO: O contratante designa a Sra. Maria Carmen Leão Almeida, matrícula nº 126800-1-5, como responsável pela supervisão das atividades contempladas no contrato em questão. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no referido Contrato. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 25 de setembro de 2024; Sandro Camilo Carvalho - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS e Carlos Wagner Rios Pinto - Consultor. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza-CE, 25 de setembro de 2024.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº075/2024

A SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, doravante denominada SPS, neste ato representada por sua Secretária, Onélia Maria Moreira Leite de Santana, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ FUNECE**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.885.809/0001-97, com sede na Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, doravante denominada UECE, neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. M.e. Hidelbrando dos Santos Soares, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação de Técnica, cuja celebração foi autorizada nos autos do processo NUP 47001.014026/2024-74. FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento fundamenta-se na Constituição Federal e, no que couber, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. OBJETO: O presente acordo tem por objeto **estabelecer a mútua cooperação entre os participantes** para promover a capacitação dos gestores, trabalhadores e conselheiros do Sistema Único da Assistência Social – SUAS dos 184 municípios do Estado do Ceará, com vistas ao aprimoramento da gestão do SUAS e consolidação da Assistência Social enquanto política pública de direito. RECURSOS: A operacionalização do presente acordo não importará transferência de recursos financeiros de um ente ao outro, ficando a cargo de cada participante o custeio próprio para as ações que lhes compete, com fins de atender ao objeto deste instrumento. VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 60 (sessenta) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado por meio de termo aditivo, mediante comum acordo entre os participantes, manifestado tal interesse por escrito em até 30 (trinta) dias antes do término da vigência. ALTERAÇÕES: Este instrumento poderá ser alterado mediante comum acordo entre as partes, através de Termo Aditivo, respeitadas as prerrogativas da Administração Pública, sendo, no entanto, vedada a alteração de seu objeto. RESCISÃO: Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido: a) unilateralmente, por qualquer um dos participantes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso haja descumprimento de qualquer cláusula; b) em comum acordo entre as partes. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 25 de Setembro de 2024; Onélia Maria Moreira Leite de Santana - Secretária da Proteção Social – SPS e Hidelbrando dos Santos Soares - Reitor da Universidade Estadual do Ceará. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 26 de setembro de 2024.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA Nº235/2024 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 159/2023, datada de 23 de março de 2023, publicada no D.O.E., de 31 de março de 2023, RESOLVE AUTORIZAR, o servidor **ADAHIL PEREIRA DE SENA**, ocupante do cargo de Analista de Gestão dos Recursos Hídricos/ Supervisor de Núcleo DAS-I, matrícula nº 3000029-3, deste Órgão, a **viajar** para a cidade de Banabuiú, no período de 24 a 25/09/2024, a fim de participar e realizar palestra na Reunião do Comitê do Projeto Malha D'água, no município de Banabuiú, concedendo-lhe 1½ (uma diária e meia) no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), totalizando R\$ 197,15 (cento e noventa e sete reais e quinze centavos), de acordo com os artigos 1º, 4º, 8 e 12; classe II do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária deste Órgão. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 20 de setembro de 2024.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº24/2021/SOHIDRA**

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2021/SOHIDRA; II - CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA; III - ENDEREÇO: Inscrita no CNPJ nº 12.360.517/0001-70, com sede à Rua Aduado Batista, nº 1550, Parque Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.824-140; IV - CONTRATADA: **SUN LAND LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Pinto Madeira, nº 1500, sala 04, Aldeota, Fortaleza-CE, CEP: 60.150-055, inscrita no CNPJ sob o nº 09.265.212/0001-75, Tel: (85) 3219-1121; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente no art. 57, II e § 2º c/c com art.65, inc. II, alínea “d”, e §§ 5º e 8º, da Lei Nº. 8.666/93, e suas atualizações; VII- FORO: Comarca de Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Prorrogação de prazo** ao Contrato nº 24/2021/SOHIDRA, cujo objeto é o serviço de locação mensal de veículos, visando



atender as atividades rotineiras da SOHIDRA, referente ao Pregão Eletrônico nº 20210010/SOHIDRA e seus anexos; IX - VALOR GLOBAL: O valor do presente termo aditivo é R\$ 273.101,57 (duzentos e setenta e três mil, cento e um reais e cinquenta e sete centavos); X - DA VIGÊNCIA: Prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partir do dia 09/10/2024. XI - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 24/2021/SOHIDRA que ora se ratificam; XII - DATA: Fortaleza, 24 de setembro de 2024; XIII- SIGNATÁRIOS: LUCIANA LOPES BRANDÃO e VIRGÍNIA MARIA DE CASTRO MOITA .

Adauto José Araújo Mota
ASSESSOR CHEFE DA ASJUR

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº14/2024/SOHIDRA

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2024/SOHIDRA; II - CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA; III - ENDEREÇO: Inscrita no CNPJ nº. 12.360.517/0001-70, com sede à Rua Aduardo Batista, nº 1550, Parque Iracema, Fortaleza/CE, CEP: 60.824-140; IV - CONTRATADA: **SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO LTDA**; V - ENDEREÇO: Alameda Ásia, nº 164, andar 2, Polo Empresarial Tambore, Santa de Paraiba/SP, Tel: (71) 98370-5143, CEP: 06.543-312, Cnpj nº 07.432.517/0001-07; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este termo aditivo no art. 65, I, "b" §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações; VII- FORO: Comarca de Fortaleza/CE; VIII - OBJETO: **Acréscimo ao Contrato nº14/2024/SOHIDRA**, cujo objeto é os serviços de impressão, cópia, digitalização, caracterizados como "outsourcing de impressão", com fornecimento de equipamentos reprográficos digitais, novos e de primeiro uso, monocromáticos e policromáticos, em linha de fabricação, compreendendo, ainda, a alocação de técnicos residentes, a entrega/instalação e assistência técnica, fornecimento de suprimentos (exceto papel), além do fornecimento de sistema de gerenciamento de cópias/impressões e o treinamento para operação, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 20180012/ETICE e na proposta da CONTRATADA, Ata de registro de Preços nº 2023/29826/ETICE; IX - VALOR GLOBAL: O valor do presente aditivo será de R\$ 35.880,76 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), o que corresponde a 19,75% (dezenove vírgula setenta e cinco por cento), de acréscimo ao valor do contrato; X - DA VIGÊNCIA: A mesma. XI - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 14/2024/SOHIDRA que ora se ratificam; XII - DATA: Fortaleza, 24 de setembro de 2024; XIII- SIGNATÁRIOS: LUCIANA LOPES BRANDÃO e FERNANDO JOSÉ COUTINHO MARTINS.

Adauto José Araújo Mota
ASSESSOR CHEFE DA ASJUR

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA Nº081/2024 - INSTITUI O COMITÊ SETORIAL DE PROTEÇÃO DE DADOS O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 93, da Constituição Estadual; Considerando a necessidade de atendimento à Lei nº 18.699, de 07 de março de 2024, que dispõe sobre o Modelo de Governança da Proteção de Dados Pessoais no Âmbito do Poder Executivo Estadual; Considerando o que determina a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados); Considerando a importância de estabelecer mecanismos internos, eficazes para garantir a proteção dos dados pessoais dos cidadãos sob responsabilidade desta Fundação, urge a elaboração de Portaria para instituir o Comitê Setorial de Proteção de Dados Pessoais da FUNCEME, com a finalidade de promover a implementação das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), da Lei nº 18.699, de 07 de março de 2024, e as demais normas de privacidade, proteção de dados pessoais e informações no contexto do Setor Público, RESOLVE: Art. 1º. **Instituir o Comitê Setorial de Proteção de Dados (CSPD)** da FUNCEME com a seguinte composição: **FRANCISCO HOILTON ARARIPE RIOS** (matrícula 30000.0.X) e **LUIS CESAR PINHO** (matrícula 000037.1.9), representando a gestão superior; **JOSÉ MARCELO RODRIGUES PEREIRA** (matrícula 300033.8.1), representando a área de tecnologia; **MARIA GORETTI MAMEDIO DE SOUSA MELO** (matrícula 300036.2.4), representante da unidade de controle interno e substituta da encarregada de proteção de dados pessoais; **FERNANDA AZEVEDO BENEVIDES** (matrícula 300001.7.X). Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação. FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins
PRESIDENTE

COMPANHIA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº074/2022/COGERH

I – ESPÉCIE: QUINTO. II - CONTRATANTE: COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH. III - ENDEREÇO: RUA ADUALDO BATISTA, Nº 1550; BAIRRO: PARQUE IRACEMA; CEP.: 60.824-140; FORTALEZA-CE. IV – CONTRATADA: **SULZER BRASIL S.A.** V – ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO JOÃO FERNANDES GIMENEZ MOLINA, Nº 905; BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL; CEP.: 13.213-080; JUNDIAÍ-SP. VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este aditivo no Regulamento de Contratos e licitações da COGERH, nas disposições da Lei no. 13.303/2016, na solicitação apresentada Diretoria de Operações DIOPE às fls.02 e no Processo Administrativo NUP. 29012.011838/2024-57 parte integrante deste instrumento, independente de transcrição. VII- FORO: Fortaleza-CE. VIII – OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto **incluir ao contrato a cláusula décima nona prevendo o reajuste contratual, nos seguintes termos:** "CLÁUSULA DÉCIMA NONA 19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços. 19.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). 19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). 19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 19.8. O reajuste será realizado por termo dativo." IX - VALOR DO ADITIVO: O presente aditivo não tem repercussão financeira. X - DA VIGÊNCIA: O presente termo aditivo tem vigência de 07/12/2023 até 07/12/2024. XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Fortaleza-CE no 074/2022/COGERH, ora aditado. XII - DATA: 09/07/2024. XIII – SIGNATÁRIOS: Yuri Castro de Oliveira, João Ricardo Filgueiras Rios / CONTRATANTE e Marcelo Alves Dos Santos e Rafael Luis Nascimento/ CONTRATADA.

Francisco Assis Rabelo Pereira
ASSESSOR JURÍDICO

Publique-se.

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 034/2024/COGERH

CONTRATANTE: COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH; ENDEREÇO: RUA ADUALDO BATISTA, Nº 1550; BAIRRO: PARQUE IRACEMA; CEP.: 60.824-140; FORTALEZA-CE. CONTRATADA: **HOSTWEB DATA CENTER E SERVIÇOS LTDA**; RUA DOUTOR JUSTA ARAUJO, Nº 631 - TERREJO; BAIRRO: SERRINHA; CEP.: 60.741-025; FORTALEZA-CE. OBJETO: **Serviço de link de acesso à internet**, para a sede da COGERH, por meio de infraestrutura de fibra óptica que não utilize nenhum elemento da infraestrutura do Cinturão Digital do Estado do Ceará – CDC da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, visando o acesso redundante aos serviços computacionais prestados pela COGERH a sociedade. Largura de banda mínima dedicada de 300Mbps, com garantia de 100% de banda, cobrança fixa mensal, tráfego de dados ilimitados, com serviços agregados de: segurança contra-ataques do tipo negação de serviço (DDoS) e outras ameaças da Internet aos serviços da COGERH, por um período de 06 (seis) meses, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência - Anexo I, na Cotação eletrônica nº. 2024/20154 e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Contrato tem como fundamento a Cotação Eletrônica nº 2024/20154, o Termo de Participação Nº 20240067, Termo de Referência de fls. 42/52, o Regulamento de Licitações e Contratos da Cogerh – 2022, arts. 13 e 19, a Lei nº 13.303/2016, art. 29, II, o Decreto Estadual nº 35.341/2023, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como tudo o que consta no Processo

NUP 29012.010111/2024-52, parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição. FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato será de 06 (seis) meses, contado a partir de sua celebração. O prazo de execução do objeto contratual é de 05 (cinco) dias, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte 701 – Recursos Diretamente Arrecadados. DATA DA ASSINATURA: 17/09/2024. SIGNATÁRIOS: Yuri Castro de Oliveira, João Ricardo Filgueiras Rios / CONTRATANTE; Wladimir Facundo Teodoro Soares / CONTRATADA.

Francisco Assis Rabelo Pereira
ASSESSOR JURÍDICO

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 035/2024/COGERH

CONTRATANTE: COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH; ENDEREÇO: RUA ADUALDO BATISTA, Nº 1550; BAIRRO: PARQUE IRACEMA; CEP.: 60.824-140; FORTALEZA-CE. CONTRATADA: **INOVE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**; AVENIDA SANTOS DUMONT, Nº 1740, SALA 1207; BAIRRO: ALDEOTA; CEP.: 60.150-161; FORTALEZA-CE. OBJETO: **Prestação de serviços técnicos especializados na assessoria para elaboração de auditorias e laudos técnicos**, mediante a conferência mensal das faturas de energia elétrica da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) do Estado do Ceará, com intuito de assessorar na obtenção da repetição dos indêbitos dos valores cobrados indevidamente (a maior) ou na implementação de ações que visem à redução dos custos com energia elétrica, assim como a gestão e análise mensal das contas de energia de titularidade da COGERH. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Contrato tem como fundamento a Inexigibilidade de Licitação nº 013/2024/COGERH, o Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH - 2022, arts. 13 e 14, em compatibilidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, o Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, a Proposta da Contratada, bem como tudo o que consta no Processo Administrativo nº 29012.011864/2024-85, parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição. FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência e de execução do contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE. VALOR GLOBAL: Sem dispêndio de recursos financeiros da COGERH. A remuneração da Contratada somente ocorrerá em caso de êxito das demandas ingressadas com consequente recuperação dos valores pleiteados, por meio de percentual estabelecido utilizando como parâmetro outros contratos celebrados com o mesmo objeto, que ficou em 19,80% (dezenove vírgula oitenta por cento). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sem dotação orçamentária, conforme justificava constante na Cláusula Terceira do Contrato. Caso a Contratante, por meio da Contratada, consiga reaver os valores cobrados indevidamente pela concessionária de energia elétrica, será estabelecida dotação orçamentária específica para a remuneração da Contratada. DATA DA ASSINATURA: 18/09/2024. SIGNATÁRIOS: Yuri Castro de Oliveira e João Ricardo Filgueiras Rios / CONTRATANTE; Ana Maria Felipe Dias / CONTRATADA.

Francisco Assis Rabelo Pereira
ASSESSOR JURÍDICO

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DA SAÚDE

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.049686/2024-71 (SUITE), RESOLVE **CONCEDER diárias** a **SERVIDORA** lotada na Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Russas, abaixo mencionada, a fim de que a mesma possa, no mês de Julho/2024, deslocar-se ao município de Fortaleza, com a finalidade de tratar de assuntos do interesse daquela unidade administrativa, de acordo com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
			NÍVEL	QTE			
Marcia Lúcia de Oliveira Gomes	496056-1-7	DNS-2	II	3,5	131,43	460,01	18-19, 29, 30-31
TOTAL						460,01	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 17 de julho de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA - SEPGI

*** **

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.065303/2024-10 (SUITE), RESOLVE **RECONHECER as viagens** realizadas aos municípios de Sobral, Fortaleza, Canindé, Tauá, Milhã e Madalena, pelos **SERVIDORES** lotados na Superintendência da Região do Sertão Central - SRCEN, abaixo relacionados, que aconteceram durante o mês de Julho/2024, com a finalidade de tratar de assuntos do interesse daquela unidade administrativa, concedendo-lhe diárias em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
			NÍVEL	QTE			
Antônio Weliton Xavier Queiroz	300100-5-1	DNS-1	II	5,5	131,43	722,87	03, 09, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 29, 30, 31
Antero Rosa da Silva	404146-1-4	Téc. de Enf.	II	0,5	131,43	65,72	03
Hélida Castro Paixão	300151-3-4	DNS-2	II	0,5	131,43	65,72	31
Joana Darc Carlos de Holanda	102485-1-5	Aux. de Enf.	II	0,5	131,43	65,72	31
Jose Arlindo Gomes Jatai	802105-1-5	Of. Manut.	II	0,5	131,43	65,72	03
José Ronaldo Feitoza dos Santos	300102-0-5	DNS-2	II	6,0	131,43	788,58	01-04, 09, 17, 24, 25, 26
Lauriene Maria Matos de Sousa	403953-1-8	DAS-1	II	1,5	131,43	197,15	26, 29, 30
Lucilma Rodrigues Barros	186071-1-5	Aux. de Adm.	II	1,5	131,43	197,15	09, 17, 31
Maria Irisdalva de Melo	496318-1-2	DNS-1	II	0,5	131,43	65,72	31
Paulo Pinto de Araújo	301539-3-6	Ag. de End.	II	4,0	131,43	525,72	01-04, 31
Maria Sandra dos Santos	133561-1-4	Fisioterapeuta	II	0,5	131,43	65,72	31
Selene de Melo Bandeira	086399-1-4	DNS-2	II	1,5	131,43	197,15	26, 29, 30
Veralucia Américo Farias	009233-1-1	Aux. de Adm.	II	8,0	131,43	1.051,44	01-04, 22-26
TOTAL						4.074,38	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA - SEPGI

*** **

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.050050/2024-71 (SUITE), RESOLVE **RECONHECER as viagens** realizadas aos municípios de Itaíçaba, Limoeiro do Norte, Fortim e Fortaleza, pelos **SERVIDORES** lotados na Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Aracati, abaixo relacionados, que aconteceram durante o mês de Julho/2024, com a finalidade de tratar de assuntos do interesse daquela unidade administrativa, concedendo-lhe diárias em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.



NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
			NÍVEL	QTE			
Maria Marta Andrade de Sousa Oliveira	301527-9-4	Odontóloga	II	3,0	131,43	394,29	08, 10, 16, 23, 24, 31
Enilda Gamas Pessoa Araújo	301594-9-7	Enfermeira	II	1,0	131,43	131,43	30, 31
Wilson Borges da Silva	301482-5-8	A. S. P.	II	3,5	131,43	460,01	10, 22, 23, 24, 25, 26, 31
Francisco Dimas da Silva	301531-5-4	A. S. P.	II	1,5	131,43	197,15	09, 10, 11
Israel da Silva Cordeiro	301524-9-2	A. S. P.	II	1,5	131,43	197,15	09, 10, 11
TOTAL						1.380,03	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA - SEPGI

*** **

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.059579/2024-51 (SUITE), RESOLVE **RECONHECER as viagens** realizadas ao município de Juazeiro do Norte, pela **SERVIDORA** lotada na Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Icó, abaixo relacionada, que aconteceram durante o mês de Julho/2024, com a finalidade de tratar de assuntos do interesse daquela unidade administrativa, concedendo-lhe diárias em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
			NÍVEL	QTE			
Simone Firmo de Moraes Almeida	300085-2-9	DNS-2	II	2,0	131,43	262,86	15, 24-25
TOTAL						262,86	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 24 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA - SEPGI

*** **

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.050914/2024-55 (SUITE), RESOLVE **RECONHECER as viagens** realizadas dos municípios de Ibiapina, Quixadá, Quixeramobim e Russas para Fortaleza e de Fortaleza para os municípios de Itapipoca, Limoeiro do Norte, Russas e Quixeramobim pelos **CONSELHEIROS** do Conselho Estadual de Saúde - Cesau/CE, abaixo relacionado, que aconteceram durante os meses de Julho e agosto de 2024, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse daquela unidade administrativa, concedendo-lhe diárias em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

NOME DO(A) CONSELHEIRO(A)	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
		NÍVEL	QTE			
Alexandra Silva Cavalcante Feitosa	Conselheira	II	2,5	131,43	328,58	29-31
Ana Raquel Santana da Silva	Conselheira	II	2,5	131,43	328,58	29-31
Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos	Conselheira	II	0,5	131,43	65,72	01
Francisco Oberlando Nascimento Mendonça	Conselheiro	II	2,5	131,43	328,58	29-31
Francisco Adriano Duarte Fernandes	Conselheiro	II	4,0	131,43	525,72	15-16, 31-02
Nelcilene dos Santos Silva	Conselheira	II	0,5	131,43	65,72	01
Suelany Rodrigues Vieira	Conselheira	II	2,5	131,43	328,58	29-31
TOTAL					1.971,48	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 11 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Republicado por incorreção.

*** **

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo NUP: 24001.045820/2024-64 (SUITE), RESOLVE **RECONHECER a viagem** realizada ao município de Itapipoca, pela **SERVIDORA** lotada na Coordenadoria de Vigilância Sanitária - COVIS, abaixo relacionada, que aconteceu durante o mês de Junho/2024, com a finalidade de realizar inspeção sanitária em indústria de alimentos, concedendo-lhe diárias em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DIÁRIAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DIAS
			NÍVEL	QTE			
Alexandra Castelo Branco Bezerra de Menezes	133126-1-3	Economista	II	0,5	131,43	65,72	11
TOTAL						65,72	

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA - SEPGI

*** **

PORTARIA Nº1362/2024.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ATINGIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº01/2021, DESIGNA O GESTOR DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ E GESTORA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 93, inciso III, da Constituição Estadual, o art. 17 da Lei Orgânica da Saúde nº8.080/90, o inciso XIV do Art. 50, da Lei nº16.710, de dezembro de 2018, e suas alterações, e o inciso XIV do art. 6º do Decreto Estadual nº34.048, de 28 de abril de 2021; CONSIDERANDO o Contrato de Gestão de nº01/2021, firmado entre esta Secretaria de Estado da Saúde - SESA, com o Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar - ISGH, que tem por objetivo a gestão e operacionalização do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe - HRVJ; CONSIDERANDO a Portaria nº956/2023, que estabelece a composição da Comissão de Avaliação dos Resultados atingidos na execução do Contrato de Gestão de nº01/2021 e dá outras providências; RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição dos membros da Comissão de Avaliação dos Resultados atingidos na execução do Contrato de Gestão de nº01/2021, nos termos do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Designar como Gestora do Contrato de Gestão de nº01/2021, a servidora Márcia Lúcia de Oliveira Gomes, matrícula 496056-1-7.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de julho de 2024.

Tânia Mara Silva Coelho

SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA PORTARIA Nº1362/2024
CONTRATO 01/2021 - HOSPITAL REGIONAL VALE DO JAGUARIBE – HRVJ

SERVIDOR		CARGO	MATRÍCULA
PRESIDENTE DA COMISSÃO	MERE BENEDITA DO NASCIMENTO	SUPERINTENDENTE / DNS-1	301498.1.5
MEMBROS DA COMISSÃO	JOSÉ IRANILSON OLIVEIRA GOMES	ASSESSOR ESPECIAL / DNS-3	300082.9.4
	JOSIANNE ALVES DE FREITAS MAIA	MÉDICA	496393.1.7
	SAMUEL DO VALE FREITAS	COORD. / DNS 2	300031.7.9

*** **

PORTARIA Nº1702/2024 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº24001.063194/2024-98, RESOLVE AUTORIZAR o afastamento do servidor **JACKSON VALVENARK FREITAS MARTINS**, matrícula nº300.162-2-X, Coordenador de Tecnologia, Inovação e Soluções Digitais da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, no período de 12 a 16 de agosto de 2024, a fim de que o mesmo possa **viajar** à Brasília/DF e à cidade de Goiânia/GO, com o objetivo de participar da reunião da Câmara Técnica de Informação e Informática em Saúde do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, que acontecerá em Brasília/DF nos dias 13 a 14 de agosto de 2024 e da Oficina de Federalização da Rede Nacional de Dados em Saúde-RNDS – Etapa Goiás, que ocorrerá na cidade de Goiânia/GO nos dias 15 a 16 de agosto de 2024, concedendo-lhe passagens aéreas no trecho Fortaleza/Brasília/Goiânia/ Fortaleza no valor de R\$ 3.656,56 (três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 09 de agosto de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº1704/2024 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº24001.063193/2024-43, RESOLVE AUTORIZAR o afastamento do servidor **WEVERSON PASSOS COSTA**, matrícula nº300.087-6-6, Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, no período de 12 a 16 de agosto de 2024, a fim de que o mesmo possa **viajar** à Brasília/DF e à cidade de Goiânia/GO, com o objetivo de participar da reunião da Câmara Técnica de Informação e Informática em Saúde do Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, que acontecerá em Brasília/DF nos dias 13 a 14 de agosto de 2024 e da Oficina de Federalização da Rede Nacional de Dados em Saúde-RNDS – Etapa Goiás, que ocorrerá na cidade de Goiânia/GO nos dias 15 a 16 de agosto de 2024, concedendo-lhe passagens aéreas no trecho Fortaleza/Brasília/Goiânia/Fortaleza no valor de R\$ 3.656,56 (três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 09 de agosto de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº1830/2024 - O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso, nº600, Praia de Iracema, em Fortaleza/CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 93, inciso III, da Constituição do Estado do Ceará, e de acordo com o disposto no art. 156, inciso II, da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, e no subitem 15.4, do Pregão Eletrônico nº20231195, RESOLVE: **aplicar a sanção de MULTA**, no valor de R\$ 108,90 (cento e oito reais e noventa centavos), à empresa **HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº21.296.343/0001-15, estabelecida na Rua Vereador Lincoln Cortes Campos, nº38, Bairro: Gruta, CEP: 36.860-000, Patrocínio do Muriae - MG, em decorrência da inadimplência apurada no Processo NUP 24001.029081/2024-63, quanto ao fornecimento do gênero de alimentação especificado na Nota de Empenho 2024NE003362, emitida em 21/03/2024, oriunda da Ata de Registro de Preço nº2024/01718, devendo esta portaria ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza/CE, 22 de agosto de 2024.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

PORTARIA Nº1833/2024 - O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso, nº600, Praia de Iracema, em Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 93, inciso III, da Constituição do Estado do Ceará, e de acordo com o disposto no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na Subcláusula 8.1.1, alínea “b”, do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº20200834, RESOLVE: **aplicar a sanção de MULTA**, no valor de R\$ 3.277,39 (três mil, duzentos e setenta e sete reais e trinta e nove centavos), à empresa **ART MEDICA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº02.626.340/0001-58, estabelecida na Rodovia Anel Viário, nº4902, Galpão 03B, ARMZ. 8 e 9, Parte A, Sala Art Medica Cond. Log Maracanaú, Bairro: Boa Esperança, CEP: 61.935-180, Maracanaú - CE, em decorrência da inadimplência apurada no Processo NUP 24001.026835/2023-42, quanto ao fornecimento do material hospitalar especificado na Nota de Empenho 2023NE015467, emitida em 21/08/2023, oriunda do Contrato nº679/2022, devendo esta portaria ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza/CE, 22 de agosto de 2024.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

PORTARIA Nº1896/2024-1 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº24001.067632/2024-97, RESOLVE CONCEDER passagens aéreas no trecho Fortaleza/Salvador/Fortaleza para o servidor **WEVERSON PASSOS COSTA**, matrícula nº300.087-66, Coordenador de Infraestrutura e Segurança da Informação da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, no valor de R\$ 3.956,86 (três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), a fim de que o mesmo possa **viajar** a cidade de Salvador/BA, nos dias 28 a 30 de agosto de 2024, com o objetivo de participar da 2ª Oficina Territorial do Projeto Federalização da Rede Nacional de Dados em Saúde-RNDS – Etapa Bahia, em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de agosto de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº2068/2024 - O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso, nº600, Praia de Iracema, em Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 93, inciso III, da Constituição do Estado do Ceará, e de acordo com o disposto no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na Subcláusula 8.1.1, alínea “b”, do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº20230793, RESOLVE: **aplicar a sanção de MULTA**, no valor de R\$ 5.193,60 (cinco mil, cento e noventa e três reais e sessenta centavos), à empresa **ROBERTO CORETTI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº10.742.865/0001-87, estabelecida na Avenida Santos Dumont, Nº2727, SL 101, Ed. Etev. Nog., Bairro: Aldeota,



CEP: 60.150-161, Fortaleza – CE, em decorrência da inadimplência apurada no Processo NUP 24001.024950/2024-63, quanto ao fornecimento do gênero de alimentação especificado na Nota de Empenho 2024NE001481, oriunda da Ata de Registro de preço nº2023/28567, devendo esta portaria ser publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza/CE, 13 de setembro de 2024.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

PORTARIA Nº2127/2024.

INSTITUI A COMISSÃO MISTA DA SESA PARA A AÇÃO ANUAL DE MEDALHA E PRÊMIO DO MÉRITO FUNCIONAL.

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 93, inciso III, da Constituição Estadual, o art. 17 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o art 6o, inciso XIV, do Decreto nº 36.193, de 29 de agosto de 2024. CONSIDERANDO o Decreto nº 35.674, de 14 de setembro de 2023, que altera o Decreto nº 29.936, de 15 de outubro de 2009, que aprova o regulamento de concessão da Medalha do Mérito Funcional e do Prêmio do Mérito Funcional; CONSIDERANDO as informações contidas no NUP 24001.076932/2024-67. RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão Mista da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – Sesa, visando a ação anual de medalha e prêmio de mérito funcional.

Parágrafo Único. A comissão que trata o caput deste artigo será composta pelos representantes elencados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º. A Comissão Mista deverá selecionar apenas 1 (uma) ação, dentre as indicadas pela Sesa Central e suas unidades e encaminhar o resultado, via SUITE, para a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGPCE, acompanhado dos formulários de tabulação, da ata de reunião da seleção, com a assinatura dos membros, e da documentação apresentada pelo candidato, com o detalhamento da ação escolhida.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, aos 23 de setembro de 2024.

Tânia Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº2127/2024
COMISSÃO MISTA DA SECRETARIA DA SAÚDE PARA A AÇÃO ANUAL DE MEDALHA E PRÊMIO DO MÉRITO FUNCIONAL**

PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DA SESA CENTRAL

MIRTES BRITO DE OLIVEIRA - MATRÍCULA Nº300091-6-9

PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DO HOSPITAL GERAL DR. CESAR CALS DE OLIVEIRA - HGCC

ADRIANO VERAS OLIVEIRA - MATRÍCULA Nº493601-1-8

PRESIDENTE DA COMISSÃO SETORIAL DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU CE

FRANCISCA AMANDA MARTINS DO COUTO - MATRÍCULA Nº300094-2-8

*** **

PORTARIA Nº2130/2024 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº24001.075984/2024-16 (Suite), RESOLVE AUTORIZAR o afastamento do servidor **ICARO TAVARES BORGES**, matrícula nº301645-9-8, Superintendente da Região de Fortaleza da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, no período de 21 a 23 de outubro de 2024, a fim de que o mesmo possa **viajar** a cidade de Brasília/DF, com o objetivo de participar da Oficina para Manejo Clínico HIV/Aids em crianças e adolescentes, concedendo-lhe 2,5 (duas e meia) diárias, num valor unitário de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo um valor de R\$ 887,10 (oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos), acrescido de 50% (cinquenta por cento), correspondente a R\$ 443,55 (quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), mais ajuda de custo no valor de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo um valor total de R\$ 1.685,49 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, classe II, anexos I e III, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº2168/2024 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº24001.075993/2024-15 (Suite), RESOLVE AUTORIZAR o afastamento da servidora **BRUNA MONIK MORAIS DE OLIVEIRA**, matrícula nº300094.9.5, Coordenadora de Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, no período de 21 a 23 de outubro de 2024, a fim de que a mesma possa **viajar** a cidade de Brasília/DF, com o objetivo de participar da Oficina para Manejo Clínico HIV/Aids em crianças e adolescentes, concedendo-lhe 2,5 (duas e meia) diárias, num valor unitário de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo um valor de R\$ 887,10 (oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos), acrescido de 50% (cinquenta por cento), correspondente a R\$ 443,55 (quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), mais ajuda de custo no valor de R\$ 354,84 (trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo um valor total de R\$ 1.685,49 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), em conformidade com o Decreto nº35.922, de 27 de março de 2024, classe II, anexos I e III, devendo as despesas correr por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

APOSTILAMENTO Nº261/2024 AO CONTRATO Nº566/2022

O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Infantil Albert Sabin – SESA/IAS, inscrito no CNPJ sob o nº07.954.571/0038-04, neste ato representado pelo Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Edisio Jatá Cavalcante Filho, portador do RG nº2021045998-5 SSP/CE e inscrito sob o CPF nº213.806.003-91, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, tendo em vista os elementos contidos no Processo NUP 24001.034008/2024-11, resolve com fundamento no art. 65, inciso I, c/c § 8º da Lei Federal nº8.666/1993, fazer **apostilamento ao Contrato nº566/2022**, firmado com a empresa **EXCIMER TECNOLOGIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº10.293.515/0001-80, para nele substituir o nome do(a) Gestor(a) consignado na Cláusula Décima Terceira – da Fiscalização, passando para, a Sra. Mara Núbia de Queiroz, inscrita na matrícula nº13350515 e CPF sob o nº316.046.413-04, conforme fl. 02 dos autos do processo. Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contidas no Contrato mencionado, devendo este apostilamento ser publicado no Diário Oficial do Ceará. Fortaleza/CE, 24 de setembro de 2024.

Edisio Jatá Cavalcante Filho
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº1013/2023

NUP 24001.057447/2024-94

PRÉ-RESERVA Nº1334526000

I – ESPÉCIE: Doc. nº530/2024 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº1013/2023; II – CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ/SESA; III – ENDEREÇO: Avenida Almirante Barroso, nº600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: **ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**; V – ENDEREÇO: Rua Graciliano Ramos, 146, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei federal nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Posteriores, os preceitos do direito público e do mais que consta dos documentos, atestos e manifestações técnicas registradas e acostadas ao procedimento epigrafado; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **Prorrogação do prazo e do valor do Contrato 1013/2023** celebrado com a **ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**., cujo objeto é prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, a fim de atender

as necessidades da área de informática (T.I) da rede SESA na Capital e Interior do Estado do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência; IX – VALOR GLOBAL: R\$ 22.013.397,84 (vinte e dois milhões e treze mil e trezentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos); X – DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com vigência a partir 25 de setembro de 2024; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 24/09/2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha e Marília Lopes Cruz Rolim.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº1038/2023
PROCESSO Nº24001.056536/2024-13
PRÉ-RESERVA 1333383000**

I – ESPÉCIE: DOC: Nº524/2024 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº1038/2023; II – CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ; III – ENDEREÇO: Av. Almirante Barroso nº600, Praia de Iracema, em Fortaleza – CE; IV – CONTRATADA: LIMPTUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA- EPP; V – ENDEREÇO: Rua Antônio Sá e Silva, 1404, Tamatanduba, CEP: 61.760-000, Eusébio/CE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, art. 65, ambos da Lei federal nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; VII – OBJETO: **Prorrogação e o reajuste ao Contrato 1038/2023** celebrado com a LIMPTUDO SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP, cujo objeto é serviço de coleta e transporte externos, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde do GRUPO D (Comum) produzidos pela Secretaria da Saúde do Estado e unidades de saúde vinculadas à rede SESA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência. VIII – VALOR GLOBAL: R\$ 1.056.269,16 (um milhão e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos); IX – DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com vigência a partir 22 de setembro de 2024. X – FORO: Fortaleza/CE; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 19/09/2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Mark Augusto Lara Pereira.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº202425682

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(S) FORNECEDORA(S): JB FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACOES EIRELI e I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI. III – OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para aquisição de MATERIAL MEDICO HOSPITALAR** cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº20231789 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo Suite nº24001.017629/2023-41. Subcláusula Única – Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(S) E ITEM(NS): JB FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACOES EIRELI: ITEM 2 : 1297746 - SOLUCAO, ETER SULFURICO, LIQUIDO INCOLOR DE ODOR PENETRANTE INFLAMAVEL E VOLATIL, RECIPIENTE 1.0 LITRO- obs.:QUANT.: 1.832; VALOR UNITÁRIO: R\$ 30,2700. I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI: ITEM 1: 1411100 - CAL SODADA, SUBSTANCIA ABSORVENTE, COR BRANCA, PILULAS LENTICULARES, GRAU UMIDADE 14 A 18%, BOA ABSORCAO, 22L/100 GRS, GRAU DE DUREZA COM RUPTURA DE GRAO ACIMA DE 700GR, UNIDADE 1.0 GRAMA- obs.:QUANT.: 3.698.750; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0330. V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº20231789. VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 25/09/2024. VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Gabriela Castelo da Silva
COORDENADORA DA COEXE

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 292/2024
VIPROC Nº01573330/2022
PRÉ-RESERVA Nº1155226000**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ/HOSPITAL E MATERNIDADE JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR – SESA/HMJMA; CONTRATADA: **EXCIMER TECNOLOGIA COMERCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**; OBJETO: **Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E CALIBRAÇÃO COM COBERTURA TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU COMPATÍVEIS, SEM NENHUM ÔNUS PARA A CONTRATANTE, DOS EQUIPAMENTOS DE APARELHOS DE ANESTESIA PERTENCENTES AO HOSPITAL E MATERNIDADE JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR – HMJMA**, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O edital do Pregão Eletrônico nº20221781 SESA / HMJMA e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 100.200,00 (Cem mil e duzentos reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200794.10.302.17 1.20578.03.339039.1.600.9200000.1.3.01 – 7849; DATA DA ASSINATURA: 17/09/2024; SIGNATÁRIOS: SILVANA FURTADO SÁTIRO e SERGIO ANTONIO LEITÃO DO VALE.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 1299/2024
NUP 24001.021771/2024-74
PRÉ-RESERVA Nº1312929000**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ/CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ – SESA/HEMOCE; CONTRATADA: **MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA**; OBJETO: **Aquisição de reagentes** para testagem dos vírus CMV, BKV, EBV e VÍRUS HERPES 6 com cessão do equipamento em comodato, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20240631 - SESA, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos, contado da assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 4.233.000,00 (Quatro milhões, duzentos e trinta e três mil); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24054 24200424.10.302.171.20589.03.33903000.1.600.9200000.1.3.01 e 20219 24200424.10.302.171.20589.03.33903000.1.659.9200000.1.3.01; ASSINATURA: 23/09/2024; SIGNATÁRIOS: Luciana Maria de Barros Carlos e Karina Hastenheiter Souza.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **



EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 1310/2024
PROCESSO Nº24001.053191/2024-46
PRÉ-RESERVA 1337457000

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. CONTRATADA: **ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**. OBJETO: **Aquisição por Dispensa de Licitação de medicamento** para cumprimento de ordem judicial em desfavor do Estado do Ceará, pelo período de 06 (seis) meses. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso IV, alínea 'm' da Lei Federal nº14.133/2021 com suas alterações. FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado a partir de sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 11.618,10 (onze mil, seiscentos e dezoito reais, dez centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200744.10.302.171.20586.03.339032.1.500.9100000.0.3.01 DATA: 23/09/2024. SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Myrtis Eliene Lima de Andrade Peixoto.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 1338/2024
NUP 24001.057849/2024-99
PRÉ-RESERVA Nº1338128000

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ/SESA; CONTRATADA: **ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**; OBJETO: **A aquisição por Dispensa de Licitação dos medicamentos** para cumprimento de ordem judicial em desfavor do Estado do Ceará, pelo período de 06 (seis) meses; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº14.133/2021 com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado a partir de sua publicação; VALOR GLOBAL: R\$ 177.355,92 (cento e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais, noventa e dois centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19813 - 24200744.10.302.171.20586.03. 339032.1.500.9100000.0.3.01; DATA DA ASSINATURA: 25/09/2024; SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e João Bosco Xavier.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 1344/2024
NUP 24001.057490/2024-50
PRÉ-RESERVA Nº1339083000

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ/SESA; CONTRATADA: **ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA**; OBJETO: **A aquisição por Dispensa de Licitação dos medicamentos** para cumprimento de ordem judicial em desfavor do Estado do Ceará, pelo período de 01 (um) ano.; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº14.133/2021 com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir de sua publicação; VALOR GLOBAL: R\$ 696.686,40 (seiscentos e noventa e seis mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19813 - 19813 24200744.10.302.171.20586.03. 339032.1.500.9100000.0.3.01; DATA DA ASSINATURA: 26/09/2024; SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Mayte B Wondrak.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20231642

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): DBI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e CIEX DO BRASIL IND. E COM. DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA**. III – OBJETO: O presente Termo de Homologação para **Registro de Preços que tem por objeto, futuras e eventuais de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos estão previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº20231642 – SESA. IV – ITEM(NS): DBI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA: ITEM 1: QUANT.: 49.140; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,2300; VALOR TOTAL: R\$ 11.302,20; ITEM 3: QUANT.: 2.142.036; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,1900; VALOR TOTAL: R\$ 406.986,84; CIEX DO BRASIL IND. E COM. DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA: ITEM 2: QUANT.: 177.918; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,2000; VALOR TOTAL: R\$ 35.583,60; V – VALOR TOTAL A SER CONTRATADO EM ATA: R\$ 453.872,64. VI – DATA DA ASSINATURA: 25/09/2024.

Gabriela Castelo da Silva
COORDENADORA DA COEXE

*** **

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20240542

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): UNI HOSPITALAR CEARA LTDA e ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**. III – OBJETO: O presente Termo de Homologação para **Registro de Preços que tem por objeto, futuras e eventuais de MEDICAMENTOS** cujas especificações e quantitativos estão previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº20240542 – SESA. IV – ITEM(NS): UNI HOSPITALAR CEARA LTDA : ITEM 5: QUANT.: 1.050; VALOR UNITÁRIO: R\$ 10,8100 ; VALOR TOTAL: R\$ 11.350,50 ; ITEM 6: QUANT.: 5.850 ; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3,3000 ; VALOR TOTAL: R\$ 19.305,00 ; ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: ITEM 8: QUANT.: 16.200 ; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,9900 ; VALOR TOTAL: R\$ 16.038,00; V – VALOR TOTAL A SER CONTRATADO EM ATA: R\$ 46.693,50. VI – DATA DA ASSINATURA: 25/09/2024.

Gabriela Castelo da Silva
COORDENADORA DA COEXE

*** **

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20240630

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): SELLENE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, ROBERTO CORETTI – ME, ART MEDICA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e PRIME VITA NUTRICAÇÃO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. III – OBJETO: O presente Termo de Homologação para **Registro de Preços que tem por objeto, futuras e eventuais de NUTRIÇÃO**, cujas especificações e quantitativos estão previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº20240630 – SESA. IV – ITEM(NS): SELLENE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA: ITEM 1: QUANT.: 97.959; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,1200; VALOR TOTAL: R\$ 501.550,08; ITEM 3: QUANT.: 8.200.500; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0467; VALOR TOTAL: R\$ 382.963,35; ITEM 5: QUANT.: 1.016.400; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0467; VALOR TOTAL: R\$ 47.465,88; ROBERTO CORETTI – ME: ITEM 2: QUANT.: 32.653; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,0000; VALOR TOTAL: R\$ 163.265,00; ITEM 4: QUANT.: 2.733.500; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0500; VALOR TOTAL: R\$ 136.675,00; ITEM 6: QUANT.: 338.800; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0600; VALOR TOTAL: R\$ 20.328,00; ART MEDICA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: ITEM 7: QUANT.: 1.102.500; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,0564; VALOR TOTAL: R\$ 62.181,00; PRIME VITA NUTRICAÇÃO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: ITEM 8: QUANT.:367.500; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,1139; VALOR TOTAL: R\$ 41.858,25; V – VALOR TOTAL A SER CONTRATADO EM ATA: R\$ 1.356.286,56. VI – DATA DA ASSINATURA: 25/09/2024.

Gabriela Castelo da Silva
COORDENADORA DA COEXE

*** **



Nº DO PROCESSO: 24001.069614/2024-40
EXTRATO DO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº022/2020

I - ESPÉCIE: Doc. nº167/2024 - 8º Termo Aditivo ao Convênio nº022/2020 celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO/CE**; II - OBJETO: **Prorrogar**, por mais 180 (cento e oitenta) dias, o **Convênio nº022/2020**, cujo objeto é reforma do Hospital Municipal de Alto Santo/CE, no Município de Alto Santo/CE. O Convênio será prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando-se a partir de 17 de setembro de 2024 e findando em 16 de março de 2025; III - VALOR GLOBAL: 0,00 (MESMO); IV - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do termo de cessão ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; V - DATA E ASSINANTES: 16/09/2024 - Luiz Otavio Sobreira Rocha Filho E José Joeni Holanda de Araújo.
Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURIDICO

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº20/2024
SUITE 24001.048137/2023-06

ITALO JOSE MESQUITA CAVALCANTE, DIRETOR DO LACEN -CE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 72, da Lei nº9.808/1973 a fim de atender às necessidades do LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF nº07.954.571.0032/00 com sede a Rua Barão de Studart 2405 – Aldeota Fortaleza CE. CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo cujo número em epígrafe. RESOLVE de acordo com o art 37 c/c § 1º e 2º do art.63, da Lei Federal nº4.320/1964, bem como na alínea “a” do § 2º do art. 22 do Decreto nº93.872/1986 para pagamento de Dívida (OI S .A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) resolve **reconhecer a obrigação de pagar** o valor de R\$ 253,68 (duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), referente aos serviços prestados em dezembro de 2023 pela **OI S .A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** no Laboratório Regional do SENADOR POMPEU, referente aos serviços executados para atender as necessidades da SESA. LABORATÓRIO CENTRAL SAUDE PUBLICA, em Fortaleza, 18 de julho de 2024.

Italo Jose Mesquita Cavalcante
DIRETOR DO LACEN

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº158/2024
NUP 24001.041432/2024-12

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 72 da Lei no 9.809/1973, a fim de atender as necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso no 600, bairro: Praia de Iracema, Fortaleza, CE, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº4.320/1964, deve-se, **reconhecer a dívida** no valor de R\$ 1.230,00 (Um mil duzentos e trinta reais), junto a empresa **CYBELLY MARQUES SILVANO-ME**, inscrita no CNPJ 06.183.977/0001-78, referente ao pagamento de serviço de Locação de Impressoras Multifuncionais com recarga, manutenção e software de gerenciamento e monitoramento dos dados, referente ao período 01/04/2024 à 30/04/2024 ao HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL PROFESSOR FROTA PINTO (HSM). SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de julho de 2024.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
NUP: 24001.045106/2023-95

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei nº16.710/2018, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 37 da Lei nº4.320/1964 e §2º do art.22 Decreto nº93.872/1986, **reconhecer dívida** no valor de R\$ 535,97 (quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos), junto ao (a) requerente **PEDRO SOARES BARROS**, matrícula nº4024851X, exercente do cargo/função de Auxiliar de serviços Gerais, lotado (a) no Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira - HGCCO, referente ao pagamento das diferenças do Abono de Permanência, pertinente ao período de 22 de Novembro a 31 de Dezembro de 2023. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de setembro de 2024.

Carla Cristina Fonteles Barroso
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA – SEPGI

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
NUP 24001.055252/2024-18

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ DO CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº17.438/2021, que dispõe sobre a Organização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde do Ceará – CESAUC/CE, a fim de atender a necessidade do colegiado, com sede na Avenida Almirante Barroso nº600, Bairro Praia de Iracema, Fortaleza/Ce, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE de acordo com o art. 63 §§ 1º e 2º da Lei Federal nº4.320/1964, **reconhecer a dívida** das inscrições no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), referente às inscrições de 09 (nove) **PARTICIPANTES** do referido Conselho, no 16º Congresso Internacional da Rede Unida, em Santa Maria-RS, ocorrido no período de 31 de julho à 03 de agosto de 2024. Fortaleza/CE 25 de setembro de 2024.

Maria Goretti Araújo Sousa
SECRETÁRIA EXECUTIVA CESAUC/CE

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
NUP: 24001.065405/2024-27

A SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DO CARIRI, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº34.048 e Portaria nº2022/518, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede Avenida Almirante Barroso nº600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, em conformidade com o art. 63 da Lei nº4.320/1964, **reconhecer a dívida**, com Projeção no valor de R\$= 341,58 (trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), referente ao mês de AGOSTO/2024, em favor da empresa **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, inscrita no CNPJ: 05.537.196/0001-71, sobre os serviços de consumo de Água da Coordenadoria de Saúde de Icó-CE. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza-CE, 26 de setembro de 2024.

Tereza Cristina Mota de Souza Alves
SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DO CARIRI

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº03/2022

I – ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato Nº03/2022; II – CONTRATANTE: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES – (ESP/CE), inscrita no CNPJ sob o nº73.695.868/0001-27; III – ENDEREÇO: Av. Antônio Justa, 3161, Meireles, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: EMPRESA **VENEZA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob. o Nº11.399.787/0001-22; V – ENDEREÇO: Av. Santos Dumont, 1267, Sala 1102, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.150-160; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nas normas do inciso II, alínea “d”, e §8º do art. 65; art. 58, I, §1º da Lei Federal nº8.666/1993e suas alterações, bem como o art. 54 da Lei nº8.666/1993 VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **Repactuação do Contrato nº03/2022**, em decorrência do reajuste de salário, vale alimentação, cesta básica e plano de saúde conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024 (Asseio e Conservação – CE000392/2024), pactuado entre Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado do Ceará. IX – VALOR GLOBAL: O valor mensal do contrato, após a repactuação, de R\$ 54.580,13 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e treze centavos), para R\$ 57.114,48 (cinquenta e sete mil, cento e quatorze reais e quarenta e



oitto centavos) e o valor anual passará de R\$ 654.961,56 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos) para R\$ 685.373,76 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos); X – DA VIGÊNCIA: A vigência deste Termo Aditivo é a partir da data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024; XI – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo.; XII – DATA: 05/09/2024; XIII – SIGNATÁRIOS: LUCIANO PAMPLONA DE GÓES CAVALCANTI – CONTRATANTE e SAMUEL ARAGÃO DE ALMEIDA CAVALCANTE – CONTRATADA.

Maria Elci Moreira Galvão
COORDENADORA JURÍDICA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA Nº206-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOSE AIRTON MELO DA SILVA JUNIOR**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, matrícula nº 167.761-1-4, desta Secretaria, a **viajar** ao Município de Crateús-CE, no período de 02 à 09/09/2024, com a finalidade de compor escala de serviço naquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 215/2024, concedendo-lhe 8 (meias) diárias, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 525,72 (quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 04 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº223-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **ZAQUEU MAGALHAES COURA**, ocupante da graduação de 3º Sargento PM, matrícula nº 588.158-1-0, desta Secretaria, a **viajar** ao Município de Barbalha-CE, nos dias 30/09 e 01/10/2024, com a finalidade de prestar depoimento Judicial na Vara Criminal da Comarca daquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 240/2024, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 197,15 (cento e noventa e sete reais e quinze centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 19 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº224-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Juazeiro do Norte-CE, com a finalidade de realizarem transporte de comitiva Governamental, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 246/2024, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº224-D/2024-GS DE 24 DE SETEMBRO DE 2024.

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
HELIO DE ASSIS ALENCAR FILHO	Coronel PM	108.096-1-4	II	21/09/2024	Juazeiro do Norte-CE	1/2 (meia)	131,43	65,72
STELCI WANDREY E SILVA ALENCAR	Tenente Coronel PM	126.446-1-2	II	21/09/2024	Juazeiro do Norte-CE	1/2 (meia)	131,43	65,72
						TOTAL 131,44		

*** **

PORTARIA Nº225-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **CLEBER FREITAS DA SILVA**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº 304.272-1-1, desta Secretaria, a **viajar** ao Município de Juazeiro do Norte-CE, nos dias 25 e 26/09/2024, com a finalidade de acompanhar a visita do engenheiro, para realizar o orçamento de reforma da CIOPS daquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 245/2024, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 197,15 (cento e noventa e sete reais e quinze centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº226-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Crateús-CE, com a finalidade de realizarem visita técnica para acompanhamento do funcionamento do Sistema de Atendimento e Despacho, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 251/2024, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº226-D/2024-GS DE 24 DE SETEMBRO DE 2024.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
MARIO CUNHA LIMA	Orientador de Célula	300.021-3-X	II	30/09 à 04/10/2024	Crateús-CE	4 (quatro) e meia	131,43	591,44
MARCOS PAULO AIRES MAIA	Supervisor de Núcleo	300.021-7-2	II	30/09 à 04/10/2024	Crateús-CE	4 (quatro) e meia	131,43	591,44
						TOTAL 1.182,88		

*** **

PORTARIA Nº227-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **FERNANDO RODRIGUES PINHEIRO**, ocupante do cargo de Orientador de Célula, matrícula nº 300.012-5-7, desta Secretaria, a **viajar** ao Município de Juazeiro do Norte-CE, nos dias 25 e 26/09/2024, com a finalidade de acompanhar a visita do engenheiro, para realizar o orçamento de reforma da CIOPS daquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 244/2024, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 197,15 (cento e noventa e sete reais e quinze centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº228-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **PAULO CAPELO FONTELES**, ocupante do posto de Tenente Coronel, matrícula nº 108.106-1-2, desta Secretaria, com exercício na CIOPAER/Juazeiro do Norte, a **viajar** ao Município de Fortaleza-CE, no período de 19 à 24/09/2024, com a finalidade de ministrar instruções de voo na CIOPAER deste Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 243/2024, concedendo-lhe 6 (meias) diárias, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), acrescido de 35%, perfazendo um total de R\$ 532,29 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº229-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOSE FERNANDES VIEIRA JUNIOR**, ocupante do cargo de Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 198.405-1-4, desta Secretaria, com exercício na CIOPAER/Sobral, a **viajar** ao Município de Fortaleza-CE, no período de 19 à 21/09/2024, com a finalidade de compor escala de serviço neste Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 241/2024, concedendo-lhe 3 (meias) diárias, no valor unitário de R\$ 131,43 (cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), acrescido de 35%, perfazendo um total de R\$ 266,15 (duzentos e sessenta e seis reais e quinze centavos), de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 24 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº230-D/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Tamboril-CE, com a finalidade de realizarem levantamento de informações e serviço de inteligência naquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 253/2024, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 1º; § 1º do artigo 2º; inciso II do § 2º do artigo 4º; art. 8º; art. 12º e seu § 1º; arts. 14º, 16º, classe I; do anexo I do Decreto nº 35.922, de 27 de março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 25 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº230-D/2024-GS DE 25 DE SETEMBRO DE 2024.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
FRANKLIN SAMPAIO MARTINS	1º Sargento PM	136.212-1-7	II	26 e 27/09/2024	Tamboril-CE	1 (uma) e meia	131,43	197,15
ROBERT RIBEIRO DE OLANDA BONIFACIO	Cabo PM	306.577-1-3	II	26 e 27/09/2024	Tamboril-CE	1 (uma) e meia	131,43	197,15
						TOTAL 394,30		

*** **

PORTARIA Nº3532/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001640/2023-71, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 02 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3532/2024 - GS, 02 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
CARLOS MORAN VASCONCELOS MELO	POLICIA MILITAR	301.088-1-7	1 REVOLVER CAL 38;	444	148,00
ADRIANO GALDINO SIQUEIRA	POLICIA MILITAR	302.663-1-5	11 MUNIÇÕES CAL.38		148,00



POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
ANTONIO CLEMENTE GOMES DA SILVA	POLICIA MILITAR	305.272-1-6			148,00
					R\$ 444,00

POLICIAIS = 3
VALOR GERAL = 444,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
REVOLVER = 1
MUNIÇÕES = 11

*** **

PORTARIA Nº3555/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.019566/2024-20, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 05 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 3555/2024 - GS, 05 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
NAILSON PEREIRA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	306.503-1-X	1 REVÓLVER CAL.38	400,00	100,00
SERGIO ROBERTO LIMA DE ARAUJO	POLICIAL MILITAR	309.016-6-5			100,00
JUAREZ MOREIRA DA SILVA JUNIOR	POLICIAL MILITAR	308.834-2-X			100,00
LENILDO DA SILVA BARBOSA	POLICIAL MILITAR	306.410-1-9			100,00
				R\$ 400,00	

POLICIAIS = 4
VALOR GERAL = R\$ 400,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
REVÓLVER = 1

*** **

PORTARIA Nº3667/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.014280/2024-58, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.FARIAS

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3667/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
CELSON HENRIQUE TEIXEIRA MARTINS	POLICIAL MILITAR	843.971-0-5	1 PISTOLA CAL.380; 1 CARREGADOR CAL.380;	500,00	45,45
ISADORA DUARTE PIMENTEL	POLICIAL MILITAR	300.146-9-3			45,45
WANDERSON FERREIRA RODRIGUES	POLICIAL MILITAR	300.106-8-X			45,45
EXPEDITO BARBOSA DE OLIVEIRA	POLICIAL MILITAR	302.206-1-7			45,45
ANTONIO IGOR PEREIRA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	304.297-1-0			45,45
JEFFERSON FELIPE NOGUEIRA MARIANO	POLICIAL MILITAR	306.248-1-5			45,45
FRANCISCO WAGNER BEZERRA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	307.573-1-9			45,45
PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO FURTADO	POLICIAL MILITAR	306.943-1-7			45,45
ROBBY SANTOS FERNANDES	POLICIAL MILITAR	308.748-5-4			45,45
ROGERIO PEREIRA DE OLIVEIRA	POLICIAL MILITAR	309.176-3-4			45,45
PEDRO JORGE LOPES DE MATOS	POLICIAL MILITAR	300.081-9-7			45,45
					R\$ 500,00

POLICIAIS = 11
VALOR GERAL = R\$ 500,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
PISTOLA = 1
CARREGADOR = 1

*** **

PORTARIA Nº3671/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.030752/2024-10, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.FARIAS

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 3671/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
FRANCISCO WELLINGTON TOMÉ LIMA	POLICIAL MILITAR	308.668-8-6	1 REVOLVER CAL.32; 10 MUNIÇÕES CAL.32;	440,00	62,85
FRANCISCO ERISVALDO BARBOSA DE MORAES	POLICIAL MILITAR	587.327-1-0			62,85
YURI FERREIRA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	588.209-1-1			62,85
FERNANDO ALMEIDA ROCHA	POLICIAL MILITAR	300.022-7-X			62,85
FRANCISCO OLIMAR OLIVEIRA SOUSA	POLICIAL MILITAR	309.055-2-0			62,85
ANTÔNIO VALFRIDO SOUSA DUARTE	POLICIAL MILITAR	308.123-1-X			62,85
HIAGO CAVALCANTE RUFINO	POLICIAL MILITAR	309.109-6-7			62,85
				R\$ 439,95	

POLICIAIS = 7
VALOR GERAL = R\$ 439,95
ARMAMENTO APREENDIDO:
REVOLVER = 1
MUNIÇÕES = 10

*** **

PORTARIA Nº3686/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.006250/2024-78, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3686/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
EDNEUDO SALES FERREIRA FILHO	POLICIAL MILITAR	843.959-4-3	18 MUNIÇÕES CAL.556; 1 CARREGADOR	172,00	15,64
FRANCISCO JOSE LOPES DE SOUSA	POLICIAL MILITAR	109.189-1-X			15,64
WAGNER ALVES DE LIMA	POLICIAL MILITAR	135.354-1-8			15,64
FRANCISCO FEITOZA SILVA	POLICIAL MILITAR	300.826-1-3			15,64
CHARLES MILLER AVILA MELO	POLICIAL MILITAR	309.154-4-5			15,64
FRANCISCO WILLAMY MOURA MOTA	POLICIAL MILITAR	307.742-1-3			15,64
MARCOS TAYLON TEIXEIRA PRACIANO	POLICIAL MILITAR	308.734-3-2			15,64
MARIA DOS ANJOS DE SOUSA MARQUES SOBRINHA	POLICIAL MILITAR	300.227-6-9			15,64
RAIMUNDO DEVANGER MARTINS BRAGA	POLICIAL MILITAR	303.700-1-5			15,64
FRANCISCO ODERLAN DE SOUSA	POLICIAL MILITAR	304.472-1-2			15,64
BRAYNER MELO PACHECO	POLICIAL MILITAR	308.973-0-7			15,64
					RS 172,00

POLICIAIS = 11
VALOR GERAL = R\$ 172,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
MUNIÇÃO = 18
CARREGADOR = 1

*** **

PORTARIA Nº3687/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.006873/2024-41, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3687/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
ANTONIO JUCIEUDO HOLANDA LOPES	POLICIAL MILITAR	304.271-1-4	1 REVÓLVER CAL.38; 5 MUNIÇÕES CAL.38	420,00	60,00
ABNER MASCARENHAS FERREIRA	POLICIAL MILITAR	587.522-1-5			60,00
VANDIER DE SOUSA FILHO	POLICIAL MILITAR	308.706-5-4			60,00
NICHOLAS VIEIRA AVILA DE AGRELA	POLICIAL MILITAR	300.264-8-9			60,00
FRANCISCO ROBERLANE FEITOZA DE MACENA	POLICIAL MILITAR	308.669-4-0			60,00
ADEGILSON MESQUITA DOS SANTOS	POLICIAL MILITAR	309.000-4-9			60,00
RAUL DE OLIVEIRA SILVA	POLICIAL MILITAR	300.167-8-5			60,00
					R\$ 420,00

POLICIAIS = 7
VALOR GERAL = R\$ 420,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
MUNIÇÃO = 1
REVÓLVER = 1

*** **



PORTARIA Nº3688/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.052052/2023-03, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3688/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
HENRIQUE JORGE ROCHA	POLICIAL MILITAR	303.776-1-3	1 ESPINGARDA CAL.36;	440,00	55,00
ANTONIO GOMES DA FONSECA FILHO	POLICIAL MILITAR	587.580-1-9	4 MUNIÇÕES CAL.12;		55,00
NARCELIANO GONÇALVES LEANDRO	POLICIAL MILITAR	306.505-1-4	3 MUNIÇÕES CAL.20;		55,00
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO JUNIOR	POLICIAL MILITAR	308.679-8-X	3 MUNIÇÕES CAL.36		55,00
VALDETE BEZERRA ROCHA NETO	POLICIAL MILITAR	308.905-1-5			55,00
LUCAS SILVA MENEZES	POLICIAL MILITAR	309.039-4-3			55,00
MARIO LINO MARTINS	POLICIAL MILITAR	308.040-3-6			55,00
LUCAS RODRIGUES LIMA	POLICIAL MILITAR	308.716-4-2			55,00
				RS 440,00	

POLICIAIS = 8
VALOR GERAL = R\$ 440,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
MUNIÇÃO = 10
ESPINGARDA = 1

*** **

PORTARIA Nº3692/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.020741/2024-21, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 3692/2024 - GS, 11 de setembro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Luiz Eduardo Soares de Lima	Polícia Militar	303.071-1-9	01 revólver Cal.38; 06 munições Cal.38; 01 munições Cal.40	432,00	54,00
Antônio Kelton Barros Arruda	Polícia Militar	308.119-1-7			54,00
Franklin Bezerra Rocha	Polícia Militar	306.148-1-X			54,00
Fabrizio Sales Ferreira	Polícia Militar	300.175-6-0			54,00
Jonas Bezerra Cavalcante	Polícia Militar	308.243-1-8			54,00
Rogério Antônio Braga dos Santos Filho	Polícia Militar	300.120-7-0			54,00
Antônio Gabriel Ximenes Monteiro	Polícia Militar	300.032-3-3			54,00
Amadeu Eufrásio de Oliveira Neto	Polícia Militar	300.039-9-3			54,00
TOTAL					R\$ 432,00

Policiais = 08
Valor Geral = 432,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 07

*** **

PORTARIA Nº3693/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.020377/2024-08, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.FARIAS

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3693/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Antônio Erivânio Frazão de Menezes	Polícia Militar	307.575-1-X	01 revólver Cal.22;	428,00	142,66
Carlos Wallace Ferreira da Silva	Polícia Militar	308.657-5-8	07 munições Cal.22		142,66
Juan Victor Sousa Veras	Polícia Militar	300.227-5-0			142,66
				TOTAL RS 427,98	

Policiais = 03
Valor Geral = 427,98
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 07

*** **



PORTARIA Nº3703/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.021478/2024-98, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 10 de setembro de 2024.FARIAS

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3703/2024 - GS, 10 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
JOSÉ ESTELINO DA SILVA MORAIS	POLICIAL MILITAR	118.922-1-3	1 REVOLVER CAL.38; 4 MUNIÇÕES CAL.38	416,00	59,43
JOSÉ REGILANE FEITOSA DAMACENO	POLICIAL MILITAR	306.339-1-1			59,43
ELVIS GABRIELL LOPES DA COSTA	POLICIAL MILITAR	308.662-3-1			59,43
SAULO DE OLIVEIRA SILVA	POLICIAL MILITAR	309.014-5-2			59,43
JAILSON ALVES DO NASCIMENTO	POLICIAL MILITAR	302.473-1-0			59,43
FRANCISCO EMERSON LIMA SILVA	POLICIAL MILITAR	303.997-1-4			59,43
HORLEANDRO DANIEL DE LIMA	POLICIAL MILITAR	307.178-1-3			59,43
					RS 416,00

POLICIAIS = 4
VALOR GERAL = R\$ 416,00
ARMAMENTO APREENDIDO:
REVOLVER = 1
MUNIÇÕES = 4

*** **

PORTARIA Nº3704/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.022551/2024-49, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 11 de setembro de 2024.FARIAS

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº3704/2024 - GS, 11 DE SETEMBRO DE 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
ALISSON DA SILVA ROCHA	POLICIAL MILITAR	304.431-1-X	1 REVOLVER CAL.38; 13 MUNIÇÕES CAL.36; 4 MUNIÇÕES CAL.22	468,00	117,00
JOSE ARNALDO DE CASTRO SILVA JUNIOR	POLICIAL MILITAR	308.827-2-5			117,00
JULIO CÉSAR ALVES DE MELO	POLICIAL MILITAR	304.866-1-7			117,00
RAFAEL DA SILVA FELIX	POLICIAL MILITAR	587.441-1-5			117,00
RODRIGO BERNARDINO RODRIGUES	POLICIAL MILITAR	302.790-1-8	1 PISTOLA CAL.380; 12 MUNIÇÕES CAL.380	448,00	112,00
FRANCISCO REGINALDO BORGES DE SOUZA	POLICIAL MILITAR	587.733-1-X			112,00
FRANCISCO ANDRÉ DE FREITAS LOPES	POLICIAL MILITAR	300.117-1-6			112,00
OSVALDO QUEIROZ NETO	POLICIAL MILITAR	306.486-1-7			112,00
WALTER LOPES DE ALBUQUERQUE FILHO	POLICIAL MILITAR	127.485-1-5	1 REVOLVER CAL.38; 1 MUNIÇÃO CAL.38	404,00	50,50
ANDERSON SARAIVA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	303.837-1-0			50,50
FRANCISCO TIAGO ALVES ROCHA	POLICIAL MILITAR	307.538-1-X			50,50
FRANCISCO VICTOR GOMES DO NASCIMENTO	POLICIAL MILITAR	308.669-1-6			50,50
ANTONIO MAICKON VASCONCELOS DA SILVA	POLICIAL MILITAR	587.537-1-8			50,50
CÉSAR ABREU DE LIMA	POLICIAL MILITAR	307.631-1-4			50,50
DIEGO DA SILVA PEREIRA	POLICIAL MILITAR	587.286-1-6			50,50
PAULO HENRIQUE SANTOS DE LIMA	POLICIAL MILITAR	308.703-3-6			50,50
ANDERSON SARAIVA DA SILVA	POLICIAL MILITAR	303.837-1-0	1 PISTOLA CAL.40; 38 MUNIÇÕES CAL.40; 2 CARREGADORES CAL.40	1304,00	326,00
ANTONIO MAICKON VASCONCELOS DA SILVA	POLICIAL MILITAR	587.537-1-8			326,00
JEFFESON CAMELO CABRAL	POLICIAL MILITAR	304.098-1-7			326,00
FRANCISCO TIAGO ALVES ROCHA	POLICIAL MILITAR	307.538-1-X			326,00
SAMPAIO FRANKLIN SAMPAIO MARTINS	POLICIAL MILITAR	136.212-1-7	1 PISTOLA CAL.40; 1 CARREGADOR CAL.40; 1 REVOLVER CAL.38; 19 MUNIÇÕES CAL.40; 23 MUNIÇÕES CAL.38	1544,00	257,33
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	POLICIAL MILITAR	303.276-1-6			257,33
JEFFERSOM WILLYAN OLIVEIRA CARDOSO	POLICIAL MILITAR	304.850-1-7			257,33
LUAN NUNES DE FREITAS	POLICIAL MILITAR	300.277-1-X			257,33
MAXWELL PASSOS DA LUZ	POLICIAL MILITAR	303.667-1-9			257,33
ANTONIO MAICKON VASCONCELOS DA SILVA	POLICIAL MILITAR	587.537-1-8			257,33
					RS 4.167,98

POLICIAIS = 26
VALOR GERAL = R\$ 4.167,98
ARMAMENTO APREENDIDO:
REVOLVER = 3
PISTOLA = 3
MUNIÇÕES = 110
CARREGADOR = 3

*** **

